

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MÁRCIA PAULA CHAVES VIEIRA**

**PODER LEGISLATIVO NO CEARÁ:  
Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**

**Fortaleza – CE  
2012**

**MÁRCIA PAULA CHAVES VIEIRA**

**PODER LEGISLATIVO NO CEARÁ:  
Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**

Dissertação apresentada junto  
ao Programa de Pós-  
Graduação em Sociologia para  
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Dr.  
Jakson Alves de Aquino

**Fortaleza-CE  
2012**

MÁRCIA PAULA CHAVES VIEIRA

**PODER LEGISLATIVO NO CEARÁ:  
Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 17/06/2011.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Profa. Dra. Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. José Filomeno Moraes  
Universidade de Fortaleza - Unifor

*“A vontade que tem poder é a das raposas.”*

*(Rubem Alves)*

*Ao meu Levi e à minha Tita*

## AGRADECIMENTOS

Sou grata inicialmente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. São oito anos de história e aprendizado. Sou grata ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (Lepem), local de debate, estudo, pesquisa e enriquecimento acadêmico.

Também sou grata ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio e incentivo à pesquisa.

Minha gratidão imensa à Rejane Carvalho, por ter iniciado a orientação dessa pesquisa de forma leve, comprometida, atenciosa e pelo exemplo e dedicação à pesquisa política. Grata ao meu orientador, Jakson Alves de Aquino, pela paciência muitas vezes necessária, pela compreensão e respeito; pela atenção aos detalhes desta dissertação; pelo comprometimento em fazer ser possível a conclusão deste trabalho.

Sou grata à minha mãe, minha Tita. Dizer que sem ela não seria possível é pouco. Ela possibilitou a logística do dia a dia de estudo, afazeres e responsabilidades; ela que segurou na minha mão e foi exemplo de força e determinação e me ensinou o que é certo e errado diante das decisões da vida. Cada etapa desses dois anos só foi possível porque ela me ensinou o caminho de fazer ser.

Grata ao meu pai, sempre prestativo e incentivador. Grata ao irmão que também é filho, Pedro Chaves, por ser minha babá de plantão sempre que possível.

Eu tenho uma amiga que é irmã: Yandra Rebouças Lôbo. E sou grata a ela por estar sempre disponível para ler minhas linhas escritas e o meu coração. Ela é a pessoa que sabe onde estão as vírgulas, os pontos finais e os trechos confusos nos quais as ideias não estão claras – na vida também. Grata pelo meu afilhado Bernardo, o mais sorridente, e ao Ribamar Neto, pela paciência dos dias.

Meu sentimento de gratidão por Manoel Neto, para sempre meu amigo Bubu. Uma saudade imensa dos nossos dias de estudante e um orgulho imenso por ainda estarmos juntos nessa vida de gente grande.

Grata à Isabel Carneiro, pela sua doçura e pela atenção e ajuda na logística com a minha criança. Grata à Karinne Marques, Benjamim Lucas, Edson Marques, pela amizade hoje distante, mas presente de coração.

Grata a minha turma do mestrado de 2009.: Raulino Chaves, Adriano Caetano e Marcos Paulos. Foi difícil compreender que no espaço acadêmico também se faz amigos. Grata também as meninas do Lepem, Bruna Karoline e Eudênia Barros, por atenção e carinho nos dias de laboratório; minha sincera gratidão também às agregadas, Rita Maria e Nathália Sobral. Grata à Gabriela Maria que, na outra ponta do país, ajudou nos momentos mais delicados com uma reflexão a respeito das pessoas. Gratidão especial à Monalisa Soares, companheira de hastags durante dias e madrugadas; pelos mutirões de dissertação, pelos cafés, Lua Nova, almoços, jantares, caranguejos, alagamentos.

Grata à Camila Holanda, pela amizade e delicadeza, mesmo estando à um oceano de distância.

Grata à minha amiga e “comadre” Cecília Parente, por estar sempre pronta a ajudar em cada passo (da vida e do samba). Grata à Clarisse Parente, a Prima mais dinâmica e eclética.

Grata ao meu amigo e “compadre” Rafael Gomes. Ele consegue mostrar, com um sorriso musical, que a vida pode ser e é mais simples.

Meu sentimento de gratidão por Ana Stela e Thiago Câmara por mostrarem que há muito mais sentimento para conhecer; pelos ouvidos atentos, dúvidas esclarecidas e o aprendizado dos nossos dias.

Grata aos meus já queridos amigos de Maranguape.

Aos meus amigos Valmir Lopes e Estêvão Arcanjo. O que inicialmente foram reuniões de orientação, tornou-se amizade, carinho e zelo. Cuidam dos meus passos e da sensatez nos meus trabalhos acadêmicos.

Ao meu filho Levi, por ser um menino compreensivo, carinhoso e amigo. Por ter o olhar que faz ter certeza que cada passo vale a pena. Por ser minha inspiração a cada dia.

## RESUMO

**VIEIRA, M.P.C.** *O Poder Legislativo no Ceará: Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa.* Fortaleza, 2011. Dissertação (Mestrado). - Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará.

A pesquisa tem o objetivo de observar, no plano estadual cearense, se a ação política dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa era direcionada aos municípios nos quais obtiveram votos e como se dava a relação deles com o partido. Em ambos os casos, o político parlamentar cumpriria seu mandato tendo em vista se reeleger na eleição seguinte, seja ao mesmo cargo no legislativo, seja a outro cargo político. Para viabilizar a pesquisa foi necessário, como perspectiva metodológica, perceber a importância do espaço geográfico, ou seja, importância analítica da geografia política para compreender quais as demandas sugeridas aos nossos representantes através das estratégias adotadas pelos candidatos na Assembleia Legislativa e, assim, perceber como a representação e a representatividade política são exercidas na ação legislativa estadual. Elaborei, ao final, tipologias para interpretar a distribuição de votos dos deputados estaduais. No resultado, temos a formação de circunscrições informais e a presença de bases eleitorais *territoriais* que conduzem a ação política de grande parte dos deputados pesquisados.

**Palavras-chave:** Representação política; geografia do voto; ação política; Ceará.

## **ABSTRACT**

**VIEIRA, M.P.C.** The Legislature in Ceara: Geography of voting and political action in the Legislature. Fortaleza, 2011. Thesis (Masters). - Postgraduate studies in Sociology. Federal University of Ceará.

The research aims to observe whether the political actions of the representatives at the Legislative Assembly of the State of Ceará were directed to the municipalities in which they obtained most of their vote and how was their relationship with their political parties. Politicians fulfill their term of office in order to be granted a new mandate in the next election. This mandate might be a renewed one at the Legislative Assembly or a new mandate at another political office. The political geography of the Assembly elections was analyzed to understand the relationship between vote distribution and the type of parliamentary activity. A typology of vote distribution was elaborated leading to the conclusion that there are informal territorial constituencies and that most politicians guide their actions towards these constituencies.

**Keywords:** Political representation; geography of the vote, political action, Ceará.

# Sumário

LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	12
Introdução.....	1
PARTE I:.....	8
SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO BRASILEIRO: .....	8
ELEMENTOS PARA COMPREENDER O EXECUTIVO E O .....	8
LEGISLATIVOS.....	8
1. SISTEMA PARTIDÁRIO DO BRASIL.....	8
1.1. AS REGRAS GERAIS DO SISTEMA POLÍTICO, PARTIDÁRIO E ELEITORAL DO BRASIL.....	10
1.2. SISTEMA ELEITORAL DE LISTA ABERTA.....	13
1.3. CONEXÃO ELEITORAL.....	19
1.4. COESÃO PARTIDÁRIA.....	21
1.5. ARENA ELEITORAL E ARENA LEGISLATIVA ESTADUAIS.....	24
2. POLÍTICA NO CEARÁ.....	31
2. 1. CEARÁ: DO CORONELISMO À POLÍTICA “MODERNA” .....	31
Parte II:.....	46
GEOGRAFIA DO VOTO E AÇÃO POLÍTICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ .....	46
1. Distribuição dos Votos e Perfil dos deputados.....	49
1.1. CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS VOTOS NO CEARÁ.....	50
1.2. PERFIL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 2006.....	52
1.2.1 – Deputados com votos Concentrados e Dominantes no Interior.....	53
1.1.2 – Concentrado e Dominante na Região Metropolitana de Fortaleza.....	80
1.1.3 – Concentrado/Partilhado na Capital e Região Metropolitana.....	82
1.1.4 – Concentrado/Partilhado no Interior.....	88
1.1.5 – Disperso/Dominante no Interior.....	92
1.1.6 – Disperso/Partilhado com grande votação na Capital e Região Metropolitana.....	103
1.1.7 – Disperso/Partilhado no Interior.....	105
1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS POR PARTIDO E MICRORREGIÕES.....	107
2. ARENA LEGISLATIVA.....	112
2.1 – COMO AGE O LEGISLATIVO CEARENSE?.....	112
2.1.1 - Variáveis Internas.....	113
2.1.2 - Leis Orçamentárias.....	115
2.2 – EXECUTIVO E LEGISLATIVO: CID GOMES E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ.....	116
2.2.1 - O Executivo vai à Europa.....	117
2.2.2 - Piso Salarial dos Professores: representação política da base eleitoral social?.....	118
2.3 – O DISCURSO PARLAMENTAR E “IMAGINÁRIOS DE VERDADE” .....	123
2.3.1 - Análise do Discurso dos Deputados Estaduais do Ceará.....	125
2.3.2 - Deputados Estaduais do Ceará e o Imaginário da “Tradição”.....	126
2.3.3 - Deputados Estaduais do Ceará e o Imaginário da “Modernidade”.....	127
2.3.4 - Deputados Estaduais do Ceará e o Imaginário da “Soberania Popular”.....	128
2.3.5 - Construção de Imaginários Opostos.....	130
3. COESÃO PARTIDÁRIA NA ASSEMBLEIA LESGILATIVA .....	134
3.2 - O PT E O GOVERNO CID GOMES.....	139
3.3 – A (PEQUENA) OPOSIÇÃO, OS PEQUENOS PARTIDOS E O GOVERNO CID GOMES.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
BIBLIOGRAFIA.....	149

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Coligações partidárias em 2006.....	26
TABELA 2: Candidatos a deputado estadual em 2006 que concorreram e receberam votos em eleições passadas .....	40
TABELA 3: Questões Gerais – Concentrados e Dominantes no Interior .....	54
TABELA 4: Questões Gerais – Concentrado e Dominante na Região Metropolitana de Fortaleza .....	80
TABELA 5: Questões Gerais – Concentrado/Partilhado na Capital e Região Metropolitana .....	83
TABELA 6: Questões Gerais – Concentrado/Partilhado no Interior .....	88
TABELA 7: Questões Gerais – Disperso/Dominante no Interior .....	93
TABELA 8: Questões Gerais – Disperso/Partilhado na Capital e Região Metropolitana .....	103
TABELA 9: Questões Gerais – Disperso/Partilhado no Interior .....	106
TABELA 10: Distribuição dos votos do PMDB por Microrregião .....	108
TABELA 11: Distribuição dos votos do PSDB por Microrregião .....	109
TABELA 12: Distribuição dos votos do PSB por Microrregião .....	110
TABELA 13: Distribuição dos votos do PT por Microrregião .....	111
TABELA 14 – Os Partidos Políticos no Legislativo do Ceará de 2007 a 2010.....	136

## LISTA DE FIGURAS

1. ANTÔNIO GRANJA (PSB).....	55
2. CIRILO PIMENTA (PSDB) .....	56
3. DEDÉ TEIXEIRA (PT) .....	57
4. DOMINGOSFILHO (PMDB) .....	58
5. EDÍSIO PACHECO (PV) .....	59
6. FRANCISCO CAMINHA (PHS) .....	60
7. GONY ARRUDA (PSDB) .....	61
8. HERMÍNIO RESENDE (PSL) .....	62
9. IVO GOMES (PSB) .....	63
10. JOÃO ANANIAS (PC do B).....	64
11. JOÃO JAIME (PSDB) .....	65
12. JOSÉ ILO (PSDB) .....	66
13. JÚLIO CÉSAR (PSDB) .....	67
14. MANOEL DE CASTRO (PMDB) .....	68
15. MOÉSIO LOIOLA (PSDB) .....	69
16. NENEM COELHO (PSDB).....	70
17. NETO NUNES (PMDB) .....	71
18. PERBOYRE DIÓGENES (PSL) .....	72
19. PROF. TEODORO (PSDB) .....	73
20. RACHEL MARQUES (PT) .....	74
21. ROGÉRIO AGUIAR (PSDB) .....	75
22. SÉRGIO AGUIAR (PSB) .....	76
23. SINEVAL ROQUE (PSB).....	77
24. TOMÁS FILHO (PSDB) .....	78
25. WELINGTON LANDIM (PSB) .....	79
26. DR. HUGO (PSDB) .....	80
27. LÍVIA ARRUDA (PMDB) .....	81
28. ARTUR BRUNO (PT) .....	83
29. AUGUSTINHO MOREIRA (PV) .....	84
30. EDSON SILVA (PFL) .....	85
31. HEITOR FÉRRER (PDT) .....	86
32. RONALDO MARTINS (PMDB) .....	87
33. ANA PAULA CRUZ (PMDB) .....	89

34. ELY AGUIAR (PSDC) .....	90
35. FERREIRA ARAGÃO (PDT) .....	91
36. LULA MORAIS (PC do B) .....	92
37. ADAHIL BARRETO (PSDB) .....	93
38. CARLOMANO MARQUES .....	94
39. JOSÉ SARTO.....	95
40. LUIZ PONTES .....	96
41. MARCOS CALS .....	97
42. MAURO FILHO .....	98
43. OSMAR BAQUIT.....	99
44. SÁVIO PONTES .....	100
45. TÉO MENEZES .....	101
46. ZEZINHO ALBUQUERQUE .....	102
47. GOMES FARIAS .....	104
48. ROBERTO CLÁUDIO.....	105
49. NELSON MARTINS .....	116

## Introdução

Iniciei a pesquisa com o objetivo de observar, no plano estadual cearense, se a ação política dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa era direcionada aos municípios nos quais obtiveram votos e como se dava a relação deles com o partido e com o governo do Estado. Em ambos os casos, o político parlamentar cumpriria seu mandato tendo em vista se reeleger na eleição seguinte, seja ao mesmo cargo no legislativo, seja a outro cargo político.

No decorrer do estudo sobre partidos políticos no Brasil feito para conclusão de curso da graduação, percebi que com a mudança programática do Poder Executivo federal, agora nas mãos do Partido dos Trabalhadores (PT), uma nova dinâmica se estabeleceu na Câmara dos Deputados. No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a oposição não vinha apenas do seu natural opositor, o Partido da Social Democracia Brasileira. Havia também oposição do próprio PT, não havendo coesão partidária petista. Com a saída dos parlamentares opositores do próprio PT, o segundo mandato de Lula seguiu com mais tranquilidade.

No âmbito estadual, a mudança de governo em 2006 com o governador Cid Gomes (PSB) em aliança com o PT, possibilitou também a permuta de oposição na Assembleia Legislativa. Cid Gomes substituiu partidariamente a dominação de 20 anos de Tasso Jereissati no Ceará, que estava a 18 anos no PSDB. Entretanto, o grupo familiar Ferreira Gomes construiu aliança com Jereissati ao longo desses anos e contou com o apoio informal da legenda tassista. O quadro que emerge é de apoio legislativo quase unânime ao governo do estado eleito em 2006. O parlamento se colocou de forma favorável às demandas do governador no decorrer de 2007 até 2010 e as bancadas historicamente divergentes do PT e do PSDB colaboraram para o governo Ferreira Gomes seguir sem maiores discordâncias na Assembleia Legislativa.

Tentando perceber a ocorrência de oposição enfática ao atual governo do Estado, passei a observar quem seriam e como se comportavam os representantes **diretos** da população: os Deputados Estaduais. O que pude perceber foi que esses parlamentares estavam comprometidos com segmentos populacionais específicos –

em sua maioria, o comprometimento não aparecia como ideológico, mas por localidades específicas. Passei, então, a questionar a atuação desses parlamentares: se o objetivo de atuação deles seria meramente eleitoral, seguindo o pensamento do “*poder pelo poder*” e continuidade da carreira política; se haveria interesse na representatividade para com a localidade. Importante destacar que os objetivos não são mutuamente excludentes.

A proposta de pesquisa feita inicialmente considerava o clientelismo como prática dos deputados estaduais respaldada num “senso comum acadêmico”, ou seja, foi visualizada dentro de uma perspectiva que talvez fosse desconstruída no decorrer da revisão de literatura mais aprofundada. Essas primeiras impressões saíam de uma lógica particular minha (e porque não dizer inocente?) de que, com o caminhar e o amadurecimento da democracia brasileira nos últimos vinte anos, a prática *clientelista* – votos conquistados a partir de promessas de trocas de favores ou a compra de voto propriamente dita - seria parte do passado. Ao adentrar nos estudos sobre o legislativo cearense, os dados que apresento no decorrer deste texto mostraram-me uma política estadual regionalizada; uma política em que o poder político estadual cearense é construído a partir do crescimento das carreiras políticas, em que o tradicionalismo ainda permanece. Nesse estudo, considero tradicionalismo o acúmulo político obtido por um deputado através de longa trajetória em um município ou região, em que foi construído por longos mandatos, rotatividade nos cargos entre familiares ou aliados políticos.

Para viabilizar a pesquisa foi necessário, como perspectiva metodológica, perceber a importância do espaço geográfico, ou seja, importância analítica da geografia política para compreender quais as demandas sugeridas aos nossos representantes através das estratégias adotadas pelos candidatos na Assembleia Legislativa e, assim, perceber como a representação e a representatividade política são exercidas na ação legislativa estadual. A *geografia do voto* é um recurso metodológico que permite mapear a distribuição territorial dos votos obtidos em um processo eleitoral e possibilita identificar padrões de concentração e dispersão desses votos em cada município cearense. Assim, poderei associar os votos à ação política direcionada a localidades em que é necessário manter a votação para dar continuidade à carreira política.

Alguns esclarecimentos conceituais devem ser feitos para compreender o objetivo deste trabalho, sendo eles referentes a: 1) Bases eleitorais (territoriais e sociais); 2) Arena eleitoral; 3) Arena legislativa, considerando a) Conexão eleitoral; b) Coesão Partidária.

A *arena eleitoral* é o espaço no qual os candidatos buscam, através da conquista dos votos dos cidadãos, assumir a condição de representantes do povo – característica da democracia representativa. O Estado seria, na democracia representativa, a expressão da vontade do povo, pois ele possuiria o “conhecimento especializado” para gerir a sociedade (CARNOY, 2003). Assim, a *arena legislativa* seria o espaço de atuação daqueles que possuem o capital político (aqui no sentido de Pierre Bourdieu) para legislar em nome do povo. A utilização do termo *arena* remete à ideia de um local em que há apresentação de espetáculos ou um espaço de discussões. Arena eleitoral, desse modo, apresenta-se como o local da disputa entre os políticos que visam conquistar o voto dos cidadãos para, assim, exercer a representação. A arena legislativa constitui o espaço de ação, do exercício da representação, cujas principais funções institucionais são a fiscalização do Executivo e a proposição de leis.

No caso da ação política corresponder a tentativa de “favorecer” os municípios de onde vieram seus votos, trata-se da chamada *conexão eleitoral*, na qual se privilegia a ação parlamentar de modo a manter os votos em localidades específicas e, desse modo, garantir a reeleição. A arena legislativa seria, assim, uma continuação da arena eleitoral. No segundo caso, teríamos a coesão partidária, ou seja, a ação política parlamentar estaria, em termos ideais, alinhada ao partido na sua dimensão programática e ideológica. É importante ressaltar que as duas opções não são excludentes.

O conceito de *base política* e/ou eleitoral refere-se aos cidadãos comuns (eleitores) que exercem o poder de escolher seus representantes e de acompanhar os “feitos” de seus escolhidos. Para a conquista de votos e conseqüente formação de base eleitoral, o elemento de intermediação são as lideranças locais, que são a referência política para os cidadãos. A base é a legitimadora, no sentido weberiano de legitimidade racional-legal, da representação política. Desse modo, é de extrema importância para o político identificar quem é sua base. A base pode ter duplo

sentido e ambos influenciam diretamente no cálculo eleitoral da conquista de votos: 1) Espacial ou territorial, que indica de qual espaço geográfico veem os votos dos candidatos; 2) Social, que é indicativa do perfil social dos eleitores e pode se referir a grupos sociais, grupos políticos, categorias, etc. Para tentar desfazer a dubiedade da escrita, utilizarei no texto os termos *base espacial* ou *territorial* e *base social*, pois entendo que ambos os sentidos são eleitorais e políticos.

Este estudo é uma análise do comportamento político dos deputados estaduais cearenses. Orientou-se, inicialmente, pela ação política dos mesmos no que se refere a dois eixos analíticos: conexão eleitoral e coesão partidária. Quando iniciada a pesquisa, a partir dos mecanismos institucionais, propus compreender os atores envolvidos a partir dos mecanismos utilizados por estes atores dentro da instituição, ou seja, a partir do sistema político partidário do Brasil. Diante do exposto, questiono: Como a representação e a representatividade política se apresentam no Ceará e qual a correlação entre distribuição espacial dos votos e ação política dos deputados estaduais cearenses?

Aproximar-se do ideal de democracia é um processo contínuo porque a realidade social está continuamente se transformando. Em sociologia, falar de estrutura não é apenas “engessar” um modelo; há de se considerar a dinâmica, o movimento. Por mais que existam semelhanças entre períodos e gestões, os tempos sempre serão “outros”. Compreender a representação política nos seus aspectos institucionais é tentar entender como os mecanismos foram pensados para funcionar e isso muitas vezes está distante do que é a prática. E para construir o “como deve ser” é necessário compreender a lógica da realidade política na prática. Acredito ser importante para se refletir sobre a democracia real, no contexto do âmbito legislativo do estado do Ceará, a compreensão da dinâmica do *campo político* no que diz respeito à relação entre a arena eleitoral e a arena legislativa.

### *Os caminhos metodológicos*

Utilizar métodos de pesquisa é sempre fazer escolhas: alguns dizem que são planejadas e estratégicas, outros preferem dizer que se deixaram conduzir com o coração. Eu fico com a primeira opção. Estive num impasse: minhas questões

envolviam atores sociais (deputados estaduais eleitos em 2006) que eram numericamente insuficientes para uma análise quantitativa, pois tal método é desnecessário para pequenos números. Por outro lado, minhas questões não poderiam ser respondidas com a análise de dois ou três casos, ou seja, com a trajetória de dois ou três deputados. Para responder às minhas inquietações acadêmicas, eu precisava mapear os votos dos deputados estaduais eleitos em 2006 e também precisava entender suas ações políticas. No caso do mapeamento, utilizei a geografia do voto, como já anunciado e, portanto, aderi a metodologia quantitativa. Para observar as ações políticas, utilizei a metodologia qualitativa.

A pesquisa foi iniciada com a identificação dos candidatos eleitos e a coleta dos dados secundários a partir do site da Assembleia Legislativa, do Jornal *O Povo* – análise qualitativa – e o banco de dados com os resultados eleitorais fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE) para mapear os votos. Para a manipulação do banco de dados, iniciei o aprendizado do programa de estatística R. Analisei 52 deputados (46 eleitos e os suplentes que exerceram mandato por um período maior do que um ano) na 27ª legislatura, que corresponde ao período de 2007 a 2010. Assim, foram elaborados perfis e mapas eleitorais para estes parlamentares.

Alguns autores da Ciência Política trabalham com a ideia da formação de *circunscrições informais* no território estadual. As circunscrições formais são os estados, municípios e distritos. As circunscrições informais são os agrupamentos de municípios nos quais o candidato concentrou sua campanha. Uma consequência da existência de circunscrições informais é a predominância de um ou de outro deputado (federal ou estadual) em algumas localidades. Pensando nessa hipótese, fiz a distribuição territorial por partido a partir da predominância de votos apresentada pela geografia do voto. Limitei aos partidos grandes: PSDB, PMDB, PT, PSB, pois são as principais legendas que disputam a cena política cearense.

Para a construção dos perfis, recorri ao site da Assembleia Legislativa, sites pessoais dos deputados, Anuário do Jornal *O Povo* e outras fontes que, em ocasiões específicas, citarei em notas de rodapé.

A análise do discurso de cada deputado foi feita com base nos perfis publicados por eles no site da Assembleia Legislativa. Entretanto, não apresentei

todos os perfis analisados. Optei por colocar apenas alguns, a título de exemplificação e melhor visualização das construções dos *imaginários*<sup>1</sup>, pois dificilmente há um *tipo puro* de discurso encontrado na realidade social.

Algumas questões discutidas em plenário e noticiadas pelo Jornal *O Povo* foram utilizadas para analisar a ação política dos deputados estaduais e a relação com o Poder Executivo estadual: 1) Viagem de Cid Gomes à Europa; 2) Piso salarial dos professores; 3) Lei de Emancipação dos municípios.

O trabalho é dividido em duas partes. Na Parte I está a revisão de literatura consultada para construção, reflexão e análise do projeto proposto. Essa primeira parte é composta por dois capítulos: No Capítulo 1, intitulado *Sistema Político Partidário do Brasil*, analiso as regras do sistema político partidário brasileiro principalmente no que se refere ao Poder Legislativo. No Capítulo 2, intitulado *A Política no Ceará*, traço um quadro panorâmico da política cearense em dois períodos: no primeiro, a Família Ferreira Gomes aliada de Tasso Jereissati e o PT fazendo oposição. No segundo, com as eleições de 2006, o PT se alia com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) para lançar a candidatura de Cid Gomes que, por sua vez, conta com o apoio informal do psdbista Tasso Jereissati.

Na Parte II, trabalho as questões no plano empírico, analisando os dados encontrados no decorrer da pesquisa. Essa parte é formada por três capítulos. No Capítulo 1, chamado *Distribuição dos votos e perfis dos deputados* apresento a cada subseção uma tabela com a visão geral da distribuição e das principais informações sobre os deputados e, em seguida, apresento os mapas seguidos dos perfis com a trajetória política. No Capítulo 2, intitulado *Arena Legislativa*, apresento as questões relativas à ação política no decorrer da 27ª legislatura. No Capítulo 3, chamado *Coesão Partidária na Arena Legislativa*, acompanhei através dos jornais de circulação local o comportamento dos deputados como membros de uma mesma legenda.

É importante ressaltar que um trabalho que se propõe verificar a existência de *conexão eleitoral*, deveria incluir a análise das emendas orçamentárias. Entretanto, em dois anos de pesquisa, não consegui ter acesso a tais informações. Busquei das mais diversas formas: como estudante, como eleitora, como simples interessada.

---

<sup>1</sup> Conceitos elaborados por Patrick Charadeau e que serão trabalhados mais adiante no texto.

Falei com assessores e com funcionários. O que me foi dito é que após cada votação as informações são incluídas no “sistema” e passadas para a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), órgão no qual também não consegui ter acesso às informações. Limitei-me a olhar as proposições dos deputados e, nos casos que mais chamaram atenção, apresentei a situação nos perfis individuais.

O ato de *representar* na política é, num plano ideal, construir um espaço em que o povo possa se fazer presente como voz que debate. Eu sou adepta da busca pela aproximação do ideal: nem todos falam, mas todas as vozes são escutadas. Isso é democracia. E assim como Robert Dahl enunciando a diferença entre democracia e poliarquia, acredito que ainda há um longo caminho para percorrer. A representação política precisa de ajustes institucionais porque a realidade é dinâmica. As linhas que desenvolvo nas próximas páginas são no sentido de encontrar a lógica de uma dinâmica específica, pois é através da empiria que acredito conseguirmos, nós cidadãos brasileiros, nos aproximar do ideal. Trata-se de compreender *o que é* e *por quê é* para contribuir com um possível *vir a ser*.

# **PARTE I:**

## **SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO BRASILEIRO:**

### **ELEMENTOS PARA COMPREENDER O EXECUTIVO E O LEGISLATIVOS**

#### **1. SISTEMA PARTIDÁRIO DO BRASIL**

Para além do consensual significado da palavra democracia, governo do povo, as discussões teóricas sobre a democracia moderna apresentam a política a partir de dois referenciais. O primeiro refere-se aos atores sociais que governam e exercem o poder no Estado e a política de forma profissional, escolhidos e legitimados através das eleições. O segundo referencial são os atores sociais que participam da política de modo decisivo no momento de escolher seus representantes, ou seja, os cidadãos que não se propõem a exercer o poder político institucional (SARTORI, 1962)<sup>2</sup>.

Robert Dahl (1997) considera que os sistemas democráticos existentes não correspondem verdadeiramente ao ideal de democracia e trabalha com a ideia de *poliarquias*. Dessa forma, estes sistemas estariam num processo de democratização perpassado pela competição e pela participação política. O argumento do autor é de que as sociedades são plurais, possuem grupos diversos. A democratização decorre da participação desses grupos na política, sejam aqueles que se propõem a fazer dela uma profissão, sejam aqueles que estão “fora” dos espaços decisórios. A representação de diversos grupos possibilita a liberdade política e a neutralização de forças divergentes, caracterizando um governo responsivo aos seus cidadãos e, portanto, se aproximando do ideal de democracia.

Ainda para Dahl (1997), um governo responsivo aos seus cidadãos caracteriza-se por manter três eixos de equilíbrio referentes à capacidade de permitir aos cidadãos plenos (politicamente iguais) a possibilidade de: 1) Formular suas preferências; 2) Expressar suas preferências aos seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva; 3) Ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Assim, os cidadãos controlam seus líderes e

---

<sup>2</sup> Ainda cabe um terceiro referencial de democracia, a participativa. Entretanto, para este trabalho, optei por não adentrar nessa parte do debate.

estes últimos seriam responsáveis aos seus cidadãos. Tais mecanismos de equilíbrio da governança em que operam as relações de reciprocidade e colaboração entre os dois lados permite às poliarquias uma aproximação com o ideal da democracia.

Para Weber, na democracia os cidadãos podem participar da política de duas formas: a primeira consiste na participação através das urnas, ou seja, os cidadãos participam da política, em sua maioria, quando depositam seus votos nos candidatos que irão representá-los. A segunda forma corresponde à participação na vida política com o anseio de ser detentor do poder de representação, podendo fazer da política sua profissão: São os chamados *Políticos Profissionais* (WEBER, 2002).

As questões “Quem nos representa?” e “Como nos representa?” são perguntas inerentes ao advento da democracia moderna. A democracia se apresenta a nós como um conjunto de regras que indicam quem está autorizado a decidir pelo coletivo. Na democracia representativa, as deliberações coletivas não são feitas diretamente pelos indivíduos, e sim por representantes eleitos para a tomada de decisões (BOBBIO, 1986). A representação política tem por objetivo englobar o interesse coletivo, ou seja, deve correr no encalço dos interesses da nação, não se deixando sujeitar a anseios particulares e individuais.

A representação política é uma relação constituída entre representante (político) e representado (eleitor). Essa relação implica num poder que o representado outorga ao representante através da confiança. Chegamos à questão de “Como representa”: o representante que recebe o crédito dos cidadãos deve ser um fiduciário, agir para a representação dos interesses gerais. Na democracia real, estes são os chamados Políticos Profissionais, que, como fiduciários, não necessariamente precisam ter a mesma profissão daqueles que representam (BOBBIO, 1986; BOURDIEU, 2007).

Para Bourdieu (2007), a democracia representativa se apresenta a nós como um conjunto de regras que indicam *quem* está autorizado a decidir pelos cidadãos. O *campo político* se apresenta como o espaço social em que os agentes politicamente ativos (representantes) agem de modo a oferecer seus produtos aos cidadãos comuns (aqueles que estão fora do campo, os representados). Estes, por sua vez, são consumidores que podem exercer pressão externa para possíveis transformações das relações de força e da estrutura do mercado político. Ainda para

o autor, a análise da luta política deve ser orientada pela divisão do trabalho político: quem domina as regras do jogo possui os instrumentos de expressão e percepção do mundo social e, por isso, exercem o poder da *dominação simbólica* através da relação mandantes (representados) e mandatários (representantes)<sup>3</sup>.

A partir do século XIX, a democracia começou a ser estudada sob a ótica da sapiência ou não dos eleitores em relação à escolha de seus representantes e se esses últimos são de fato direcionados pelas preferências daqueles a que se propuseram representar (ALMEIDA, 2006). Estamos diante de uma discussão sobre a delegação de poderes: Para Schumpeter (1984), as informações sobre os pretensos representantes não são absorvidas plenamente pelos eleitores. Eles delegam a representação política sem ter o conhecimento necessário para exercer o controle ou fiscalização dos representantes escolhidos.

No Brasil, o período de redemocratização, que culminou com a Constituição Federal de 1988, estabeleceu o novo funcionamento do sistema político brasileiro: Presidencialismo, multipartidarismo, sistema de representação proporcional de lista aberta (RP). Nos tópicos a seguir, pretendo discorrer sobre o funcionamento das regras que dinamizam o sistema político brasileiro (eleitoral e partidário) para compreendermos como essas regras e a prática do *político profissional* se entrelaçam.

### **1.1. AS REGRAS GERAIS DO SISTEMA POLÍTICO, PARTIDÁRIO E ELEITORAL DO BRASIL**

A Constituição de 1988 adaptou o desenho institucional visando a responder às demandas que a sociedade e a economia colocavam em destaque. As regras da democracia brasileira descentralizam o processo decisório através da divisão dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A função básica do Poder Executivo é colocar em prática políticas públicas que atendam às necessidades dos cidadãos, ou seja, prestar serviços e executar programas de governo. O Executivo pode propor a agenda, ou seja, indicar quais matérias deverão ser discutidas no Legislativo que,

---

<sup>3</sup> Os mandantes são os representados. Isso porque a ideia da democracia é que alguns governam em nome de muitos, sendo esses muitos os verdadeiros regentes do governo. O ideal é que o governo ocorra de acordo com as necessidades e vontades dos governados.

por sua vez, pode aprová-las ou não. Assim, o Poder de Agenda refere-se à possibilidade do Executivo intervir nas atividades do Congresso.

O Legislativo é composto por duas casas: a Câmara Federal e o Senado. Esses dois espaços estão em constante diálogo para a efetivação das proposições e da fiscalização do governo no que diz respeito à elaboração de leis, do orçamento e também à proposição de políticas públicas. O controle é chamado na Ciência Política de *accountability* e, a priori, o termo é utilizado para se referir a uma perspectiva de controle *vertical*, ou seja, a relação entre eleitor e eleito que se efetiva com a regulação feita através de eleições competitivas e regulares. Leany Barreiro Lemos (2007, p. 37) desenvolve a temática do controle do legislativo brasileiro construído pela Constituição Federal de 1988 (CF88) apresentando o *accountability horizontal*: exercido interinstitucionalmente para vigiar e inquirir o Executivo. A autora diz que, "(...) o controle legislativo pode trazer outros benefícios para agentes internos e externos. Um deles é a publicidade, que favorece grupos e interesses organizados, movimentos sociais, a mídia e agências de controle" (LEMOS, 2007).

Segundo Castro (2007), a instabilidade do quadro brasileiro teria origem no nível institucional e nas ações das elites políticas. Fatores para essa instabilidade são: sucessivas mudanças do sistema partidário brasileiro – registrados no processo de democratização pós-ditadura militar -, e o constante deslocamento dos políticos entre os partidos – muitas vezes de posições programáticas divergentes. Essa instabilidade, então, dificulta para os eleitores identificarem formas partidárias estáveis, mesmo que no âmbito de atuação parlamentar o partido possa funcionar de forma coesa. Outras interpretações do sistema político partidário (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2005), entretanto, defendem que as distorções institucionais são corrigidas pelos próprios mecanismos constitucionais.

O sistema partidário brasileiro tem como característica marcante sua fragmentação. Isso porque a Constituição de 1988 estabeleceu regras que favorecem a interesses específicos de representação política: formação de maioria e a governabilidade. Na realidade brasileira, os partidos perdem força como organização, pois os grupos de pressão são categorias crescentes na sociedade e buscam alternativas de representação por vias não institucionais.

A representação política coloca-se como um processo contínuo, com possibilidade de conflitos entre as instituições políticas e diversos segmentos sociais. Apresenta-se, pois, como uma legitimação regulamentadora da representação através do processo eleitoral. Segundo Nadia Urbinatini,

Pode-se dizer que a representação política provoca a disseminação da presença do soberano e sua transformação em uma tarefa contínua e regulada de contestação e reconstrução da legitimidade. Portanto, embora a autorização eleitoral seja essencial para se determinar os limites e a responsabilidade do poder político, ela não nos diz muito a respeito da verdadeira natureza da política representativa em uma sociedade democrática. As eleições “engendram” a representação, mas não “engendram” os representantes. No mínimo, elas produzem um governo responsável e limitado, mas não um governo representativo. (2006, p. 193)

A partir do argumento de Urbinatini, para perceber se um governo é responsivo – ou seja, a representação política é exercida por sujeitos que possuem responsabilidade para com seus cidadãos - e minimamente representativo, acredito que seja necessário ir além do cálculo eleitoral e atentar para as ações políticas dos representantes eleitos e verificar o sentido dessas ações. Nesses termos, a pesquisa aqui proposta investiga a relação entre a atuação no espaço eleitoral e no espaço legislativo dos deputados estaduais cearenses: a arena eleitoral e a arena legislativa.

O modelo explicativo de “duas arenas”, elaborado por David Mayhew (1974), defende a ideia de que a ação política do parlamentar visa à reeleição, ou seja, o comportamento na arena legislativa é também utilizado para o sucesso na arena eleitoral. O parlamentar conduz suas ações no legislativo e no partido para construir estratégias políticas para as eleições seguintes, constituindo a *conexão eleitoral*.

Numa primeira perspectiva teórica, embasada na teoria distributivista (MAYHEW, 1974), estudos que focavam os deputados federais concluem que estes parlamentares procuram na atuação no Legislativo suporte para suas promessas de campanha. Haveria, então, a *conexão eleitoral*. Nesse sentido, a ação dos deputados eleitos no legislativo seria conduzida para a manutenção de sua base eleitoral *territorial* e conquista de outras com o objetivo de angariar outro mandato,

seja visando à reeleição, outro cargo parlamentar, ou cargo executivo. Desse modo, a organização partidária seria frágil e haveria uma descentralização partidária que repercutiria no processo decisório legislativo (CARVALHO, 2003).

Em outra perspectiva teórica, agora com base na Teoria partidária, defendida por Figueiredo e Limongi (2005), o comportamento parlamentar ocorre de forma coesa e disciplinada de acordo com a indicação de seus respectivos líderes partidários. Um dos fatores que fortalecem essa perspectiva é a divisão do plenário por clivagens político-partidárias, referentes a coalizões de apoio ou oposição ao governo, através do interesse político no funcionamento das comissões parlamentares. Para os autores, a estrutura da Câmara dos Deputados estaria, ainda, vinculada ao uso do “poder de agenda”, ou seja, à capacidade do Executivo intervir no Legislativo através das *leis de iniciativa exclusiva do Executivo*, *pedido de Urgência* – o Executivo pode colocar sua medida como prioridade no Parlamento com o prazo máximo de 90 dias para apreciação – e o *Poder de Veto* (parcial ou total) aos projetos saídos do Congresso.

## **1.2. SISTEMA ELEITORAL DE LISTA ABERTA**

O mecanismo de Representação Proporcional (RP) tem como objetivo representar as maiorias e as minorias e, no caso de um sistema multipartidário, tanto os grandes como os pequenos partidos possuem possibilidade de obter cadeira no legislativo. Em teoria, o método colabora para a distribuição da representação política, de forma que a presença de diversos partidos garanta que o maior número de manifestações ideológicas e de grupos sociais que estejam presentes nos âmbitos decisórios. Assim:

Como *princípio de representação*, o sistema proporcional considera que as eleições visam representar no Parlamento, na medida do possível, todas as forças sociais e grupos políticos existentes na sociedade, na mesma proporção de seu respectivo apoio eleitoral. O parlamento deve ser um mapa acurado das divisões e tendências da sociedade, reproduzindo-as em seus tamanhos relativos (CINTRA: 2007, p. 131).

No sistema de representação proporcional (RP) os eleitores votam nos

candidatos individuais e estes são eleitos conforme a proporção de votos recebidos pelos candidatos do seu partido. Esse sistema permite, ainda, as chamadas *coligações*, união de dois ou mais partidos que buscam aumentar a força eleitoral e distribuem as cadeiras entre si a partir da quantidade de votos adquiridos por cada legenda (LIJPHART, 2008, P.182). Os partidos menores se coligam com as grandes legendas em busca de garantir um lugar no Legislativo sem ficar à parte do exercício da representação. Segundo Jairo Nicolau (2007, p. 99):

O sistema em vigor no Brasil oferece duas opções aos eleitores: votar em um nome ou em um partido. As cadeiras obtidas pelos partidos (ou coligações entre partidos) são ocupadas pelos candidatos mais votados de cada lista. É importante sublinhar que as coligações entre os partidos funcionam como um única lista; ou seja, os mais votados da coligação, independente do partido ao qual pertençam, elege-se. Diferentemente de outros países (Chile, Finlândia e Polônia) onde os eleitores têm que obrigatoriamente votar em um nome da lista para ter o seu voto contado para o partido, no Brasil os eleitores têm a opção de votar em um nome ou em um partido (legenda).

A decorrência desse sistema é a abertura e, em certa medida, o incentivo aos candidatos a desenvolverem relações personalistas e individuais com suas bases eleitorais, o que desfavorece uma mediação institucional e partidária entre representantes e representados através dos partidos políticos.

Alguns países utilizam o chamado *voto distrital*. Nele, o estado ou o país é dividido em distritos eleitorais (circunscrições formalizadas de forma que exista mais ou menos o mesmo número de eleitores em cada uma delas). Esse sistema é adotado por um grande número de países e auxilia a fiscalização dos eleitores, pois o deputado eleito procura se reeleger e, assim, procura ser mais atento à prestação de contas às suas bases eleitorais. Entretanto, no Brasil, os chamados *distritos* são os próprios estados da Federação. O número de eleitores no Brasil difere de um estado para o outro. Assim, para que a representação na Câmara dos Deputados seja exercida igualmente sem prejudicar os estados por causa da diferença populacional, o sistema possui uma distorção institucional – como por exemplo, estipulando o número mínimo e o número máximo de deputados que cada estado pode eleger -, tal distorção é corrigida parcialmente pelos próprios mecanismos do sistema político partidário do Brasil através da eleição para o Senado (cada estado

possui três representantes). A distribuição das cadeiras do legislativo é feita a cada um dos partidos coligados que atingiram o coeficiente eleitoral. Ou seja, se as legendas coligadas atingirem o número mínimo estará garantida a vaga do candidato mais votado individualmente da lista (LIJPHART, 2006). Segundo Jairo Nicolau (2007, p. 102), “A quantidade e o perfil de candidatos que cada partido apresenta para deputado federal em cada circunscrição eleitoral dependem de uma série de fatores, tais como o seu tamanho, a possibilidade de fazer coligações e o número de cidadãos que pretendem se candidatar”.

A circunscrição eleitoral brasileira formal são os Estados. Como o universo de eleitores está disperso por grande território estadual, os representantes buscam uma aproximação com os eleitores dentro de circunscrições informais. Os municípios tornam-se suas *bases territoriais* privilegiadas. Um deputado estadual que afirma representar determinados municípios sabe que foi desses municípios a origem de sua votação e, portanto, a sua investidura na posição de representante político da região. Dificilmente um ocupante do Poder Executivo é eleito apenas por um partido com maioria no legislativo, ou seja, com ocupação da maior parte das vagas parlamentares por seu partido. Assim, as alianças políticas para o governo “tranquilo” se iniciam com as *coligações* eleitorais sob o argumento de garantia de governabilidade. É em seu nome que se justifica acordos e alianças em períodos eleitorais e pós eleitorais.

Nos sistemas de lista fechada, a classificação dos candidatos de um partido é determinada pelo próprio partido antes das eleições. O voto dos eleitores determinam quantos candidatos serão eleitos, mas não interfere na classificação. No Brasil, a coligação de partidos faz uma (única) lista aberta de candidatos, ou seja, qualquer um da lista pode ser votado e ser eleito. Dessa lista, pode-se votar individualmente em um candidato ou apenas na legenda do partido. Para contabilizar os votos e distribuir as cadeiras, quem ocupa o cargo são os mais votados individualmente. Assim, um cidadão que votar em um candidato que ao final do processo não consegue atingir o coeficiente eleitoral estará ajudando o candidato mais votado da coligação a se eleger. “O voto de legenda é contado apenas para distribuir as cadeiras entre os partidos, mas não tem nenhum efeito na distribuição das cadeiras entre os candidatos” (NICOLAU, 2007).

As eleições para o Poder Legislativo no Brasil dão a impressão de ser majoritárias. Isso ocorre porque, historicamente, as cédulas e até pouco tempo a atual urna eletrônica apresentavam o nome e o número individual do candidato (ou partido, no caso do voto de legenda) vinculados à coligação, ou seja, não se fazia referência ao bloco partidário (NICOLAU, 2007). Na prática das campanhas eleitorais, também não é utilizada a vinculação à coligação. Estrategicamente, é mais interessante aos candidatos manter a campanha individual, já que assume a cadeira o mais votado da coligação.

Para ser candidato, o interessado deve estar filiado a um partido há pelo menos um ano e ter domicílio eleitoral na localidade que pretende representar. Ou seja, ao estado ou no caso das eleições municipais, ao município do estado em que se propõe assumir o cargo para o exercício da representação política. O partido pode apresentar uma lista que possua até o dobro das vagas destinadas à circunscrição. Desde 1998, há, ainda, uma determinação de cota por sexo de no mínimo 30% e no máximo 70% (NICOLAU, 2007). Jairo Nicolau (2007, p. 101) explica sobre as coligações e o alinhamento das legendas:

(...) os partidos A, B e C poderiam coligar-se para o governo do estado e concorrer com diferentes combinações para a Câmara dos Deputados (ABC, AB C, BC A, AC B, A B C); a proibição de aliar-se ao partido D para um dos cargos em disputa. Em 2002, decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu que os partidos se que se coligaram nas eleições presidenciais celebrassem coligações diferentes no âmbito estadual. Assim, a coligação ABC pode assumir várias configurações em cada um dos estados, mas não pode incluir um partido da coligação presidencial DEF; curiosamente, um partido que não apresentou candidato a presidente pôde se coligar com qualquer partidos nos estados.

A escolha dos nomes para candidatar-se pelos partidos ocorrem no âmbito interno da legenda e os critérios são variados. Comungo com a hipótese que Jairo Nicolau (2007, p. 102) apresenta:

Minha hipótese é que tanto a dimensão territorial como a diversidade social dos candidatos são fatores fundamentais para os organizadores da lista. Os responsáveis pela organização dela procurariam levar em conta critérios geográficos, atraindo nomes de diversas regiões do estado, evitando superposições de candidatos da mesma área, e tendendo a privilegiar nomes com prestígio junto a

setores específicos do eleitorado: líderes sindicais, de corporações profissionais e empresariais; ativistas de movimentos sociais (mulheres, negros, moradores, ambientalistas); líderes religiosos; ou personalidades que tenham se destacado em algum ramo de atividade específico (radialistas, artistas, esportistas, intelectuais).

Para obter grande número de votos, os candidatos organizam suas campanhas contando com recursos financeiros que ajudam a compor uma rede de aliados em municípios próximos. No caso das grandes cidades, a busca de apoio é feita pelas lideranças dos bairros. Segundo Nicolau (2007, p. 103):

Em geral, as regiões escolhidas são aquelas em que o candidato já desenvolve algum tipo de atividade política – no caso os candidatos com mandato, são as áreas prioritárias da atuação parlamentar. Essas redes podem contar com o apoio de vereadores, prefeitos, lideranças locais sem mandatos e candidatos a outros cargos na mesma eleição (...). O apoio de lideranças municipais prevê compromissos de apoio em eleições locais futuras, ou retribuições de apoios recebidos no passado.

Diz, ainda:

A decisão de onde concentrar a campanha (se em um, poucos ou muitos municípios) está, em geral, associada ao perfil político e à disponibilidade de recursos. Uma liderança com fortes vínculos com um determinado município (vereador ou ex-prefeito de uma cidade), por exemplo, provavelmente tenderá a concentrar sua campanha em uma área circunscrita do estado. Já uma liderança com trajetória política mais abrangente (secretários de estado, parlamentares com visibilidade na mídia estadual, lideranças de grupos não concentrados geograficamente) pode dispersar seus recursos de campanha por diversas áreas do estado (NICOLAU, 2007; p. 113).

O intuito dessa pesquisa é fazer um estudo do legislativo cearense, tendo como referência as teorias distributivista e partidária utilizadas nos estudos da Câmara Federal sem deixar de atentar às particularidades da dinâmica estadual. Qual a vinculação existente entre representação/representatividade diante da *geografia dos votos* dos deputados estaduais do Ceará? Há continuidade entre a arena eleitoral e a arena legislativa (*conexão eleitoral*) no estado do Ceará?

Na perspectiva da política cearense, os deputados, para se elegerem, normalmente contam com uma base territorial em município onde detêm a liderança política local. Um levantamento feito por Filomeno de Moraes (2001) a respeito do

perfil dos parlamentares indicou que o seu comportamento é influenciado pelo grau de concentração dos votos: quanto mais um deputado depende apenas de um reduto eleitoral, menos público é o exercício do seu mandato. O deputado, ao que tudo indica, estrategicamente decide não ter muita participação na esfera do legislativo, exercendo seu mandato sem muita visibilidade em plenário e assegurando uma forte presença nas localidades de suas bases territoriais. O autor afirma ainda que a possibilidade de reeleição é maior se o deputado estadual se colocar favorável ao Poder Executivo, ou seja, ao Governador, pois significa maior possibilidade de obter benefícios para suas bases.

Nas eleições de 2006 no estado do Ceará, o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) - até então partido hegemônico, liderado por Tasso Jereissati e seu sucessor Lúcio Alcântara (eleito em 2002) – perdeu a disputa para o governo do estado. O resultado das urnas foi favorável à coligação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) com o Partido dos Trabalhadores (PT)<sup>4</sup>, com a candidatura e consequente eleição do atual governador Cid Gomes. Apesar de Cid Gomes ter coligação com o PT, opositor histórico de Tasso Jereissati, não há indicação de mudança na postura política do Executivo estadual. Essa pouco “sutil” relação de simpatia entre Tasso e Cid garantia ao governador eleito exercer o seu mandato com grande coalizão.

Segundo Bourdieu (2007), o jogo no campo político é dado relacionamente através das oposições e disposições dos agentes que estão dentro do campo. Apresenta-se, assim, um sistema de desvios em que a posição destes agentes pode se direcionar para extremos ou para o centro. Nesse sentido, volto a atenção para as posições dos agentes no campo político cearense na relação Executivo e Legislativo: o atual governador, Cid Gomes, teve em seu primeiro mandato maioria na Assembleia Legislativa de tal modo que suas proposições são aprovadas sem oposição. Com exceção de dois deputados estaduais (Adahil Barreto (PR) e Heitor Férrer (PDT), os demais deputados permitiram que a governabilidade fosse alcançada sem grande oposição até 2010.

---

<sup>4</sup> Outros partidos também participaram da coligação que elegeu Cid Gomes em 2006, sendo eles: PCdoB, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN, PV. Destaquei o PT na coligação pela oposição histórica ao PSDB e à política tassista. Outro motivo para o destaque reside na informalidade do apoio de Jereissati ao Cid Gomes, fator importante para o cenário político das eleições de 2006.

### 1.3. CONEXÃO ELEITORAL

A teoria distributivista nos ajuda a interpretar a organização legislativa em esfera exterior ao parlamento: o momento eleitoral. É a partir do pensamento distributivista levantado por David Mayhew que emerge a concepção de conexão eleitoral através do “modelo de duas arenas”, ou seja, a arena legislativa seria uma continuação da arena eleitoral e a ação política do parlamentares estaria vinculada à perspectiva de uma possível reeleição ou manutenção do poder, o que garantiria a eles permanecer no cenário político (MAYHEW, 1974). O argumento é de que em vez das bases eleitorais estarem ligadas e serem representadas pelos partidos políticos, as regras eleitorais permitem e incentivam a relação personalista entre eleitor e político.

Segundo Sérgio Abranches (1988), o Brasil tem uma estrutura social que possui uma pluralidade de interesses: a estrutura econômica é marcadamente competitiva pela existência de demandas setoriais divergentes, o que aumenta o conflito diante da representação diferenciada que cada demanda exige. A ação política é diferenciada de político para político e cada um utiliza os instrumentos de participação e representação de acordo com critérios particulares. Desse modo, as avaliações acerca da eficácia e da legitimidade destes instrumentos podem ser feitas de formas diferentes, ou seja, podem obedecer a lógica do clientelismo (troca de favores) ou estar de acordo com o programa político do partido – o que vai depender das diferentes demandas da conjuntura política (ABRANCHES, 1988).

Diante do exposto, conclui-se que a pluralidade social, regional e cultural brasileira leva ao fracionamento partidário. Segundo Abranches:

O sistema de representação, para obter legitimidade, deve ajustar-se aos graus irreduzíveis de heterogeneidade, para não incorrer em riscos elevados de deslegitimação, ao deixar os segmentos sociais significativos sem representação adequada. (1988, p. 12)

A ampliação de coligações durante o período eleitoral confunde o alinhamento entre legendas e enfraquece identidades partidárias também no período pós-eleitoral quando diante da necessidade, quase sempre frequente, de formação de coalizões. Assim, as alianças e as coligações, além de ampliarem a escolha eleitoral e

fomentar a fragmentação partidária, garantem a sobrevivência parlamentar de partidos de baixa densidade eleitoral e possibilitam ao eleitor escolher a partir da ação política individual dos deputados, o que culmina na decisão de políticas públicas de maneira paroquialista (ABRANCHES, 1988).

Ainda segundo a perspectiva defendida por Abranches (1988), o modo como no Brasil se organiza o Executivo resulta no chamado presidencialismo de coalizão. Desse modo:

Em formações de maior heterogeneidade e conflito a solução mais provável é a grande coalizão, que inclui maior número de parceiros e admite maior diversidade ideológica. Evidentemente, a probabilidade de instabilidade e a complexidade das negociações são muito maiores. (ABRANCHES, 1988, p. 27).

No presidencialismo de coalizão, o chefe do Executivo, na intenção de implementar sua agenda de políticas públicas, distribui pastas ministeriais entre membros dos principais partidos na esperança de obter em troca o apoio da maioria do Congresso. A partir do enfraquecimento programático partidário, a decisão política dos deputados tende a apresentar um viés individual e regionalista.

O sistema proporcional de lista aberta incentiva a individualização do deputado que, por sua vez, prefere a negociação direta com o Executivo em detrimento das decisões partidárias. Segundo Rennó (2006, p. 264):

Por que o Executivo controla o orçamento da União, que é autorizativo ao invés de mandatário, e por que o encaminhamento de recursos orçamentários tem papel importante no sucesso eleitoral de deputados, deputados trocam apoio às propostas legislativas do Presidente por liberação de recursos orçamentários pelo Executivo que serão destinados às bases eleitorais dos deputados. Segundo essa visão, é a troca de recursos públicos por apoio que permite que o sistema funcione.

A política do *pork barrel*, ou seja, a política distributivista, é privilegiada não apenas na instância federal. No âmbito estadual, as posturas favoráveis ao governo também são formadas a partir de interesses eleitorais específicos que induzem os deputados a uma representação direcionada àquelas bases (territoriais e/ou sociais) que o elegeram. A grande questão que se apresenta e que pretendo discutir a partir

desse estudo localizado é a quem deve representar os deputados eleitos.

#### **1.4. COESÃO PARTIDÁRIA**

A Teoria Partidária atribui aos partidos a importância de atuar como elementos estruturadores da atividade legislativa. A organização legislativa é entendida como expressão e forma de controle dos partidos sobre a ação parlamentar.

Os estudos do legislativo passaram a considerar como relevantes a análise das instituições e a ênfase foi direcionada aos aspectos informais dos *policy making*, ou seja, às relações entre os líderes e os principais membros do partido. Isso significa que o movimento dos atores políticos permite a eles mudar tanto de estratégia como de opinião no processo político institucional. Desse modo, “Atores e suas preferências, instituições por eles criadas e que sobre eles 'atuam', são elementos indispensáveis para a compreensão da política” (MELO, 2004; p. 34-35).

Como já foi dito, para Fernando Limongi (2006), a Constituição de 1988 coloca nas mãos do Chefe do Executivo o Poder de Agenda: o Executivo se move em primeiro lugar. Para isso, as propostas submetidas ao Legislativo seriam aquelas que o presidente soubesse que seriam aceitas, seguindo, assim, a lógica da antecipação das reações (LIMONGI, 2006). A partir dessa perspectiva, o autor conclui que o sucesso do legislativo, assim como a disciplina partidária são funções diretas do controle que o Executivo exerce sobre o conteúdo, a forma e o momento em que as matérias são votadas. Um dos mecanismos para evitar que a minoria bloqueie a agenda do Executivo é o Regime de Urgência. Desse modo, o governo controla a produção do legislativo pelo poder de agenda e apoio da maioria – maioria esta formada por coalizões partidárias (LIMONGI, 2006).

A literatura especializada tem insistido em apontar fragilidade da estrutura partidária brasileira e, de forma mais ou menos direta, identificar nessa fragilidade as raízes dos problemas políticos enfrentados pelo país [...]. A fragilidade dos partidos não se manifesta onde mais se esperava que ela viesse a se expressar: no plenário da Câmara dos Deputados, onde os deputados exercem seu direito individual ao voto [...] Votações tendem a dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda [...]. (Figueiredo e Limongi, 1994; p. 516)

Para Figueiredo e Limongi, então, o problema seria de ordem sociológica e não institucional, pois repousa na sobrevivência das relações oligárquicas de dominação política e, desse modo, há um descompasso entre o poder político e o poder social.

Há diferença substancial entre coesão partidária e disciplina partidária. Quando falamos de *coesão partidária* estamos nos referindo às disputas e diferentes posições políticas intrapartidárias. Antes de se posicionar publicamente, o partido pode reunir suas lideranças parlamentares tentando buscar um consenso em torno da questão a ser votada. Se o consenso não é atingido e mesmo assim há obediência dos parlamentares no que foi decidido pela legenda, o partido apresenta característica de pouca coesão, mas com disciplina por ter acatado à decisão partidária. O Poder Executivo, ao propor projetos ao Legislativo, antecipadamente já tem noção de quem poderá aprovar sua proposta e negocia com as bancadas o posicionamento delas. O voto pode, então, ser disciplinado sem necessariamente ser coeso em relação ao partido. Alguns deputados podem num primeiro momento participar da votação disciplinadamente graças ao seu interesse de negociação com o Executivo e, entretanto, migrar posteriormente do partido no qual foi eleito. Por outro lado, a fidelidade ao projeto político de um partido pode ir além das negociações e, desse modo, obedecer ao critério de manutenção de coesão partidária (CINTRA, 2004).

A literatura sobre o sistema político brasileiro apresenta a migração partidária como uma ação recorrente no Legislativo. Estudos sobre a Câmara Federal apontam um alto índice de mudança de legenda após as eleições. Carlos Ranulfo Melo (2004, p. 26) direciona sua análise com base na hipótese de haver “[...] a percepção, pelo deputado, de que a mudança de partido, uma mudança de baixo custo, seria uma oportunidade de maximizar suas chances de sucesso na carreira”. Ou seja, a ação do deputado estaria vinculada ao contexto institucional e político, pois o grande número de alternativas partidárias e a legislação permissiva tornam a mudança de partido o resultado lógico do cálculo político de como melhor direcionar a carreira política.

No Brasil pós-85, a migração intrapartidária no interior das casas legislativas assumiu um caráter endêmico. Permitida pela legislação e regularmente praticada pelos representantes eleitos, tornou-se, no plano federal, fator de constante alteração na composição partidária do Congresso, introduzindo um novo elemento de instabilidade nas bancadas nacionais dos partidos, provocando modificações por vezes radicais nas bancadas estaduais e afetando sobremaneira a representatividade do sistema partidário parlamentar, uma vez que este passou a se afastar, sem intermediação do eleitor, do sistema partidário eleitoral (MELO, 2004; P. 24).

A existência dos partidos tem sua importância por ser uma via de informação a longo prazo que viabilize a identificação de representação para o eleitorado. A instabilidade do sistema partidário brasileiro no decorrer de sua história dificultou a identificação do eleitor com um partido (MELO, 2004). Segundo Carlos Ranulfo Melo (2004, p. 29), a mudança partidária aparece das seguintes formas:

Procuro demonstrar a plausibilidade do argumento [deputados buscam aumentar suas chances de sucesso na carreira], mostrando que: 1) com o tempo, as migrações adquiriram um padrão que pode ser associado a estratégias de sobrevivência política; 2) deputados que obtêm acesso a recursos de poder a partir do mandato na Câmara tendem a migrar em proporção muito menor do que os demais; 3) deputados migrantes têm preferência por partidos capazes de oferecer-lhes mais recursos na luta pela sobrevivência política.

Melo (2004, p.61) salienta que, apesar do sistema eleitoral vigorar de forma a destacar o candidato individualmente e, conseqüentemente, leve o eleitor a personalizar sua escolha, o processo político inviabiliza a estabilidade de sólidos vínculos entre ambos. A partir desse argumento, o autor acredita que o deputado, atento à sua sobrevivência política e vulnerável à incerteza desta diante das eleições, utiliza a possibilidade de migração partidária em busca de mais segurança. Portanto, o candidato tende a avaliar a forma mais benéfica para sua carreira na política. Diz o autor que “[...] embora o sistema eleitoral gire em torno da pessoa do candidato e convide o eleitor a personalizar sua escolha, o processo funciona de tal forma que não se observa, mesmo com sequência das eleições, o estabelecimento de vínculos entre os dois atores” (MELO, 2004; p. 63).

## 1.5. ARENA ELEITORAL E ARENA LEGISLATIVA ESTADUAIS

Por ser um Sistema Federativo, o Brasil concede relativa autonomia para os Estados e Municípios. Constitucionalmente<sup>5</sup> são reservados aos Estados os poderes que não são delegados à União, ou seja, as assembleias legislativas estaduais podem criar suas próprias normas, contanto que não contradigam artigos constitucionais que reservam poderes para municípios ou para a União.

Os Chefes do Executivo (federal e estadual) têm a possibilidade de fazer com que suas agendas de projetos de leis sejam apresentadas para o Legislativo em Regime de Urgência – o que significa colocar para tramitar prioritariamente os projetos de sua autoria e através desse mecanismo podem, em certa medida, impor demandas ao parlamento. O Executivo tem o poder de, como agente que propõe, manipular a preferência do agente que aprecia (MORAES, 2001). São Poderes do Executivo Estadual: 1) Iniciar legislação ordinária; 2) Iniciativa exclusiva em determinadas matérias (assuntos tributários, orçamentários, financeiros e administrativos; 3) Solicitação de Urgência; 4) Propor reformas e emendas à constituição; 5) Poder de Veto parcial e total, ou seja, pode vetar a proposta do legislativo; 6) Nomeação e exoneração de secretários do Estado; 7) Designar deputados para exercerem liderança do governo, composta de líderes e vice-líderes; 8) Indicação de 1/3 do Tribunal de Contas dos estados e o quinto constitucional dos Tribunais Estaduais (CINTRA, 2004).

No Brasil, há uma diferenciação da articulação partidária de acordo com a particularidade das configurações regionais e locais que influenciam diretamente as articulações eleitorais. Os partidos cearenses acompanharam as mudanças do país e assumiram nova configuração com a redemocratização de 1988. Enquanto a maioria da região Nordeste tinha o antigo PFL (Partido da Frente Liberal) como partido dominante — nas figuras das elites rurais tradicionais —, o Ceará destoa do tradicionalismo e os partidos conservadores do estado (PDS e PFL) perderam a hegemonia primeiramente para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – partido pelo qual Tasso Jereissati foi eleito pela primeira vez ao governo – e posteriormente para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no qual destacavam-se, a partir da década de 90, as figuras dos jovens empresários do

---

<sup>5</sup> Art. 22 a 24

Centro Industrial do Ceará (CIC) (PARENTE, 2001). Segundo Rejane Carvalho (2001), a conjuntura pós redemocratização no Ceará foi caracterizada pela construção de imagens políticas transferíveis de modo a permitir o continuísmo político: iniciava-se a *Era Tasso*.

Tasso Jereissati (PSDB) foi eleito governador pela primeira vez em 1986. O mandato seguinte foi de Ciro Gomes, em 1990, representando o continuísmo tassista no governo estadual cearense, seguido novamente por Tasso Jereissati nos mandatos subsequentes (1994 e 1998). A Era Tasso tem continuidade no pleito vitorioso em 2002 através da figura de Lúcio Alcântara (na época, PSDB). Foi o início do declínio da Era Tasso, pois Lúcio Alcântara, apesar de até então ser do PSDB, tinha divergências com Jereissati. No pleito de 2006, Alcântara tentou, sem sucesso, a reeleição sem o apoio tassista e logo em seguida migrou para o PR.

A disputa eleitoral de 2006, entretanto, apresentou um cenário fora da continuidade tassista: o candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) — até então partido hegemônico, liderado por Tasso Jereissati e seu sucessor Lúcio Alcântara (eleito em 2002) — perdeu a disputa para governo do estado. As coligações partidárias do pleito majoritário de 2006 estão listadas na Tabela 1.

**Tabela 1: Coligações partidárias em 2006**

<b>Candidato a Governador</b>	<b>Partidos coligados</b>
<b>Cid Gomes (PSB)</b>	<b>PSB-PT-PCdoB-PMDB-PRB-PP-PHS-PMN-PV</b>
<b>Lúcio Alcântara (PSDB)</b>	<b>PSDB-PFL-PTB-PTN-PSC-PPS-PAN-PTC</b>
<b>José Maria de Melo (PL)</b>	<b>PDT-PL-PRTB-PTdoB</b>
<b>Renato Roseno (PSOL)</b>	<b>PSTU-PCB-PSOL</b>
<b>Ten. Coronel Gondim (PSDC)</b>	<b>sem coligação</b>
<b>Salete Maria (PCO)</b>	<b>sem coligação</b>

Fonte: TRE-CE

O resultado das urnas foi favorável à coligação que apoiou Cid Gomes. Apesar de Cid Gomes ter coligação com o PT, opositor histórico de Tasso Jereissati, houve uma aliança informal entre Tasso e Cid, o que permitiu a Cid Gomes formar uma grande coalizão de governo. Embora a figura de Tasso pelo PSDB fosse “imagem marca” no Ceará<sup>6</sup>, é importante enfatizar que o então presidente do Brasil, Lula (PT), teve grande maioria de votos dos cearenses, ou seja, não podemos descartar a força de sua popularidade e possíveis efeitos na política local estadual em 2006.

Segundo Santos (1997), se a distância entre o parlamentar e o Chefe do Executivo for pequena é melhor, para o primeiro, sinalizar para o eleitorado uma ação política direcionada ao “governismo”, ou seja, se posicionar a partir da lógica de ser situação e não oposição ao governo. Cid Gomes, portanto, apresenta-se como força política representante da família Ferreira Gomes, cujo apoio de Tasso Jereissati apareceria de forma discreta, porém não mascarada.

Destacam-se, assim, três forças políticas que dão direcionamento à política cearense na última década: Tasso Jereissati (PSDB), família Ferreira Gomes (PSB) e Lula (PT). Os dois primeiros nomes correspondem a forças políticas estaduais, enquanto a referência petista de força política é nacional. Isso ocorre porque o PT no Ceará não possui um nome forte no âmbito estadual.

Fernando Abrucio (2001) apresentou a hipótese da ocorrência do ultrapresidencialismo, no qual os governadores exerceriam um grande domínio sobre as assembleias legislativas de forma que as práticas fiscalizadoras seriam

<sup>6</sup> Ver Carvalho (2001).

neutralizadas graças ao grande arco de alianças junto aos órgãos que exercem essa função. A existência do ultrapresidencialismo estaria vinculada a uma ampla maioria na Assembleia Legislativa, dada em função das fracas organizações partidárias. A predisposição para compor a base aliada do governo estadual se daria graças “[...] à dependência financeira dos redutos eleitorais dos deputados com relação ao erário estadual” (CINTRA, 2004; P. 74). Desse modo, a maioria situacionista é formada a partir da distribuição dos recursos às *bases territoriais* ou visando a distribuição de cargos do Executivo aos parlamentares. Caso os governadores não consigam nos parlamentares uma base de sustentação, há a possibilidade de pleitear apoio diretamente nas bases locais e fazer obras e projetos sem a intermediação parlamentar, ou seja, o Executivo estadual tem o poder de organizar a agenda política estadual sem necessariamente precisar do apoio parlamentar (CINTRA, 2004).

Na composição das cadeiras da AL-CE eleitas em 2006 o governo Cid Gomes teve oposição mínima, obtendo, assim, a formação de uma grande coalizão a seu favor. O argumento de Abrucio (1998) em torno do “ultrapresidencialismo estadual brasileiro” mostra-se adequado para o caso cearense, pois, diz o autor:

A partir da série de estudos realizada, constatou-se que na esfera estadual funcionava um sistema ultrapresidencialista de governo que era marcado por duas características básicas. Primeiro, o Poder Executivo, e mais especificamente o governador, era o principal agente em todas as etapas do processo de governo, relegando a Assembléia Legislativa a um plano secundário. Segundo, os mecanismos de controle do Poder Público eram pouco efetivos, tornando o sistema político estadual um presidencialismo sem *checks and balances*. (ABRÚCIO, 1998)

O político cearense, diante da fragilidade programática partidária, consolida sua representação através da ação política voltado para as suas bases territoriais, assumindo assim um caráter *clientelista*, pois temos de um lado o governador interessado na governabilidade e de outro os deputados preocupados com a sobrevivência política. As evidências que sugerem a existência de colégios eleitorais cultivados pelos políticos tradicionais (aqui no sentido de construção e manutenção de carreira política) são: concentração do votos dos deputados estaduais em municípios vizinhos e tradição política familiar; 25 das 46 cadeiras no legislativo

estadual cearense não foram renovadas, o que indica manutenção do poder político. Segundo Jakson Aquino (2000, p. 44), em pesquisa feita a período anterior a esta, as relações entre os benefícios concedidos aos distritos e o comportamento político parlamentar estão conectados não pela necessidade de uma distribuição destes benefícios de forma uniforme no território estadual, mas a partir de estratégias políticas que são favoráveis aos atores políticos envolvidos. Assim,

O governo estadual tem a mais efetiva capacidade de execução e os parlamentares podem alterar o orçamento e têm o poder de fazer as leis que regulam a ação do executivo. Prefeitos e governadores são os que mais têm controle sobre os votos dos eleitores. O intercâmbio político entre os diversos atores resulta numa alocação de recursos públicos, em que não são levados em consideração critérios impessoais e universais para a determinação dos beneficiários das políticas públicas. Escolas, por exemplo, são construídas não onde elas são necessárias para distribuir mais uniformemente entre a população as oportunidades de instrução, mas onde é estrategicamente conveniente para quem toma a decisão de construí-la. Vagas na burocracia estatal são preenchidas não pelos mais competentes, mas pelos aliados políticos de quem está no poder. Numa palavra, o sistema político está permeado de clientelismo.

Entretanto, não se pode incorrer no erro de generalizações. Deputados estaduais que têm voto concentrado podem manter sua clientela a partir de programas de ação política embasados em questões ideológicas, como por exemplo a postura no parlamento favorável a algum movimento social do qual é militante. Os grupos de pressão, neste caso, são organizações sociais que se movimentam por fora da instituição partidária; organizam-se como categorias e em nome delas parlamentares fazem acordos com o Executivo e adentram a lógica de permitir a governabilidade – o exemplo recente que tratarei com mais cuidado adiante é o de Artur Bruno (PT), que no início de seu mandato aceitou o Plano de Cargos e Carreiras (PCC) dos professores estaduais e, no ano de 2010 (ano eleitoral), desaprovou o Piso Salarial sugerido pelo governo Cid Gomes, argumentando que seria necessário rever o PCC.

Na Tabela 2, temos o número de candidatos a deputados estaduais em 2006, eleitos ou não, e que foram candidatos nas eleições passadas. Os anos de 2000 e 2004 são eleições municipais e 2002 foi ano de eleição para Executivo federal e

estadual, Senado, Congresso e Assembleia.

**Tabela 2: Candidatos a deputado estadual em 2006 que concorreram e receberam votos em eleições passadas (cargos legislativos municipais e estaduais)**

<b>Ano (s)</b>	<b>N</b>
<b>2000</b>	<b>47</b>
<b>2002</b>	<b>125</b>
<b>2004</b>	<b>186</b>
<b>2000 e 2002</b>	<b>17</b>
<b>2000 e 2004</b>	<b>29</b>
<b>2002 e 2004</b>	<b>53</b>
<b>2000, 2002, 2004</b>	<b>11</b>

FONTE: TRE-CE

O sistema eleitoral brasileiro, através do multipartidarismo e da representação proporcional (RP) de lista aberta, permite que as eleições do legislativo sejam disputadas de forma mais individual do que necessariamente partidária. Assim, se um candidato tiver uma *base territorial* e/ou *base social* sólida e estiver em um partido grande que possua muitos candidatos com bases fortes, caso escolha tentar se eleger através de um partido pequeno, sua chance de sucesso aumenta se for o único a possuir força política individual.

Os deputados, para se elegerem, normalmente contam com uma *base territorial* em municípios onde detêm liderança política local ou compram votos por intermédio de lideranças dos municípios. Segundo Barry Ames:

Conforme os municípios vão-se afastando do centro espacial do candidato, o nome dele vai-se tornando menos conhecido, a campanha fica mais cara e é menos provável que ele tenha como alvo localidades longínquas. Ao mesmo tempo, os deputados cujos centros espaciais de votação estão em municípios nos quais ele também não domina (geralmente as cidades grandes) têm maior probabilidade de propor emendas destinadas a localidades mais afastadas de seu centro pessoal, porque dividem o eleitorado do município central com tantos outros candidatos que a reivindicação de crédito por verbas e benefícios levados ao lugar se torna inviável. (AMES, 2003; P. 114 -115)<sup>7</sup>

<sup>7</sup> A pesquisa de Barry Ames foi feita a partir de uma pesquisa de perspectiva nacional sobre a distribuição

A *geografia do voto* é um método de análise que permite verificar quais fatores estão relacionados aos padrões de concentração e dispersão dos votos dos candidatos em cada município cearense. Encontrar a base eleitoral dos deputados estaduais é o primeiro caminho para a análise da ação política dos mesmos e, assim, verificar a *conexão eleitoral* e/ou coesão partidária.

---

espacial dos votos dos deputados federais. Tomei os devidos cuidados para diferenciar o legislativo federal do legislativo estadual

## 2. POLÍTICA NO CEARÁ

### 2. 1. CEARÁ: DO CORONELISMO À POLÍTICA “MODERNA”

*Coronelismo* e *clientelismo* são expressões utilizadas para designar realidades sociopolíticas em um período específico, marcado pela predominância das relações rurais: patrão e trabalhador constituem laços pessoais de fidelidade e dependência acentuados pela condição de “moradores” das propriedades rurais. O patrão concede ao trabalhador o benefício de ter onde morar e, uma vez em suas terras, ajuda a atender às necessidades mais urgentes do morador. Quando as relações rurais são alteradas e assumem um caráter mais urbano e industrializado, o *coronelismo* perde suas características definidoras e abre espaço para um novo momento político que conta com o *clientelismo* ainda presente. A reflexão primeira para orientar a leitura e a proposta de pesquisa tem nesses dois conceitos o seu eixo. Isso porque o *coronelismo* teve presença marcante na política brasileira até os anos 30, momento em que o país começou a expandir o olhar em direção a um perspectiva mais democrática. O Ceará, entretanto, deu prosseguimento à política dos coronéis com um viés mais “moderno”<sup>8</sup>. A modernidade em questão emerge nas análises políticas com certa frequência como contraponto ao tradicional (CARVALHO, 2009). Essa dicotomia (e acredito que muitas dicotomias) ajuda a visualizar de forma mais delineada e pontuada a análise da mudança, da chegada do novo; trabalhar analiticamente com dicotomias permite perceber com mais precisão os contornos sociais que se moldam aos nossos olhos. É como o sugerido por Weber: a elaboração do tipo ideal como forma de identificar as características da realidade social diante de nossos olhos.

O *clientelismo* é uma das características do *coronelismo*: os laços de pessoalidade e a reciprocidade da troca de favores entre o poder público e o poder privado são exemplos que nos ajudam a visualizar a dinâmica clientelista nesse contexto<sup>9</sup>. Como apresenta Linda Gondim (1998; p. 16), até 1930:

<sup>8</sup> Darei mais atenção à política dos coronéis no Ceará mais adiante no texto.

<sup>9</sup> Isso porque ao longo da história política cearense pós-redemocratização iremos encontrar relações de clientelismo que tem como base características diferenciadas daquelas que formulam o conceito no contexto do *coronelismo*.

Uma das principais características do coronelismo é a estrutura de clientela, ou seja, uma rede de relações pessoais e diretas (...) entre pessoas que ocupam posições assimétricas, em termos políticos e econômicos. Tais relações são baseadas na troca de bens e serviços de natureza distinta: o patrão pode fornecer terra, moradia, crédito, emprego, cuidados médicos, proteção, etc.; os clientes, em contrapartida, fornecem mão-de-obra, serviços ou votos.

Uma das principais características do *coronelismo* é a presença do **chefe político**. Segundo Rejane Carvalho (2002: 10):

A noção de chefia política é central para compreender a política tradicional: em torno dos chefes se consolidam as redes de solidariedade demarcadoras dos grupos políticos; o mando personificado na chefia é o marco definidor das fronteiras dos territórios políticos; os acordos, as chapas majoritárias, o pulso firme na direção das campanhas eleitorais são produtos da engenhosidade artesanal das chefias.

Rejane Carvalho (2002: 11) argumenta que o pensamento sobre política tradicional está mecanicamente ligado ao *coronelismo*. Exercer a política tradicional é adentrar no estereótipo do *coronelismo*. Segundo a autora, “O sufixo 'ismo' é indicação de um sistema que supõe uma dinâmica, uma hierarquia e regras peculiares de funcionamento”. Com a representação política assumindo características mais próximas da democracia através do sistema político partidário em que se disputam projetos políticos, faz com que a existência de dinâmicas que tentem deixar em segundo plano a apresentação de ideias transforma o *coronelismo* e o *clientelismo* em práticas destoantes do que se espera de uma política com aspectos democráticos (CARVALHO, 2002).

Os chefes políticos constroem uma rede de apoio e solidariedade entre si que interliga instâncias municipais, estaduais e federais. Entre os chefes se estabelecem hierarquias que ultrapassam o sentido das articulações partidárias formais. Valoriza-se os grupos informais e o poder institucional tende a ser permeado de relações pessoais baseadas no prestígio e na autoridade do chefe político. O grupo que se coloca como situação é favorecido pelo chefe que está no poder público (CARVALHO, 2002). A relação ser situação e ser favorecido pode ser relativizada de acordo com as inter-relações entre os grupos. Informalmente, pode existir um acordo

entre os grupos existentes para um revezamento do posto no governo. Em alguns casos, essa alternância pode evitar o desgaste político e a ausência total de poder, ao mesmo tempo que pode garantir benefícios políticos, econômicos e sociais aos grupos existentes.

Para garantir a vitória eleitoral é sugerido que o chefe político mantenha uma base territorial que lhe garanta a confiança nos votos que terá naquela localidade. Faz parte das atribuições de um chefe ser capaz de se articular dentro de seu próprio grupo para que se tenha apoio em municípios chefiados por outros. Segundo Carvalho (2002: 15),

Para exercer com a devida arte a chefia política de um grupo estadual, é necessário destituir-se do excesso de vaidade pessoal e atuar como um fator de aglutinação entre outros chefes políticos. O reconhecimento dos méritos pessoais e, de modo especial, das habilidades de comando dos que pretendem ocupar a condição de “chefe de chefes” é indispensável. Esta autoridade é uma garantia de que os acordos serão cumpridos. As funções de chefia de um grupo político residem basicamente na delicada coordenação dos interesses dos seus membros, visando manter uma unidade sempre precária.

Victor Nunes Leal (1975) descreve e caracteriza o *coronelismo* como a troca de favores necessária para a sobrevivência da influência social do chefe local, abaladas pela ampliação da representatividade política nos municípios. Existia um eleitorado a ser conquistado e, para manter-se como chefe político, o poder privado procura formas de garantir sua manutenção no poder. *Coronelismo* designa a realidade específica da estrutura agrária. Isso porque é nos municípios no interior dos estados que a proximidade entre mandantes e mandatários resultam diretamente em controle e votos; é nos municípios que são mais visíveis as trocas de favores. Os chefes políticos ocupam funções públicas e, assim, podem atender de forma mais pessoal aos seus futuros eleitores. Desse modo, para exercer a representação política é necessário mostrar aos cidadãos que ocupar um cargo público é a via legítima de atendê-los (LEAL, 1975). Diz o autor que:

A essência, portanto, do compromisso “coronelista” - salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo

das eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, 1975; p. 50).

É formada uma rede de apoio e interdependência entre as três instâncias públicas (municipal, estadual e federal) para que as localidades sejam atendidas – caso tenham representantes ao lado do governo – e garantir a vitória eleitoral e consequente continuidade na carreira política (LEAL, 1975).

Com a chegada da redemocratização nos anos da década de 50, amplia-se o sistema eleitoral e o *clientelismo* não é mais uma característica restrita ao meio rural. Os arranjos políticos em busca de sucesso eleitoral estimulam *clientelismo* em que se estabelece na democracia representativa uma relação entre mandantes e mandatários próxima a uma relação de clientela: o produto ofertado pelos políticos intenciona atender a necessidades de eleitores em potencial. Pierre Bourdieu (2006), ao construir o conceito de *campo*, faz referência comparativa a características de mercado. No caso do *campo político*, o produto ofertado aos mandantes é a representação que atenda às demandas dos mandatários, seja de ordem econômica, política ou social. A relação de clientela, quando inserida no contexto do coronelismo, normalmente ocorre através da ordem econômica e do entrelaçamento das posições do ambiente público e do ambiente privado, assim como enunciado por diversos estudiosos das relações sociais construídas no Brasil.

Segundo Linda Gondim (1998; p. 22), a partir de 1950

Este [coronelismo com base acentuadamente rural] passa a dar lugar a um sistema político também fundado no clientelismo, mas de caráter mais complexo, seja pela maior dificuldade de se controlar os estratos subordinados por meio de mecanismos de submissão pessoal, seja pela presença mais efetiva do Estado.

Cria-se, pois, uma elite que coordenará a distribuição de recursos pelo território municipal ou estadual que beneficie a parcela que permitirá a sua continuação da carreira política. Nesse sentido:

Diante destas constatações a relação de troca clientelista não só faz sentido, como também dá sentido à **democracia**. Neste sistema, o

clientelismo não é capaz de desarticular a instituição democrática justamente porque este faz parte dela. Sem incentivos, tanto econômicos quanto morais, para se preocupar com o bem-comum, resta ao cidadão voltar-se para as questões mais pertinentes ao seu mundo individual, ao mesmo tempo em que é estimulado e estimula uma lógica de custo-benefício, altamente racional, em suas escolhas políticas (VELOSO, 2006).

Constrói-se, a partir da renovação da clientela – e conseqüentemente perpetuação da prática *clientelista* -, a força da *tradição*. A tradição aparece na democracia representativa não unicamente como continuação da política familiar, mas também através de alianças que constroem interdependência e uma rede de apoio político que culmina com o sucesso eleitoral dos envolvidos. Ou seja, assim como Victor Nunes Leal (1975) fez referência às práticas coronelistas, as relações de clientela garantem a vitória na arena eleitoral que interliga os poderes municipais, estaduais e federais: o arco de alianças possibilita a utilização do poder público para atender as necessidades locais e o resultado é o ganho político particular daqueles que se propõem a permanecer na cena política. É então o *coronelismo* caracterizado principalmente pela tradição rural, dos senhores de terras e seus aliados e pela proximidade entre patronato e seus clientes – estes últimos dependentes dos patrões, dedicam-se à fidelidade, ao retorno do favor e à gratidão por tanta benevolência.

A interação entre patronato e empregado rural começa a mudar com a chegada da industrialização e a transição para um perfil urbano. Os trabalhadores não eram mais moradores nas terras do patrão; a relação agora era temporária. O *clientelismo* então acompanha as transformações e as bases eleitorais são estimuladas não mais por fidelidade ao benevolente patrão; o estímulo é a troca de favores de forma mais mercantilizada, seja ela por dinheiro diretamente ou pela utilização do poder público para políticas socioeconômicas que atendam às necessidades de uma localidade específica. A modernidade, entendida nesse argumento específico, apresenta-se “como um processo de mudança social associado ao predomínio capitalista”. Constitui-se, pois, o *clientelismo moderno*, que consiste na utilização do poder público para suprir os interesses privados de uma elite sob a forma de cooptação (GONDIM, 1998: 25).

A política cearense traz em sua história práticas políticas de grupos

oligárquicos que utilizavam mecanismos associados a relações personalistas e clientelistas, com base na dependência e paternalismo. Segundo Barreira (2008), a política cearense viveu três ciclos de poder: 1) Oligarquias dos Acciolis, dos Rabelos e com o Padre Cícero no início do século XX; 2) A partir da década de 60, viveu as oligarquias dos três coronéis Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals; 3) No período da redemocratização inicia-se um novo ciclo protagonizado pelos empresários do Centro Industrial do Ceará (CIC), principalmente na figura de Tasso Jereissati.

Os pactos políticos entre grupos oligárquicos aparecem devido à necessidade de reprodução e manutenção do poder, do *status quo* político. Para Barreira (2008, p. 92), os pactos refletem a força hegemônica de grupos, ao mesmo tempo que demonstra um processo de decadência destes. São a consagração da necessidade de rearranjos e construção de novas alianças que possibilitem perpetuar as forças políticas existentes a partir de bases de legitimidade diversas.

As relações paternalistas dos grupos oligárquicos são baseadas na chamada “política de favores”. Destacam-se a lealdade e gratidão dos *clientes* para com seus *patrões*. As eleições eram o momento em que os *patrões* lembravam aos seus *clientes* que chegara a hora de retribuir os “feitos” (BARREIRA, 2008; p. 99).

As relações políticas no Ceará foram ao longo dos anos marcadas pelo clientelismo: existiu a figura de um patrão que era o ponto central da rede de relações, à qual clientes se vinculavam. O Estado seria o intermediário entre clientes e patrões, estes últimos se favorecendo de coalizões entre eles mediante critérios informais de afinidades e consequentes relações políticas. Segundo Lemenhe (1995, p.25), “Grupos e redes de parentesco, de 'amizade política' e de identidades territoriais são as unidades principais de mobilização política que permeiam as estruturas formais de poder, tais como partidos, as instâncias decisórias e o aparelho burocrático”.

O primeiro período de redemocratização no Brasil (1946 - 1964) configurou no Ceará novos elementos de articulação política: os partidos políticos organizavam-se regionalmente e cada estado brasileiro possuía suas próprias forças. No Ceará, os grupos políticos continuaram a ser o foco de organização pelos anos seguintes – e na minha avaliação ainda permanecem com esse estilo de organização -,

movimentando-se de acordo com as condições conjunturais. Esses grupos se reconfiguraram de modo a dar prosseguimento à existência de chefes políticos através de medidas que foram sendo incorporadas às suas práticas.

A década de 50 e o desenvolvimentismo foram elementos centrais para a reconfiguração das chefias políticas. O desenvolvimentismo incentivou novas produções e com elas ocorreram as modificações nas relações de trabalho: finda a fidelidade pessoal, solidária para uma troca de favor economicamente direcionada – esse argumento será desenvolvido mais adiante.

Virgílio Távora iniciou sua carreira política pela União Democrática Nacional (UDN) na década de 50. Na década seguinte, em 1962, Virgílio foi eleito governador do estado e iniciou uma modernização do Ceará na economia e na máquina administrativa. Para o político, era necessário eficiência para o crescimento do Estado. Ele mostrou seu talento para articulações políticas sem prejudicar alianças com os chefes políticos.

Com o Regime Militar, Virgílio Távora mais uma vez mostrou-se astuto nas articulações: foi eleito senador e a indicação do Cel. César Cals para governador foi o marco da articulação política entre o Regime Militar e a chefia política, ele teve como vice Humberto Bezerra, membro do grupo virgilista e um dos irmãos da família tradicional dos Bezerras, da região do Cariri. Esse foi o início do “pacto dos coronéis” (CARVALHO, 2002). O retorno de Virgílio Távora ao governo do estado ocorreu em 1978, quando já se iniciava a abertura política.

Os irmãos Bezerra herdaram do pai terras, ações de uma cooperativa e ações do Banco do Juazeiro do Norte e decidiram não fazer a divisão de bens. A medida adotada pelos irmãos os beneficiou para ter acesso à política desenvolvimentista da década de 50. Os irmãos se inseriram, ainda, no ramo algodoeiro através da aquisição de duas usinas, uma no Crato e outra em Juazeiro do Norte (CARVALHO, 2002). É através da atividade de usineiros que os Bezerras articulam o poder econômico e político na região. Segundo Rejane Carvalho (2002: 27), “Os corretores como intermediários dos usineiros tornavam-se também seus potenciais “cabos eleitorais” junto a uma extensa e capilarizada rede de pequenos e médios produtores de algodão, constituindo assim uma clientela presa por débitos simultaneamente monetários e políticos”. A autora continua o argumento dizendo

que “Essa simbiose é um traço das sociedades tradicionais de base predominantemente rural, nas quais a dependência econômica permeada por relações pessoais de dívida transforma-se imediatamente em dependência política” (CARVALHO, 2002: 27).

Lemenhe (1995, p. 20) considera que o grupo familiar dos Bezerras atuava a partir de elementos significativos do tradicionalismo, combinando práticas clientelistas com a presença em bancos e indústrias distribuídos entre membros do seu grupo político. Desse modo, poderiam ser identificados como “modernos” graças ao posicionamento no contexto econômico no Ceará. A força política do grupo entra em declínio quando uma proposta de um governo “novo” e “moderno” emerge na figura de Tasso Jereissati: a política sai da perspectiva rural e tradicional que caracterizava o coronelismo para assumir uma prática mais urbana, em que o moderno busca a possibilidade de se consolidar, e que somente foi possível no contexto da redemocratização.

Lemenhe (1995, p.27) atribui a longa existência do domínio político baseado em relações pessoais ao lento processo de industrialização dentro da expansão industrial do Brasil. A intervenção do Estado na economia do Nordeste rompe com a política de caráter tradicional ao mesmo tempo que contribui para a manutenção dos coronéis, pois estes passam a sobreviver com vínculos econômicos incentivados pelo Estado e por seus meios já existentes. Lemenhe (1995, p. 32) argumenta que:

[...]os setores que se modernizam na economia urbano-industrial cearense têm seus interesses na acumulação fortemente fincados nos padrões atrasados de posse e uso da terra, os quais são fundamentos do poder tradicional. Mas as condições para a reiteração das práticas personalistas que permeiam as relações entre o poder público e os interesses empresariais em constituição no Ceará vinculam-se à conjugação entre, de um lado, a intensa dependência dos recursos federais para investimentos públicos e privados e, de outro, a extrema centralização na esfera da União no comando das políticas econômicas e no controle da dotação de recursos.

O encerramento do ciclo clientelista dos três coronéis teve início a partir das mudanças nas relações de trabalho e na forma com que a política passa a ter espaço nos grupos empresariais. As relações de trabalho são alteradas a partir do momento em que os proprietários substituem a produção de algodão pela pecuária

e, assim, reduzem o quadro de empregados e, conseqüentemente, de moradores na propriedade. A separação entre local de trabalho e residência enfraquece as relações pessoais. Os “ex-moradores” passaram a ser eleitores que precisam ser conquistados; são trabalhadores que, na década de 80, têm a possibilidade de se organizar também através de sindicatos. A base legítima de representação muda de foco (BARREIRA, 2008).

O final da década de 70 e a década de 80 são os períodos em que ocorrem relevantes transformações econômicas e sócio-políticas no Ceará. Inicia-se um enfraquecimento das bases que legitimam o poder tradicional. Há uma mudança na elite política com a chegada dos grupos empresariais como organizadores da “nova” dinâmica de poder. Ascende a figura de Tasso Jereissati e, em seguida, Ciro Gomes dá continuidade à nova perspectiva administrativa imputada pelo grupo empresarial do Centro Industrial do Ceará (CIC). É o surgimento de um jovem grupo de empresários que pertenciam à elite econômica local e passavam a ocupar cargos centrais nos grupos econômicos. Este grupo defendia uma “mentalidade política” baseada na racionalidade e na competência. Juntamente com este fator, o crescimento do parque industrial do Ceará trouxe para Fortaleza indústrias têxteis e de confecções que viabilizaram o aumento do mercado de trabalho, o que contribuiu para um significativo êxodo rural (BARREIRA, 2008).

O grupo de jovens empresários adentram o cenário político cearense já com um histórico de atuação política na família. Tasso Jereissati, eleito governador em 1986, é filho de Carlos Jereissati, que tinha sido senador da República<sup>10</sup>. A diferença entre a política do grupo tradicional e o grupo dos empresários é dada pelo fato destes últimos colocarem na política características da atividade empresarial (BARREIRA, 2008). Outro fator que diferencia as práticas políticas desse grupo em relação ao anterior é que, já na campanha eleitoral, enunciavam a necessidade da política cearense sair do perfil tradicional baseado no *coronelismo* e *clientelismo* para que ocorresse o desenvolvimento do estado.

As práticas discursivas que se iniciam a partir da ascensão dos jovens empresários seguem uma linha baseada na racionalidade e na modernidade, o que

---

<sup>10</sup> Acrescenta-se à lista dos empresários: Amarílio Macedo, filho de José Dias Macedo (senador da República); Sérgio Machado, filho de Expedito Machado (foi deputado federal e ministro de Estado) (BARREIRA, 2008).

não dispensava a aproximação dos políticos profissionais. Ciro Gomes e Lúcio Alcântara, dois nomes que andaram lado a lado com a política de Tasso Jereissati, são exemplos de políticos profissionais que se aliam à forma de fazer política dos empresários: ambos pertencem a famílias políticas tradicionais. O primeiro, é membro de uma família política tradicional da região norte do estado; o segundo, é filho de Valdemar Alcântara, antigo político cearense que iniciou sua trajetória no PSD e depois de 1964 foi para o PMDB (BARREIRA, 2008).

As bases legitimadoras dos governadores passam a ser entidades de classe trabalhadora do campo e da cidade e associações de bairros. No Poder Executivo, o tradicionalismo é substituído pelo populismo, caracterizado por relações de participação-exclusão, o que resulta numa minimização das formas individualizadas de atendimentos de necessidades dos segmentos populares. Desses aspectos, resulta a tese do início de um novo ciclo de poder (LEMENHE, 1995).

O período de redemocratização trouxe à política brasileira uma nova reconfiguração: movimentos sociais, intelectuais e sociedade civil buscavam a construção de uma perspectiva democrática no dado período. O grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati adentra o cenário político - com a vitória ao governo do Estado do Ceará do mesmo pelo PMDB em 1986 -, com o *slogan* “governo das mudanças”. Este grupo apresentava proposta baseada numa “nova forma de fazer política” que se opunha ao modelo tradicional dos coronéis e imprimia uma caráter racional e eficiente da modernidade a partir dos moldes empresariais. Os novos políticos tinham formação universitária em cursos de Economia e Administração, eram dirigentes de empresas modernas e, assim, demarcavam a dissidência dos velhos métodos, trazendo para a política a perspectiva utilizada nos planos dos negócios (BARREIRA, 2008). Para Gondim (1998: 68):

É neste contexto que os “jovens empresários” cearenses conseguem que o seu próprio projeto político seja aceito como representante dos interesses gerais da sociedade: moralizar a política, acabar com o atraso e com a miséria. Tal projeto, apesar de não negar o seu caráter capitalista, permite uma camuflagem dos interesses antagônicos das diferentes classes sociais no processo de desenvolvimento capitalista.

A política Jereissati tem repercussão nacional. Segundo Irllys Barreira (2008,

p. 152),

[...] o surgimento de uma conexão entre políticos, empresários e intelectuais significa a presença de arranjos complexos no cenário do poder que não se restringem ao âmbito local. A rearticulação da esfera política local responde, assim, a uma conjuntura nacional permeada por valores egressos de uma sociedade civil pós-autoritária. “Cidadania”, “povo” e “mudança” constituem elementos de um capital político e simbólico produzido em diversos espaços da vida social, passíveis de apropriações por agentes com disponibilidade para o exercício do poder. Tudo se passa como se a política perdesse sua “feição local”, sendo redefinida por interesses vigentes no âmbito nacional.

A peculiaridade da conjuntura cearense que se colocava diante do projeto de mudanças sugerido pelo grupo de Tasso Jereissati era como “articular regulações administrativas com distintas prioridades sociais” (BARREIRA, 2008; P. 157). O Ceará se inseria num modelo complexo, em que a modernidade política apresentava-se através da construção de um novo espaço social possuidor de setores organizados e também se destacava através de gestão administrativa com base na racionalidade, política fiscal favorável à industrialização e tentativa de acompanhar a economia nacional (BARREIRA, 2008). O novo grupo político foi construído a partir da saída dos políticos intermediários para a ascensão da elite de jovens empresários liderada por Tasso Jereissati. Essa nova configuração mostrava que a interligação entre o novo grupo e o Estado do Ceará estavam consonantes com a nova perspectiva econômica baseada na “modernidade” - aqui entendida como o processo de transição da base rural para uma base de relações mais urbanas.

O Governo Tasso Jereissati, a partir de 1987, criou os Grupos de Trabalhos Participativos (GTPs) e os Conselhos de Participação da Sociedade (CPSs) com o intuito de criar mecanismos democráticos que pudessem fazer com que “a sociedade civil tivesse mais participação nas decisões do Estado”, estimulando as comunidades a pensar as políticas públicas juntamente com o governo e buscando distanciar a sua política da prática exercida pelos governos dos coronéis que o antecederam. Segundo Linda Gondim (1998: 41),

(...) ainda que comprometido com o mesmo projeto de modernização

autoritária do setor público cearense, (...) [Tasso Jereissati] aproxima-se mais do modelo de gestão burocrática clássica, tal como definida por Weber (...). Assim, vários informantes (...) destacaram a maior preocupação de Tasso com o desempenho eficiente da máquina governamental no seu dia-a-dia, que se refletiria na escolha de técnicos de renome e de líderes empresariais para o seu secretariado, com os quais dividiria, efetivamente, o exercício do poder.

Tasso Jereissati escolheu os seus secretarios baseado no critério técnico. Recorreu ao chamado *insulamento burocrático*, colocando de um lado e em maioria os técnicos capazes de alavancar a economia do estado e, de outro, nomes políticos – sendo os primeiros responsáveis pela elaboração das políticas públicas do Estado (BONFIM, 2002). Essa nova forma de administração da máquina pública corresponde à já enunciada proposta de Jereissati para a centralização do poder e distanciamento das políticas patrimoniais anteriores. Segundo Bonfim (2002: 38):

As secretarias de estado do Ceará podem ser divididas em três categorias: a) de patronagem, ligadas às atividades de prestação de serviço à comunidade, à administração do funcionalismo e funcionamento da máquina administrativa; b) aquelas vinculadas à articulação política e ao relacionamento intra e intergovernamental; c) as secretarias econômicas, vinculadas à intervenção do Estado no ambiente econômico, nas suas funções de arrecadador de tributos, planejador e executor de políticas públicas nas áreas de agricultura, abastecimento, indústria e comércio.

Ciro Gomes é o sucessor de Tasso Jereissati e dá continuidade à *Era Tasso* introduzindo, entretanto, seu próprio “fazer político”. Enquanto Tasso elegeu-se governador sem antes ter ocupado um cargo eletivo, Giro, por sua vez, adentrou a cena política como deputado em 1982 pelo PDS. Com característica peculiar, apresentava-se como parte dos jovens políticos “modernos” (GONDIM, 1998). Se por um lado Tasso tentava dar um caráter mais burocrático à sua gestão, “Ciro Gomes tenta combinar, por vezes sem sucesso, a eficiência e a impessoalidade da burocracia, com o exercício de uma autoridade carismática” (GONDIM, 1998: 41). Sua atenção estava voltada para o sucesso de obras e programas que gerassem algum impacto e, desse modo, sua gestão no governo do Estado mostrou-se mais próxima ao personalismo do que à impessoalidade; mais centralizada do que

delegada (GONDIM, 1998).

Os governos de Tasso Jereissati e de Ciro Gomes representam a consolidação da mudança do *coronelismo* e *clientelismo* patrimonialista para uma nova forma de governar sem, entretanto, alterar substancialmente o Estado: mantém a política pessoal e autoritária (GONDIM, 1998).

A partir do governo Tasso Jereissati se tornou perceptível a diferenciação entre a economia e a política. Os políticos locais continuaram com a perspectiva clientelista e atrelavam os projetos de políticas públicas à sua imagem (AQUINO, 2000). Segundo Aquino (2000; p. 90):

Basicamente, o pragmatismo adotado pela cúpula do Governo Estadual consiste no resultado da combinação do projeto político com o projeto de poder. Por um lado, combate-se o clientelismo, nepotismo e patrimonialismo na administração estatal e escolhe-se secretários mais por capacidade técnica do que por qualquer indicação política. Para combater a corrupção no âmbito da administração estadual, o governo usa as armas que possui: substituição de suspeitos, demissões, transferências, nomeação de pessoas com boas referências para cargos de confiança etc. Mas, por outro lado, usa-se como critério para formação de alianças nos municípios não muito mais do que o puro e simples apoio eleitoral dos líderes locais aos candidatos a deputado e a governador indicados pela cúpula do Governo. Frequentemente, um município possui vários grupos políticos com rivalidades irreconciliáveis no nível municipal, mas todos apoiam o Governo do Estado e todos podem contar com o apoio e usar a imagem do Governador em suas campanhas eleitorais.

Mesmo com a diferenciação entre economia e política, as negociações das diretrizes orçamentárias prosseguiram tendo em vista acordo políticos que permitissem articulações eleitorais. Na perspectiva de Bonfim (2002: 51),

Um exemplo bastante expressivo desse tipo de separação entre política e economia é, por outro lado, um indicador da persistência de procedimentos típicos da política tradicional brasileira, e sobretudo nordestina, e ocorreu nas articulações políticas engendradas para as eleições municipais de 1988.

O desenvolvimento econômico brasileiro ocorreu através da intervenção do Estado, que uniu os interesses econômicos estatais com os interesses empresariais. A intervenção do Estado na economia brasileira foi de incentivo a indústrias

nacionais e multinacionais. Em parte do Nordeste, os industriais beneficiados pelos incentivos e os latifundiários formaram automaticamente uma rede de apoio e alianças tanto econômicas como políticas.

Jawdat Abu-El-Haj (2002) diz que o CIC se diferenciou do padrão ideológico da participação política do empresariado que tradicionalmente espera da atuação pública desses segmentos. Em outros locais do Nordeste, o desenvolvimentismo incentivou uma parceria política e econômica entre a burguesia industrial e os latifundiários. Em contrapartida, o grupo do CIC, fruto do desenvolvimentismo investidor da expansão do setor privado, viu no Estado a possibilidade de expressar a consciência de classe do empresariado local. Ainda segundo o autor, os pilares ideológicos do CIC possuem quatro componentes:

- i) crítica à estatização e ao intervencionismo desenvolvimentista do setor público, ii) defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como essência de uma sociedade aberta e democrática, iii) crítica à visão corporativa patronal e às posições conservadoras assumidas pela classe empresarial brasileira na defesa do regime autoritário, e iv) defesa do Nordeste e condenação dos desequilíbrios inter-regionais (2002: 86).

A articulação do grupo do CIC vai se consolidar em uma nova perspectiva partidária que se apresentava à conjuntura de redemocratização do Brasil, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A construção desse partido no Ceará se deu por atores com características diferentes dos atores de São Paulo. Nesse último, o partido se formou através da coalizão de um grupo de intelectuais que tinham em vista um projeto de modernização. O PSDB cearense foi construído através dos jovens empresários do grupo do CIC, ou seja, foi formado a partir da organização da sociedade civil (PARENTE, 2002).

Segundo Jawdat Abu-El-Haj (1997: 331), o novo empresariado cearense se inicia no cenário político com um perfil com mais autonomia em relação ao Estado: incentiva a competitividade e concorrência e tenta distanciar do poder público o crescimento econômico. A construção do PSDB busca atrelar economia e política para além dos moldes tradicionais que existiam no Ceará, rompendo com o desenvolvimentismo e apresentando um projeto em que a ocupação dos cargos no estado por técnicos possibilitasse desconstruir as relações clientelistas. As

características da visão econômica e política do CIC são, ainda segundo o autor: 1) Presença de crítica ao intervencionismo desenvolvimentista do setor público; 2) Concorrência e competitividade na economia de mercado e defesa da propriedade privada como traço de uma sociedade democrática; 3) Crítica ao conservadorismo dos empresários brasileiros que ainda tinham visão corporativista e patronal; 4) Defesa do Nordeste e condenação das diferenças inter-regionais.

Entendo como ciclo político um período que se inicia com a ascensão de um grupo ao poder com características diferentes daquelas manifestadas pelo grupo até então dominante. Assim, Tasso Jereissati inicia um novo ciclo político em 1986. Em 2006, a dinâmica eleitoral estabeleceu novos rumos aos arranjos entre as forças políticas cearenses que, obedecendo à lógica nacional construída pelo Governo Lula e readaptando-se ao quadro estadual, pôs Jereissati na articulação informal de apoio ao candidato ao governo Cid Ferreira Gomes.

A vitória de Cid Gomes ao governo do Ceará ocorreu em coligação com o PT nas eleições de 2006, mas contando também com o apoio informal e “discreto” de Tasso Jereissati (como já enunciado em páginas anteriores). Com a histórica oposição entre PT e PSDB – ou, no caso do Ceará, mais diretamente entre PT e Tasso Jereissati - , minha expectativa inicial era de que o Poder Legislativo expressaria as divergências entre os dois partidos. Entretanto, o comportamento na arena legislativa por parte dos deputados estaduais foi de situação, incluindo a legenda psdbista. Uma análise sobre a relação entre Executivo e Legislativo, mais especificamente sobre a atuação do Legislativo cearense segue nas próximas páginas.

## Parte II:

# GEOGRAFIA DO VOTO E AÇÃO POLÍTICA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ

### Primeiros Passos: Compreendendo a Geografia do Voto

Na perspectiva da implementação de uma democracia representativa ideal, a ida às urnas é a primeira manifestação de cidadania. Escolhe-se um representante para que ele possa gerir e fiscalizar a administração pública; o representante eleito é, assim, responsável pelo bem público material e pela qualidade de vida dos cidadãos, inclusive daqueles que não colaboraram para elegê-lo. Os eleitores e os representantes têm um vínculo que na Ciência Política é tratado como *accountability*, ou seja, trata-se da responsabilidade social através da prestação de contas dos representantes para os representados (AMES, 2003).

Como já foi dito em capítulos anteriores, a representação política dentro do sistema político partidário brasileiro deve ser exercida de modo fiduciário, ou seja, deve ser dirigida a toda a população e não apenas àqueles que votaram no representante. Entretanto, os políticos profissionais escolhem, a partir de seus interesses, localidades administrativas ou especificidades sociais para que sejam prioridades no seu exercício da representação política. No poder legislativo, isso pode corresponder aos seguintes interesses: 1) Distribuir as funções políticas e contribuir para que todos os cidadãos sejam representados; 2) Alimentar suas bases eleitorais e investir em alianças políticas de forma a garantir a perpetuação no poder. O estímulo para exercer a representação pode ser diverso e esta diversidade fará o político se definir por uma das duas perspectivas apresentadas. Para o propósito desse trabalho, identificar de onde veem os votos e qual é a ação política dos deputados estaduais cearenses é uma forma de compreender o que estimula nossa representação legislativa.

A Geografia do Voto é a averiguação da distribuição espacial de votos que um candidato obteve em um dado período eleitoral. Em capítulos anteriores, descrevi o funcionamento do sistema político partidário brasileiro. Das características apresentadas, algumas são interessantes de serem retomadas para melhor

compreender a temática da geografia do voto e sua aplicabilidade no desenvolvimento deste trabalho.

O sistema político partidário brasileiro constitui os estados como distritos de modo que os votos são distribuídos por todo o território estadual, sem delimitar circunscrições por região estadual. Desse modo, “A lei permite que os candidatos peçam votos em qualquer região de seus estados, mas, na realidade, a maioria limita geograficamente suas campanhas” (AMES, 2001; P. 64). Ainda segundo Ames (2003; p. 64):

A geografia do voto como metodologia da ciência política é mais comum na Europa do que nos Estados Unidos (...). A análise espacial é provavelmente mais fecunda no caso de distritos de mais de um representante (...). As análises espaciais também se adaptam muito bem a dados agregados, visto que as pesquisas realizadas em unidades políticas de pequena população raramente permitem o exame de fenômenos contextuais.

A proposta de análise do caso cearense visa tentar compreender a ação política dos nossos representantes legislativos em um contexto em que o governo estadual possui oposição mínima. A escolha da geografia do voto como metodologia de análise foi pensada para ser uma contribuição à abordagem de Política Comparada<sup>11</sup> e, assim, dar prosseguimento ao debate sobre a democracia e seus caminhos institucionais no Brasil através do estudo de uma realidade política subnacional.

Existem alguns métodos utilizados para o cálculo da distribuição de votos. Por se tratar de uma proposta que inclui análise qualitativa para traçar os perfis dos deputados, optei por analisar a distribuição de votos a partir da visualização das cores e dos indicadores de *Centralidade Municipal* e *Centralidade Pessoal*.

A interpretação das cores é feita de maneira que as localidades destacadas por tons claros são as em que o deputado menos teve voto e os locais com tons mais escuros foram os mais representativos para o deputado ou o deputado foi mais representativo para o município. A centralidade municipal indica a quantidade de votos dos municípios que foram para o deputado – a importância deste para o município -, e a centralidade pessoal refere-se aos votos dos municípios que foram

---

<sup>11</sup> Na Ciência Política, é chamada de Política Comparada a abordagem que procura, através dos dados empíricos, fazer comparação sócio-histórica entre diversas realidades políticas.

mais importantes para eleger o deputado.

Barry Ames (2003; P. 65) considerou para a distribuição espacial dos votos a dominância, o compartilhamento e a contiguidade e elaborou quatro tipologias: dispersa/compartilhada, dispersa/dominante, concentrada/compartilhada, concentrada/dominante. Para a formação da tipologia específica da realidade política legislativa cearense, considerei três grupos de possíveis combinações dos votos: 1) Concentrados ou Dispersos, com a análise visual dos mapas; 2) Dominante ou Partilhado, analisando através dos indicadores, sendo dominante quando a centralidade municipal for superior a 25% de votos em pelo menos um município. Esse corte foi feito com base na quantidade de deputados e na trajetória política de cada um deles; 3) Capital e Região Metropolitana (RM)<sup>12</sup> ou Interior, sendo a primeira situação referente aos municípios próximos à Fortaleza e a segunda situação referente aos demais municípios do estado do Ceará. Desse modo, foram elaborados oito tipos:

- Concentrado e dominante Capital e RM;
- Concentrado e dominante Interior;
- Concentrado e Partilhado Capital e RM;
- Concentrado e Partilhado Interior;
- Disperso e dominante Capital e RM, que na divisão dos deputados ficou vazia;
- Disperso e dominante Interior;
- Disperso e partilhado Capital e RM;
- Disperso e partilhado Interior.

Os deputados estaduais tendem a iniciar suas trajetórias políticas no âmbito municipal antes de se dedicar ao legislativo estadual. O comportamento na Assembleia Legislativa possui uma dinâmica de ação que ajuda a perceber o movimento das forças políticas existentes no território cearense. Assim, ao interligar

---

<sup>12</sup> Atualmente, o Ceará possui duas Regiões Metropolitanas: 1) Capital Fortaleza e; 2) Região Metropolitana do Cariri. A segunda começou a existir no decorrer da 27ª legislatura. Assim, considero aqui nesse trabalho apenas o primeiro caso.

a arena eleitoral e a arena legislativa, podemos observar e compreender as estratégias de conquista e/ou manutenção do poder.

## 1. Distribuição dos Votos e Perfil dos deputados

Neste capítulo, discorrerei sobre a distribuição dos votos e o perfil dos deputados estaduais do Ceará. Primeiramente, falarei sobre a metodologia para interpretação dos mapas dos votos de cada deputado. Após essa etapa, apresento o perfil dos políticos estudados<sup>13</sup> e, ao final, sugiro uma tipologia a partir da análise da distribuição dos votos e do perfil elaborado<sup>14</sup>. Na proposta inicial dessa pesquisa, pretendia seguir a tipologia de Barry Ames (2003). Entretanto, a execução de um projeto de pesquisa depende dos elementos empíricos que se apresentam no seu decorrer e, por isso, algumas vezes o que é pensado no projeto inicial vai se adaptando às informações, se remodelando e redesenhando sua estrutura. Com o devido cuidado para preservar tanto quanto possível o objetivo da pesquisa, o pesquisador deve seguir o curso atento para que o caminho inicialmente traçado não se “engesse” e o impeça de apreender a realidade empírica dentro das condições e do tempo de execução da pesquisa.

Neste trabalho, duas necessidades se apresentaram modificando a estrutura inicial: 1) Construção de uma tipologia própria da realidade cearense; 2) Aplicação de dois indicadores, sendo eles *Centralidade Municipal (Cm)* e *Centralidade Pessoal (Cp)* apresentados nos mapas nos municípios onde obtiveram os valores máximos.

Inicialmente, o meu intuito era seguir a divisão tipológica apresentada por Barry Ames (2003) ao analisar a distribuição dos votos dos deputados federais brasileiros em sua obra *Os entraves da democracia no Brasil*. A tipologia do autor serviu de inspiração norteadora para meus propósitos. Entretanto, apesar da proximidade do tema e do entendimento de que sem o conhecimento da obra do

---

<sup>13</sup> Os perfis foram elaborados a partir das informações de dois Anuários do Ceará (colocar os anos dos anuários), sites dos próprios deputados e outras fontes que serão apresentadas em notas de rodapé.

<sup>14</sup> Optei por deixar a análise do discurso na parte da arena legislativa por compreender que para uma boa análise, metodologicamente, é melhor entrelaçar o perfil, a ação política e o discurso para depois retomar esses elementos à tipologia dos votos.

autor minha análise percorreria outro viés tipológico, o objetivo da minha pesquisa tem a especificidade de analisar a distribuição dos votos dos deputados estaduais e a formação de possíveis circunscrições informais que dão base e configuração à ação política no legislativo estadual. Diante disto e inspirada nas ideias de Ames, interpretarei a realidade política cearense respeitando suas particularidades.

Para melhor compreensão da aplicação dos índices, desenvolverei logo a seguir um tópico específico.

### **1.1. CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DOS VOTOS NO CEARÁ**

A concentração e dispersão mostradas através da geografia do voto somadas ao acompanhamento da ação política na Assembleia Legislativa são subsídios para a compreensão da *conexão eleitoral* e da coesão partidária, pois permitem a familiarização com a dinâmica e a natureza da competição nas diversas regiões, municípios e distritos do estado do Ceará. Através da divisão do Ceará em regiões proposta pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), a análise utilizará o grau de concentração e dispersão dos votos nessas unidades geográficas a partir da diferenciação de cores e, assim, construir tipologias adequadas para caracterizar o político cearense.

Para a análise da arena eleitoral, utilizei duas bases de dados fornecidos pelo TRE: o primeiro contém o resultado de cada candidato a deputado estadual na eleições de 2006 e as seções eleitorais em que tiveram votos. O segundo banco contém informações sobre cada deputado referentes a estado civil, sexo, naturalidade, data de nascimento, partido a que estava filiado, coligação da candidatura, resultado da eleição (eleito, não eleito, eleito por média), dentre outras informações<sup>15</sup>. A análise está focada principalmente nos deputados eleitos nas eleições de 2006, podendo eventualmente fazer referência às eleições de 2000, 2002, 2004, caso necessário<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> O banco de dados foi utilizado anteriormente num artigo em coautoria com Jakson Aquino. O trabalho resultante foi apresentado no III Encontro Estadual de Ciências Sociais do Ceará. Trabalhamos com todos os 544 candidatos que foram votados. Para esta pesquisa, utilizarei apenas os dados referentes aos deputados *eleitos* e, em alguns momentos, utilizarei também o número total de candidatos que disputaram as eleições de 2006.

<sup>16</sup> A utilização de dados referentes às eleições municipais foi necessária para compreender a trajetória política dos deputados estaduais eleitos em 2006.

Os mapas do Ceará<sup>17</sup> foram feitos a partir dos critérios de *dominação* e *concentração* dos votos dos candidatos a partir dos dados referentes às seções eleitorais e utilizei também os números de votos recebidos pelos deputados estaduais em cada município para que fosse possível construir os mapas e a diferenciação de cores. Devido à complexidade de se trabalhar com os índices utilizados pelos estudiosos da *geografia do voto* e pensando em contribuir com a clareza do trabalho, optei por uma análise da concentração e dispersão dos votos a partir da visualização das cores. A interpretação da gradação de cores é feita com a referência de que a cor mais escura significa grande concentração de votos. Quanto mais escura a cor, mais votos o deputado tem naquele município; quanto mais clara, menos votos. O intuito é observar a relação entre a base espacial através da distribuição do voto e uma possível convergência com a política local dos municípios.

O mapeamento dos votos corresponde aos 46 deputados estaduais eleitos no pleito de 2006, incluindo aqueles que não permaneceram no Legislativo para ocupar cargo nas secretarias do estado e seus suplentes. A necessidade de incluir alguns dos suplentes surgiu quando observado que muitos exerceram mandatos e outros ainda exercem. Foram colocados e analisados aqueles que ocuparam as cadeiras do legislativo estadual por no mínimo um ano. Segundo o Jornal *O Povo*<sup>18</sup>, do início de 2007 até abril de 2009, vinte e sete suplentes assumiram cadeiras na AL-CE, contabilizando aqueles que saíram para secretarias e os que assumiram o lugar de deputados que tiraram licença. O PSDB foi o partido que mais contribuiu para esta rotatividade.

Algumas considerações podem ser feitas a partir do material sistematizado. O que foi observado nas votações dos deputados estaduais do Ceará é que não há diferenciação no que diz respeito a concentração e dispersão e o comportamento ideológico; os parlamentares de esquerda da legislatura iniciada em 2007 possuem votação concentrada, como por exemplo Rachel Marques (PT), com votação concentrada em Quixadá e Artur Bruno (PT), com votação concentrada na Região Metropolitana. A partir desta primeira interpretação, percebi que precisaria, para

---

<sup>17</sup> Os mapas foram pensados inicialmente como anexo. Para facilitar a leitura e visualização dos dados, incorporei ao texto juntamente com o perfil dos deputados.

<sup>18</sup> Fonte: Jornal *O Povo*, 10 de abril de 2009.

compreender a distribuição territorial dos votos, conhecer minimamente a trajetória política de cada deputado. Nos dois casos apresentados, não há um padrão que os coloque em uma mesma tipologia: Raquel Marques construiu sua militância ao lado de seu marido, Hilário Marques, atuando junto a algumas categorias que são articuladas como base social do PT; já Arthur Bruno possui o apoio de uma categoria que se manifesta mais notoriamente na Região Metropolitana – são os professores de escolas do Ensino Médio e os eleitores simpatizantes do partido.

Observa-se que a maioria dos deputados estaduais possui significativa quantidade de votos para sua eleição concentrados na capital (Fortaleza). Alguns dos deputados com este padrão de concentração possuem quantidade de votos relativamente significativa em outros municípios graças a alianças com políticos locais. O que mais se destaca na distribuição espacial dos votos são as circunscrições informais que evidenciam formação de forças políticas marcadas pelo tradicionalismo político.

## 1.2. PERFIL DOS DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS EM 2006

Na análise do capítulo, considerei os 49 deputados que assumiram o mandato a partir de 2007. Desse modo, alguns deputados que ocuparam cargos nas Secretarias de Governo do estado e que não exerceram mandato não foram contemplados. Exclui também os suplentes que passaram pouco tempo em exercício do mandato. Isso porque a análise foi ficando cada vez mais imprecisa e superficial quando tentei incluir *todos* que passaram pela Assembleia Legislativa.

De acordo com o que fui observando nos mapas e na própria trajetória política de cada deputado, a tipologia concentrado/disperso foi insuficiente. As localidades que se destacam no mapa correspondem aos municípios nos quais o deputado obteve voto. Assim, a sugestão de tipologia se baseia em três características da distribuição que podem ser: 1) *Dominante/Partilhado*; 2) *Concentrado/Disperso*; 3) *Capital/Interior*. As tipologias apresentadas a seguir seguem a linha de raciocínio de Ames (2003, p. 65 – 74) como referência inicial e, para construir tipologia a partir da realidade empírica particular do Ceará, utilizei como critérios de classificação a visualização dos mapas e os **perfis** construídos (e apresentados seguindo a

apresentação das tipologias) a partir de informações coletadas no Anuário do Ceará do jornal *O Povo* e do site oficial da Assembleia Legislativa<sup>19</sup>. Para a classificação, em alguns casos, para complementar o indicador das centralidades, o critério escolhido foi o perfil do deputado. Os partidos considerados são aqueles pelos quais os deputados foram eleitos, pois trata-se da distribuição de votos da eleição específica de 2006. Caso tenha ocorrido alguma migração no decorrer do mandato, apresentarei no perfil dos deputados.

### **1.2.1 – Deputados com votos Concentrados e Dominantes no Interior**

A tipologia de votos *Concentrados e Dominantes no Interior* inclui a grande maioria dos deputados. Com a categorização *concentrados* quero indicar a proximidade dos municípios onde o deputado obteve votos, identificando-os através da visualização das cores. Considero *dominantes* os deputados que obtiveram Centralidade Municipal (Cm) superior a 25% em pelo menos um município. Os deputados dessa seção tiveram votação expressiva no Interior do estado. Na tabela abaixo, estão as principais informações a respeito dos deputados para melhor visualização.

---

<sup>19</sup> As informações contidas nos perfis dos deputados foram tiradas do **Anuário do Ceará** (2007-2008), produzido pelo jornal **O Povo** e pelo site oficial da Assembleia Legislativa do Ceará <http://www.al.ce.gov.br/>.

Tabela 3: Concentrados e Dominantes no Interior

Partido	Deputados eleitos <sup>20</sup>	Migrante	Tradição Política Familiar	Mais de um mandato*
PSDB	Cirilo Pimenta	NÃO	SIM	SIM
	Gony Arruda	NÃO	SIM	SIM
	João Jaime	NÃO	SIM	SIM
	José Ilo	NÃO	SIM	NÃO
	Júlio César	NÃO	SIM	SIM
	Moésio Loiola	NÃO	SIM	SIM
	Nenem Coelho	NÃO	SIM	NÃO
	Professor Teodoro	NÃO	SIM	SIM
	Rogério Aguiar			
	Tomás Filho	NÃO	SIM	SIM
			NÃO	SIM
			NÃO	
PC do B	João Ananias	SIM	NÃO	SIM
PMDB	Domingos Filho	NÃO	SIM	SIM
	Neto Nunes	NÃO	SIM	NÃO
	Manoel de Castro	NÃO	SIM	NÃO
PSB	Antônio Granja	SIM	SIM	SIM
	Ivo Gomes	SIM	SIM	SIM
	Sérgio Aguiar	NÃO	SIM	NÃO
	Sineval Roque	SIM	SIM	SIM
	Wellington Landim	SIM	SIM	SIM
PT	Dedé Teixeira	NÃO	SIM	NÃO
	Rachel Marques	NÃO	SIM	SIM
PSL	Hermínio Resende	NÃO	NÃO	NÃO
	Perboyre	SIM	SIM	NÃO
	Diógenes			
PV	Edísio Pacheco	SIM	NÃO	NÃO
PHS	Francisco Caminha	NÃO	NÃO	SIM
TOTAL	25	SIM - 7 NÃO - 18	SIM - 21 NÃO - 4	SIM - 15 NÃO - 10

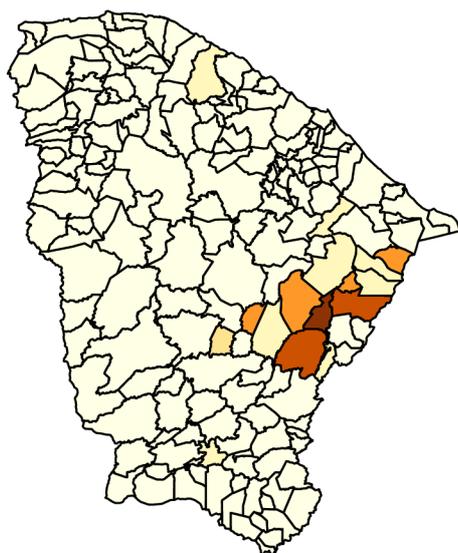
<sup>20</sup> Deputados eleitos que se encaixam nessa tipologia.

Fonte: Banco de dados da autora<sup>21</sup>

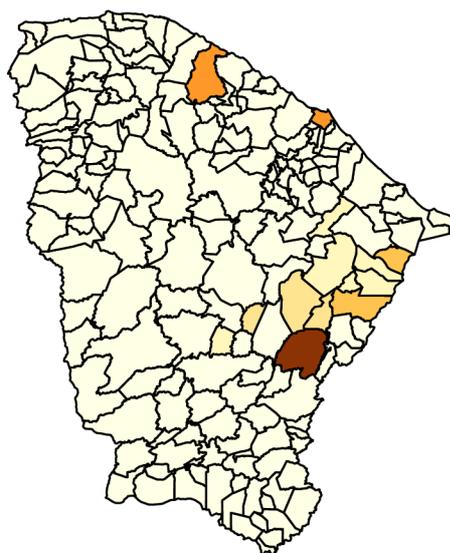
\*Mais de um mandato na Assembleia Legislativa

O perfil dos deputados aqui apresentados corresponde, em sua maioria, a não migrantes, com tradição política e mais de um mandato na Assembleia Legislativa; maioria do PSDB e do PSB. Barry Ames (2003, p. 66) utiliza a tipologia dominantes/concentrados para os deputados que possuem votos em municípios contíguos de forma dominante. O autor atribui essa estrutura de distribuição de votos à tradição política familiar e/ou a aliança com políticos dos municípios da região. Ainda para o autor, as relações entre político e eleitor nessa tipologia são guiadas pelo personalismo, em que há troca de favores por votos.

### Antonio Granja (PSB, nº 40000)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,55



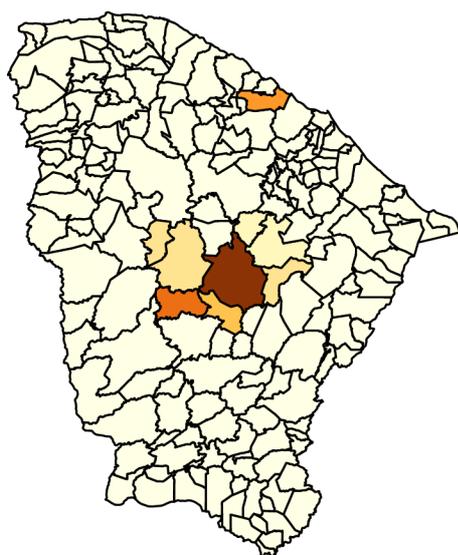
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,19

Antônio Granja foi eleito pelo PSB com 46.259 votos principalmente na região do Vale do Jaguaribe, nos municípios de Piquet Carneiro, Milhã, Alto Santo, Itapipoca, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Morada Nova, Quixeré, São João

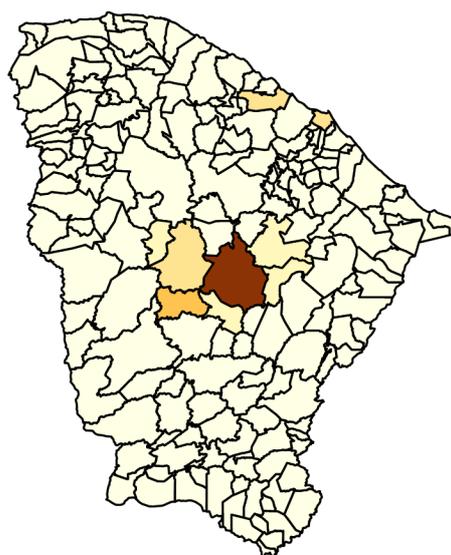
<sup>21</sup> O banco de dados foi construído a partir de informações contidas no Anuário do Ceará (2007/2008) e no site da Assembleia Legislativa.

do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. O valor máximo da sua centralidade municipal foi 0,55, ou seja, 55% dos votos para deputado estadual dos eleitores de Jaguaribara foram para Antônio Granja. Sua centralidade pessoal máxima foi de 0,19, referente a Jaguaribe, sendo este o município que mais contribuiu para elegê-lo, com 19% dos votos recebidos pelo deputado. Ele está exercendo seu terceiro mandato consecutivo, se identifica como centro-esquerda. É aliado de Welington Ladim e já foi prefeito de Jaguaribara de 1993 a 1996. É filho de Ananias Granja, ex-prefeito desta mesma localidade por duas vezes na década de 1970 pelo partido Arena. No mandato iniciado em 2007, Antônio Granja apresentou como prioridade “política voltadas aos interesses do homem do interior”. Sua atuação em plenário é discreta, com poucos pronunciamentos e poucas proposições – das oito apresentadas, cinco eram dirigidas aos municípios que são sua base territorial. Atualmente, Granja está no PPS. Seu histórico partidário aponta para uma frequente migração partidária. Foi prefeito de Jaguaribara pelo PDT; seu primeiro mandato na AL-CE foi pelo PTB, elegeu-se em 2006 pelo PSB e agora está no PPS.

### **Cirilo Pimenta (PSDB, nº 45175)**



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,49



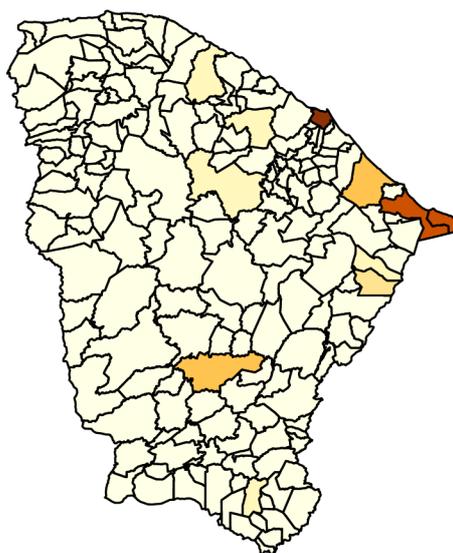
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,31

Cirilo Pimenta foi eleito com 48.744 votos principalmente nos municípios de Quixeramobim, Quixadá, Banabuiú, Senador Pompeou, Pedra Branca, Boa Viagem, Monsenhor Tabosa. O valor máximo da sua centralidade municipal foi 0,49, ou seja, 49% dos votos para deputado estadual dos eleitores de Quixeramobim foram para Cirilo Pimenta. Sua centralidade pessoal máxima foi de 0,31, referente também a Quixeramobim, sendo este o município que mais contribuiu para elegê-lo, com 31% dos votos recebidos pelo deputado. Cirilo Pimenta foi prefeito de Quixeramobim por dois mandatos. Ademais, foi presidente do PSDB e membro de uma secretaria no governo pesdebista. No decorrer de sua campanha, chegou a ser detido por prática de boca de urna, o que negou.

### Dedé Teixeira (PT, nº 13200)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,45

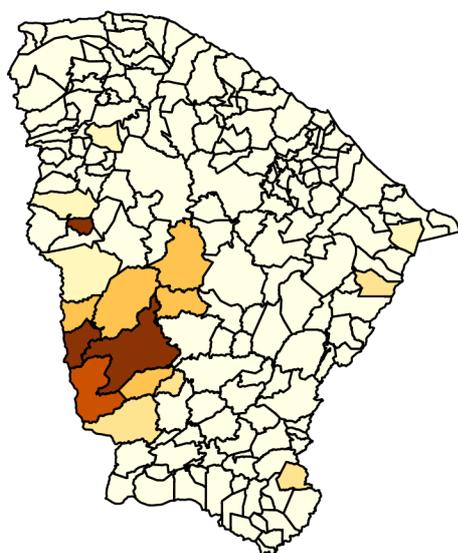


Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,17

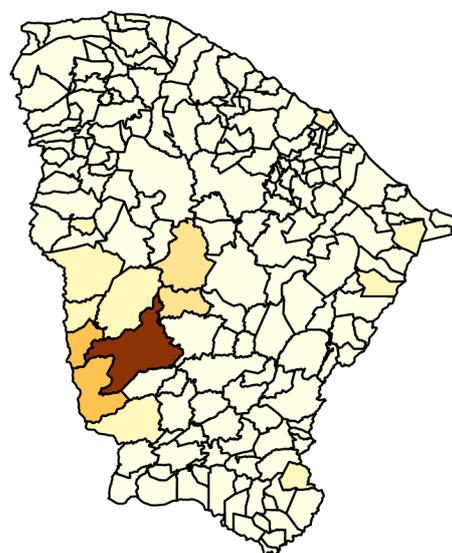
Dedé Teixeira exerceu seu primeiro mandato no legislativo estadual como suplente iniciado em 2007. O número de votos obtidos foi 26.891 e o valor máximo da sua centralidade municipal foi 0,45, ou seja, 45% dos votos para deputado estadual dos eleitores de Icapuí foram para Dedé Teixeira. Sua centralidade pessoal

máxima foi de 0,17, referente a Fortaleza, sendo este o município que mais contribuiu para elegê-lo, com 17% dos votos recebidos pelo deputado. Ele foi prefeito de Icapuí por três mandatos, revezando os mandatos com o petista José Airton Cirilo. Colocou como prioridade de atuação parlamentar no início de seu mandato “Pesca e aqüicultura, que vem ao longo dos anos abandonadas. Fomentar a pesca, tanto marítima quanto nos açudes do interior, além da bandeira do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe. Interação com a sociedade civil e inter-relação com os movimentos sociais”<sup>22</sup>. O exercício da representação política do deputado foi direcionado para suas bases eleitorais sociais, sendo estas as que vivem da pesca litorânea e, portanto, a base social coincide com a base territorial (região do litoral lesta do Estado).

### Domingos Filho (PMDB, nº 15333)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,6



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,24

Domingos Filho foi eleito com 65.730 votos, sendo a maioria deles concentrados na região dos Inhamuns, composta dos municípios de Tauá, Parambu, Arneiroz, Catarina, Saboeiro e Aiuba e ainda teve votação significativa nos municípios de Independência, Quiterianópolis, Novo oriente, Ararendá, Boa Viagem, Pedra Branca (todos vizinhos da região do Inhamuns) e em Barro e Tabuleiro do

<sup>22</sup> Anuário do Ceará, Jornal O Povo.

Norte (estes distantes de Inhamuns). O Domingos Filho é aliado do Eunício Oliveria (PMDB) e foi eleito presidente da Assembléia Legislativa contando com apoio do governador Cid Gomes (PSB). Exerce seu quarto mandato consecutivo, estando no legislativo estadual desde 1995. O deputado define sua identificação ideológica como centro-esquerda e suas prioridades no parlamento são “Interiorização do desenvolvimento, desconcentração do crescimento em Fortaleza e Região Metropolitana, geração de emprego, industrialização e incentivo aos pequenos negócios”. O deputado vem de uma geração da política local de Tauá iniciada por Manoel Gonçalves de Freitas (seu tio-avô) em 1936. Desde do início de seu mandato em 2007, já tinha como objetivo principal a criação de novos municípios no interior, o que foi concretizado através da proposta de Lei Complementar de regulação de criação de novos municípios no Ceará (LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 21.12.09)<sup>23</sup>.

### **Edísio Pacheco (PV, nº 43600)**



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,39



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,78

Edísio Pacheco foi eleito com 21.083. Está na cena política de Itapipoca a algum tempo, foi vereador por três mandatos, dois pelo PDT e um pelo PSDB. Em

<sup>23</sup> Site <http://www1.al.ce.gov.br/legislativo/leis.php#> consultado no dia 01 de abril de 2010.

2004 foi vice-prefeito de Itapipoca, rompendo com o prefeito em 2005 (Roberto Ribeiro Barroso, PDSB). Sua atuação em plenário é discreta: fez oito pronunciamentos no total.

### minha (PHS, nº 31777)



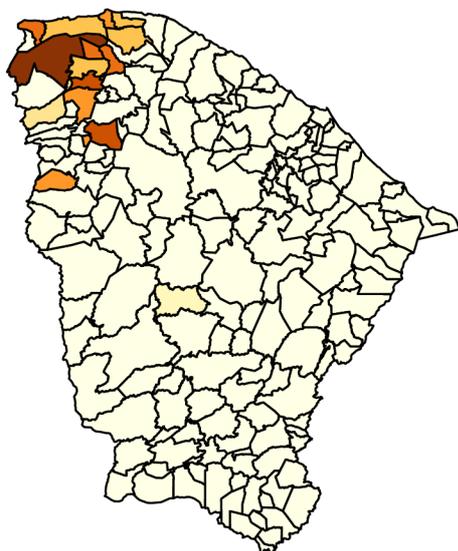
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,41



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,63

Francisco Caminha foi eleito com 26.536 votos concentrados em Fortaleza e Irauçuba. Francisco Caminha exerceu na 27ª legislatura seu segundo mandato consecutivo na AL-CE e tem base eleitoral em movimentos da Igreja Católica.

## Gony Arruda (PSDB, nº 45455)



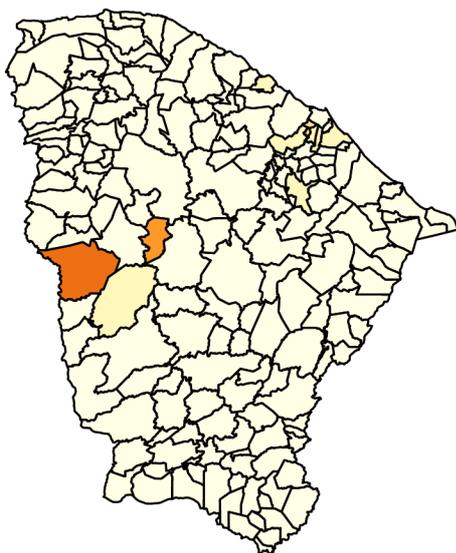
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,51



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,21

Gony Arruda foi eleito com 49.214 votos destacados em Granja, Camocim, Barroquinha, Jijoca, Cruz, Bela Cruz, Martinópolis, Senador Sá, Uruoca, Moraújo, Coreaú, Tianguá, Cariré, Pacujá e Croatá, indicando dominação nesses municípios. Podemos afirmar que sua base territorial é ao norte do Ceará. Ele está em seu terceiro mandato consecutivo na AL-CE e se identifica como de centro-direita. Pertence a uma família política tradicional de Granja que está no poder político do município desde da década de 1950. Seu pai, Esmerindo Arruda, foi deputado federal em três mandatos na década de 50 e 60 e prefeito de Granja (1989-1992). Sua mãe, Carmem Arruda, foi prefeita de Granja entre 1997 e 2004. Seu tio, Vicente Arruda é deputado federal. Graças à sua atuação no cenário esportivo, o deputado teve como objetivo em seu mandato viabilizar o estado do Ceará como sede para a copa do mundo em 2014. Em plenário, costuma fazer pronunciamentos. Fez quatro proposições, sendo três delas para os municípios de sua base territorial.

## Hermínio Resende (PSL, nº 17000)



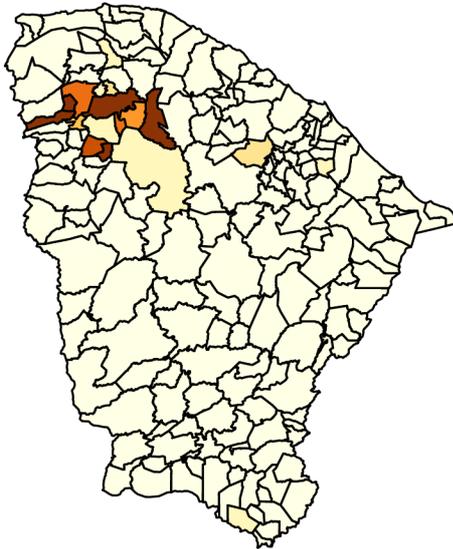
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,31



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,25

Hermínio Resende foi eleito com 34.815 votos em Crateús, Monsenhor Tabosa, Maracanaú e Fortaleza. Hermínio Resende se auto-identifica como centro-esquerda. Foi vice-prefeito de Maracanaú e é conhecido como Irmão Resende, pois é membro da igreja evangélica Inverno da Vida. Assumiu o cargo de diretor da Delegacia Regional de Saúde de Crateús em 1982 e, em 1994 inaugurou o Hospital de Oftalmologia de Maracanaú. Nascido em Crateús, Resende é filho de Raimundo Soares Resende, prefeito de Crateús por dois mandatos.

### Ivo Gomes (PSB, nº 40111)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,45



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,48

Ivo Gomes foi eleito com 73.096 votos obtidos principalmente em Sobral, Frecheirinha, Ubajara, Coreaú, Mucambo, Reriutaba, Varjota, Meruoca e Caridade. Sua centralidade municipal e centralidade pessoal máximas foram obtidas em Sobral, sendo este o município no qual sua família (os Ferreira Gomes) construiu seu patrimônio político. Ivo Gomes foi eleito para o seu segundo mandato na AL-CE, mas foi licenciado para exercer o cargo de chefe de gabinete de Cid Gomes (seu irmão) e é o principal articulador político do governador.

## João Ananias (PC do B, nº 65651)



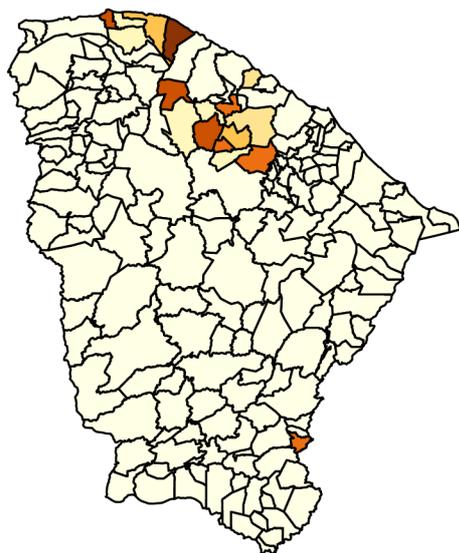
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,42



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,36

João Ananias foi eleito com 24.703 votos concentrados em Santana do Acaraú. Obteve muitos votos em Morrinhos, Miraíma, Fortaleza e Paracuru. Foi licenciado para exercer o cargo de secretário de Saúde do Estado. Lula Moraes assumiu a suplência. João Ananias é o líder político que comanda o município Santana do Acaraú e fez sua carreira política no PSB. Saiu para o PCdoB devido a conflitos com Sérgio Novaes. O deputado foi prefeito entre 1989-1992 e novamente em 1997-2000. Entre estes mandatos, foi deputado estadual em 1995-1996. Detém força política no município desde a década de 1980, tendo conseguido eleger seus aliados mesmo quando não estava cumprindo mandato.

### João Jaime (PSDB, nº 45000)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,48



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,14

João Jaime foi eleito com 46.711 votos principalmente nos municípios Jijoca, Acaraú, Itarema, Miraíma, Itapajé, Tejuçuoca, Apuiarés, Pentecoste, General Sampaio, Paramoti, Caridade, Paraipaba, Ipaumirim e Fortaleza. Ele está em seu segundo mandato consecutivo e é aliado de Tasso Jereissati e casado com a prima de Jereissati. O deputado pertence a uma família tradicional do município de Acaraú, é neto e sobrinho de ex-prefeitos. Sua prioridade de ação parlamentar é “Ser oposição diferente da que o PT sempre nos fez. No que for possível, ajudar o governador Cid Gomes a governar bem, e criticando quando ele errar”<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Anuário do Ceará, Jornal O Povo.

### José Ilo (PSDB, nº 45888)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,56



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,49

José Ilo Alves Dantas foi eleito com 49.876 votos. Obteve votos principalmente nos municípios Quixelô, Jucá, Cariús, Jardim, Baixio e Orós. É um tradicional político de Iguatu e nas eleições de 2006 logrou êxito para seu primeiro mandato de deputado estadual. Seu filho, Agenor Neto, estava na prefeitura de Iguatu quando José Ilo foi para o legislativo estadual. Exerce influência em Quixelô, cidade vizinha a Iguatu, onde foi prefeito por três vezes. José Ilo se envolveu em escândalos juntamente com ser filho, Agenor Neto. Em meio a polêmicas, no seu último mandato em 2000, precisou renunciar à prefeitura e conseguiu eleger para o cargo sua sobrinha que, na eleição seguinte conseguiu se reeleger.

## Julio Cesar (PSDB, nº 45789)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,28



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,48

Júlio César possui como valor máximo da sua centralidade municipal 0,28, ou seja, 28% dos votos para deputado estadual dos eleitores de Ocara foram para Júlio César. Sua centralidade pessoal máxima foi de 0,48, referente a Fortaleza, sendo este o município que mais contribuiu para elegê-lo, com 48% dos votos recebidos pelo deputado. Sua trajetória política foi construída principalmente em Maracanaú, onde exerceu três mandatos como prefeito. Nas eleições de 2002, sua mulher, Meyre Costa, exerceu mandato na Assembleia Legislativa. Voltou ao parlamento estadual nas eleições de 2006.

## Manoel de Castro (PMDB, nº 15444)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,29



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,33

Manoel de Castro Neto teve concentração de votos em Morada Nova. Ao olhar o mapa, é perceptível a concentração de seus votos a partir das cores destacadas em poucos municípios. Pertence a um grupo político familiar tradicional em Morada Nova. Assumiu o mandato graças a licença de três deputados eleitos da coligação que foram para cargos de secretarias. Sua atuação na Assembleia Legislativa é de presença em plenário e com alguns pronunciamentos (média de 15 por ano). Suas proposições são dirigidas à sua base eleitoral territorial.

### Moésio Loiola (PSDB, nº 45150)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,56



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,22

Moésio Loiola tem concentração de votos principalmente no município de Viçosa do Ceará. Em seu sexto mandato consecutivo, é um dos mais influentes no Legislativo estadual. Sua participação em plenário ocorre principalmente em apartes e não tanto em pronunciamentos. Na legislatura fez quatorze proposições, muitas delas sendo retiradas ou rejeitadas. Aliado de Tasso Jereissati, não tem histórico de migração partidária. Na tipologia de Ames, Loiola seria disperso-dominante.

### Nenem Coelho (PSDB, nº 45777)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,63



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,4

Nenem Coelho foi eleito com 41.824 votos, concentrados nos municípios Novo Oriente, Crateús e Independência. Pertence a família política tradicional na região de Novo Oriente: foi prefeito por oito anos (até 2004) do município e cumpre seu primeiro mandato na AL-CE. Seu pai também foi prefeito de Novo Oriente. O deputado é ligado ao grupo do ex-prefeito de Crateús, Paulo Nazareno. Como prioridade de ação parlamentar, Nenem Coelho aponta “Geração de emprego, sobretudo para a região centro-oeste do estado e para o sertão dos Inhamuns”<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Anuário do Ceará, Jornal O Povo.

### Neto Nunes (PMDB, nº 15555)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,54

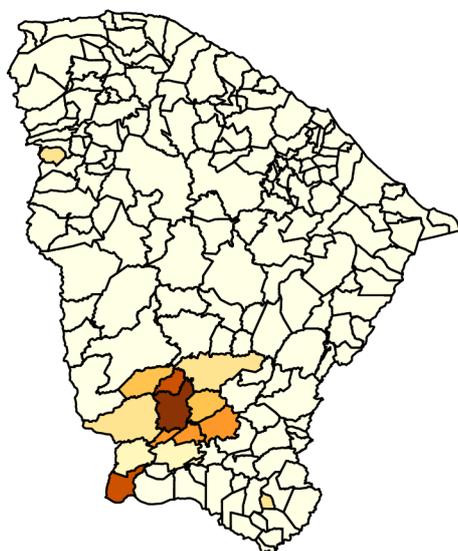


Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,39

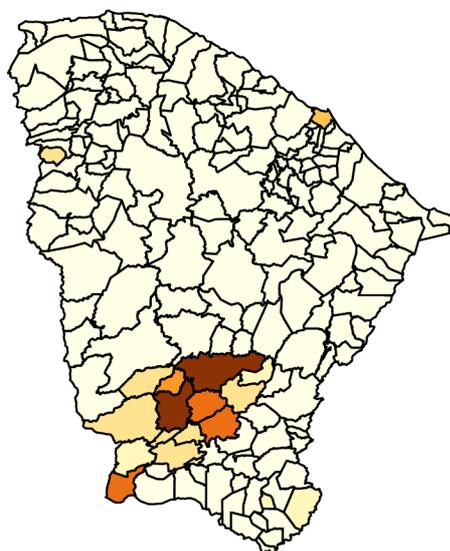
Neto Nunes foi eleito com 41.055 votos. Nos mapas, destacam-se os municípios de Icó, Orós, Lavras da Mangabeira e Baixio e obteve votos também em Umari, Jaguaribe e Pereiro. Pertence a uma família política tradicional do município Icó, no qual foi prefeito por dois mandatos (1997-2004). Seu pai, Oriel Nunes, também foi prefeito de Icó e exerceu mandato de deputado estadual. Neto Nunes colocou como prioridade parlamentar “Trabalhar pela região Vale do Salgado e o Centro-sul do Ceará. Lutar pela revitalização do perímetro irrigado Icó-Lima Campos, que corta a cidade de Icó, pela saúde na região e pelo Hospital Regional de Icó. Buscar incentivos fiscais para que as indústrias possam se instalar na região. Tentar levar a universidade pública para a região do Vale do Salgado”<sup>26</sup>. Suas proposições na Assembleia Legislativa foram poucas e a maioria contemplavam suas bases eleitorais territoriais (municípios Icó e Orós).

<sup>26</sup> Anuário do Ceará, Jorna O Povo

## rboyre (PSL, nº 17999)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,58



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,12

Perboyre Silva Diógenes foi eleito com 34.565 votos, concentrados nos municípios contíguos Saboeiro, Catarina, Salitre, Antonina do Norte, Tarrafas, Assaré, Acopiara, Jucá, Cariús, Aiuaba e Arneiroz. Obteve votação também em Abaiara, Carnaubal e Fortaleza. A política de Perboyre Diógenes é tradicionalmente ativa em Saboeiro desde 1992, quando eleito prefeito. Voltou ao cargo em 2000 e 2004. O tempo que ficou afastado do cargo deixou em seu lugar o tio Francisco Cândido Silva. Em 2006, Perboyre Diógenes deixou a prefeitura nas mãos de sua vice e esposa Fátima Diógenes para se candidatar, com sucesso, ao legislativo estadual. Seu histórico político apresenta migração partidária: em 1992 foi eleito pelo PDT, em 2000 foi eleito pelo PSD, em 2004 pelo PTB e em 2006, para o cargo de deputado estadual foi eleito pelo PSL. A ação política em plenário do deputado é, em maior parte, direcionada ao município de Saboeiro e região dos Inhamuns. Para as eleições municipais de 2008, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) impediu a mulher do deputado Fátima Diógenes, então prefeita de Saboeiro, a tentar reeleição. A decisão de impedimento incluiu familiares próximos à prefeita de se candidatar ao cargo citado.

## Prof. Teodoro (PSDB, nº 45045)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,36



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,37

Professor Teodoro foi eleito com 40.791 votos, concentrados principalmente em municípios próximos a Sobral. Teve votação em Sobral, Reriutaba, Groaíras, Martinópole, Varjota e Fortaleza. A trajetória do Professor Teodoro foi de atuação institucional como Reitor nas universidades URCA (Regional do Cariri), UVA (Universidade Vale do Acaraú) e foi professor das universidades Federal do Ceará (UFC) e na Estadual do Ceará (UECE). Como prioridade de ação parlamentar indicou “Educação, universalização da educação infantil, universalização dos últimos anos do ensino fundamental, com a permanência na escola, universalização do ensino médio e expansão, com vistas à universalização do ensino superior”<sup>1</sup>. Professor Teodoro é bastante ativo em plenário e nas proposições.

<sup>1</sup> Informações contidas no **Anuário do Ceará** (2007-2008), produzido pelo jornal *O Povo*.

## Rachel Marques (PT, nº 13456)



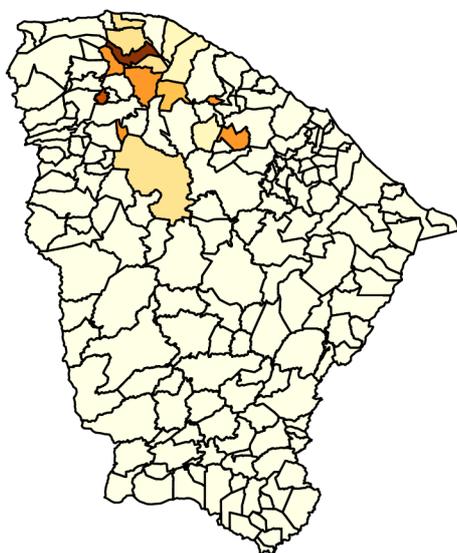
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,4



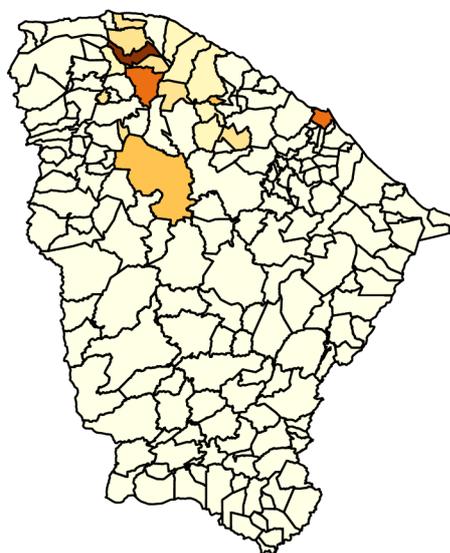
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,31

Rachel Marques foi eleita com 42.887 votos principalmente nos municípios Quixadá, Senador Pompeu, Banabuiú, Ibicuitinga, Ibaretama, Itapiúna, Choró, Madalena, Capistrano, Ocara e em Fortaleza. Rachel Marques exerce seu segundo mandato no legislativo estadual. No seu primeiro mandato era suplente (2004 a 2006), assumiu o cargo no lugar de Luizianne Lins (PT), que saiu do legislativo para disputar a prefeitura de Fortaleza em 2004. Iniciou sua carreira política em Quixadá, em 2001, na secretaria do Trabalho e Ação Social, quando seu marido, Ilário Marques, era prefeito da cidade.

## Rogério Aguiar (PSDB, nº 45144)



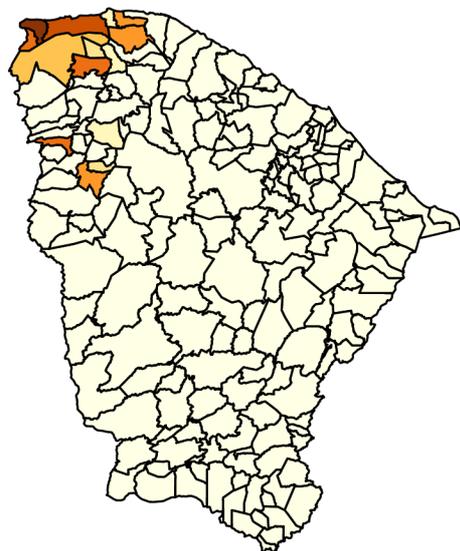
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,57



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,15

Rogério Aguiar possui uma base eleitoral territorial dispersa. Como pode ser observado no mapa, muitas áreas em destaques são claras, indicando que os 43.082 votos estão divididos por essas localidades sem domínio dos votos na maioria dos municípios. Rogério Aguiar possui tradição familiar na política do município Marco. Está no seu quarto mandato. É pouco atuante em plenário: em quatro anos de mandato na Assembleia Legislativa (legislatura de 2007/2010) fez apenas quatro pronunciamentos e seis proposições, das quais três delas foram dirigidas a sua base eleitoral territorial em que tem dominação política tradicional (Marco). Ressalta, ainda, seu interesse em representar a localidade em que exerce dominação.

## Sergio Aguiar (PSB, nº 40888)



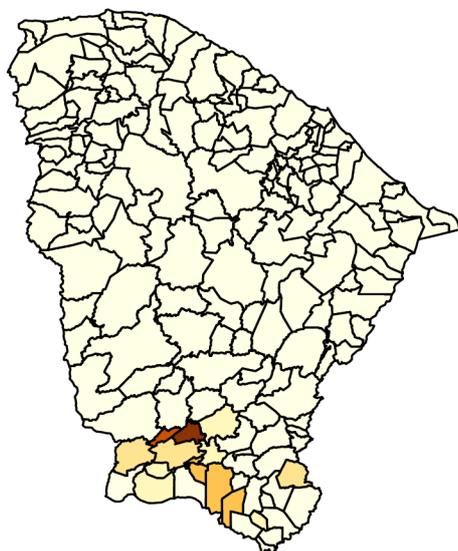
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,46



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,24

Sérgio Aguiar foi eleito com 47.607 votos destacando-se Pires Ferreira e Camocim, cidade na qual foi prefeito por dois mandatos. Nas eleições de 2006, disputou o pleito em lugar de seu pai, o ex-deputado estadual Francisco Aguiar. Sérgio Aguiar é herdeiro da linhagem política de Camocim iniciada em 1947, que exerceu 12 mandatos não consecutivos. É bastante ativo em plenário e das 22 proposições, são 13 as que favorecem suas bases territoriais.

## Sineval Roque (PSB, nº 40222)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,65



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,3

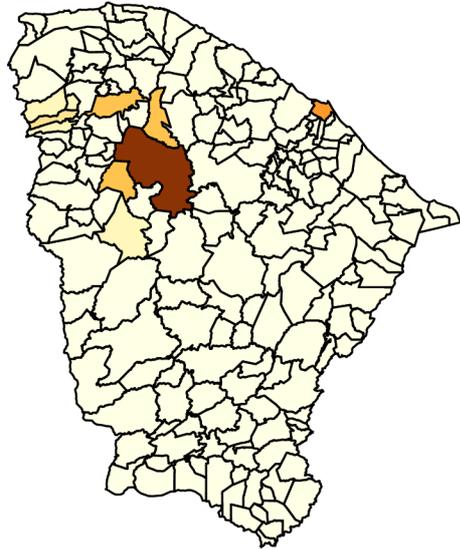
Sineval Roque foi eleito com 41.111 votos nos municípios Campos Sales, Assaré, Antonina do Norte, Tarrafas, Nova Olinda, Crato, Barbalha e Barro. Ele exerceu na 27ª legislatura seu terceiro mandato consecutivo e tem participação discreta em plenário, priorizando ação política voltada para os municípios onde obteve votos (região do Cariri). Nos dois primeiros mandatos foi eleito pelo PSDB. Saiu do partido por falta de apoio político para disputar a prefeitura do Crato e se filiou ao PRP em 2003. Foi derrotado por Samuel Araripe (PSDB) e em 2005 se filiou ao PSB. Foi prefeito de Antonina do Norte, sendo seguido por seu irmão Iteildo Roque. Sua prioridade parlamentar declarada é o “Desenvolvimento da região do Cariri e do Ceará como um todo, gerando emprego e renda”<sup>27</sup>. A atuação do deputado é discreta em plenário e com poucas proposições (quatorze no total), sendo dez delas direcionadas para os municípios que compõem sua base territorial – incluindo a que institui o dia estadual do pequi, fruta típica da região do Crato e arredores.

<sup>27</sup> Anuário do Ceará, Jornal O Povo.

## Tomás Filho (PSDB, nº 45145)



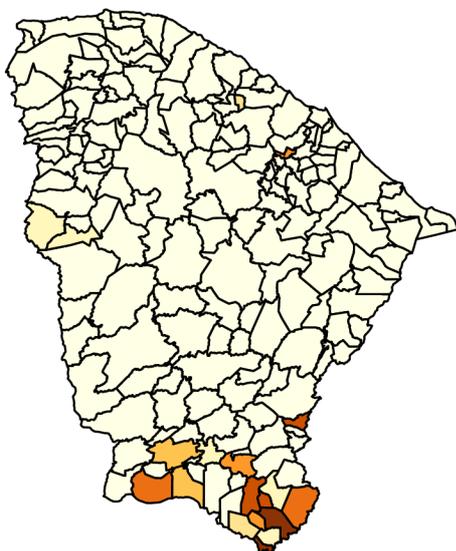
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,51



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,24

Tomás Filho foi eleito com 42.264 votos, destacados em Santa Quitéria e municípios vizinhos: Catunda, Hidrolândia, Frecheirinha, Ubajara e Ibiapina. Ele é herdeiro da linhagem política de Santa Quitéria e representa a terceira geração da família na AL-CE. Indicou como prioridade parlamentar “Educação, cultura, esporte e agricultura”.

## Wellington Landim (PSB, nº 40114)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,51



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,18

Wellington Landim foi eleito com 57.961 votos concentrados na Região do Cariri. No mapa, destacam-se os municípios Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Porteiras, Jardim, Penaforte, Caririaçi, Santa do Cariri, Araripe, Assaré, Mauriti e Umari. Landim é de um grupo tradicional político em Brejo Santo e estende sua influência pela Região do Cariri. Exerceu dois mandatos consecutivos (1995-1998; 1999-2002), dando um “intervalo” para disputar eleição para governador em 2002, na qual não saiu vitorioso. Retornou para o legislativo estadual em 2007. Durante o tempo em que se ausentou do parlamento, sua mulher exerceu mandato (Gislaine Landim). Inicialmente, Wellington Landim era do PSDB. Rompeu com o partido em 2001 por divergências com Tasso Jereissati.

### 1.1.2 – Concentrado e Dominante na Região Metropolitana de Fortaleza

Nessa tipologia, os votos são identificados visualmente como concentrados e, através do indicador de centralidade municipal acima de 25%, caracterizo como dominante na capital e região metropolitana. São poucos os que fazem parte dessa tipologia porque muitos deputados possuem votos nas localidades indicadas.

**Tabela 4: Questões Gerais – Concentrado e Dominante na Região Metropolitana de Fortaleza**

Partido	Deputados eleitos <sup>28</sup>	Migrante	Tradição Política	Mais de um mandato*
PMDB	Lívia Arruda	NÃO	SIM	NÃO
PSDB	Fernando Hugo	NÃO	NÃO	SIM
TOTAL	2	SIM – 0 NÃO - 2	SIM – 1 NÃO - 1	SIM – 1 NÃO - 1

FONTE: Banco de dados da autora

\*Mais de uma mandato na Assembleia Legislativa

#### Dr. Hugo (PSDB, nº 45678)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,2

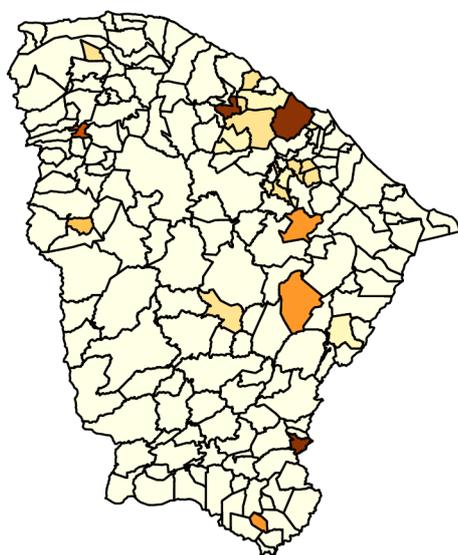


Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,64

<sup>28</sup> Deputados eleitos que se encaixam nessa tipologia.

Fernando Hugo nas eleições de 2006 teve concentração em Fortaleza, sendo este o principal município para elegê-lo. Os principais municípios em que obteve voto foram Eusébio, Aquiraz, Itaitinga, Ibaretama, Capistrano, Tabuleiro do Norte e Jaguaruana. Fernando Hugo está na Assembleia Legislativa a cinco mandatos consecutivos. Embora o valor máximo da sua centralidade municipal seja inferior a 0,25, foi classificado como dominante porque, em Fortaleza, tem seus votos concentrados na sua principal base eleitoral, o bairro Messejana. Afirma que a sua prioridade na atuação parlamentar é “Educação, segurança, saúde e ações sociais que melhorem as condições de vida das famílias cearenses”<sup>29</sup>. Desde seu primeiro mandato foi parte da base aliada do governo: defendeu o governo Lúcio Alcântara, mas ficou ao lado de Cid Gomes na Legislatura de 2006-2010. Sua participação em plenário é ativa: por ano, faz no mínimo 70 pronunciamentos.

### Lívia Arruda (PMDB, nº 15999)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,27



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,51

<sup>29</sup> Anuário do Ceará.

Lívia Arruda teve votação expressiva com 58.006 votos, graças ao capital político do seu pai, José Gerardo Arruda, ex-prefeito do município de Caucaia. Eleita para o primeiro mandato, seu auto-perfil foi construído através da legitimidade política da família. Por ser jovem e estreante na cena política, deixou vaga sua proposta de atuação, permitindo assim que pudesse se apropriar de quaisquer temas que fossem dados. Presidiu a Comissão da Infância e Adolescência. Apropriou-se das matérias relacionadas ao tema e dirigiu sua legislatura atenta a tais questões. Não era muito atuante em plenário e poucas foram suas proposições.

### **1.1.3 – Concentrado/Partilhado na Capital e Região Metropolitana**

Nessa tipologia, os votos são concentrados e são partilhados devido à formação da base pela capital e região metropolitana. Os deputados que fazem parte dessa tipologia se enquadram em duas interpretações: 1) Início de carreira política, que é o caso do Augustinho Moreira; 2) Os demais deputados já estão na cena política estadual e possuem como característica comum a formação de *base social*. Aqui cabe a pergunta: Por que na Região Metropolitana é que se destaca a construção de base eleitoral social?

A capital do estado atrai mais recursos para a cidade e arredores pelo volume populacional e, conseqüentemente, mais demandas. Outra hipótese que ajuda a complementar o raciocínio é de que as demandas urbanas por serem maiores tendem a se organizar em torno de exigências de conscientização das mais diversas categorias. Desse modo, esses deputados tendem a construir uma base eleitoral social em primeiro plano e investem suas candidaturas a partir de sua atuação militante baseada nas manifestações urbanas de demandas sociais, deixando em segundo plano a conquista de bases territoriais.

Mais um destaque a ser feito. Observe-se que não há ninguém do mesmo partido com essa característica. Interpreto como sendo uma forma de não ter grande disputa entre potenciais eleitores do mesmo partido e, assim, não há demasiada

divisão de base eleitoral.

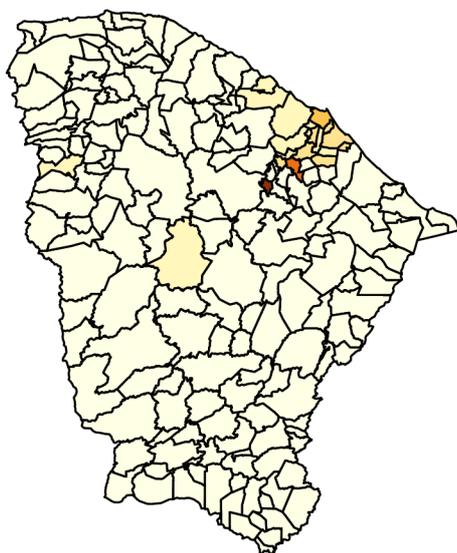
**Tabela 5: Questões Gerais – Concentrado/Partilhado na Capital e Região Metropolitana**

Partido	Deputados eleitos	Migrante	Tradição Política	Mais de um mandato*
PMDB	Ronaldo Martins	SIM	NÃO	SIM
PT	Artur Bruno	NÃO	NÃO	SIM
PV	Augustinho Moreira	SIM	SIM	NÃO
DEM	Edson Silva	SIM	NÃO	SIM
PDT	Heitor Férrer	NÃO	NÃO	SIM
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>SIM – 3 NÃO - 2</b>	<b>SIM – 1 NÃO - 4</b>	<b>SIM – 4 NÃO - 1</b>

FONTE: Banco de dados da autora

\*Mais de uma mandato na Assembleia Legislativa

**uno (PT, nº 13222)**



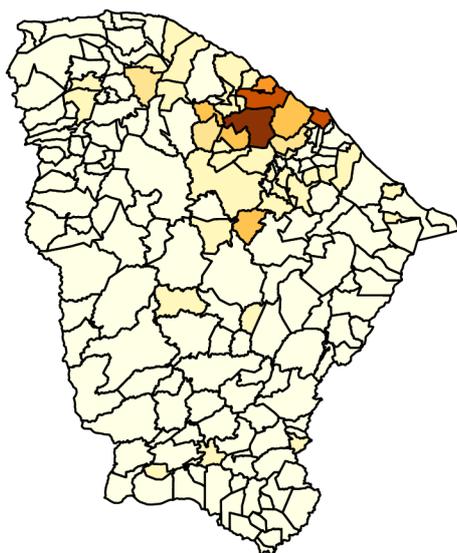
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,13



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,76

Artur Bruno foi eleito com 61.996 votos concentrados em Fortaleza e Região Metropolitana. Segundo Ames (2003), os votos concentrados-partilhados são característicos de capitais e regiões metropolitanas. O eleitorado de Artur Bruno é, portanto, basicamente urbano. Bruno, logo no início de seu mandato, licenciou-se para assumir a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento da gestão de Cid Gomes até julho de 2007, retornando à Assembleia Legislativa no segundo semestre do mesmo ano. Seu histórico de ação política é voltado para a Educação, e a maioria de seus votos vem do chamado “voto de opinião” e é também apoiado por ONG's e sindicatos. Está no seu quarto mandato consecutivo.

### **Augustinho Moreira (PV, nº 43618)**



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,02

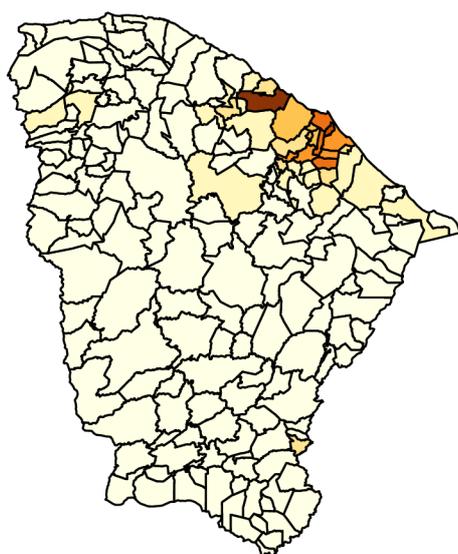


Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,82

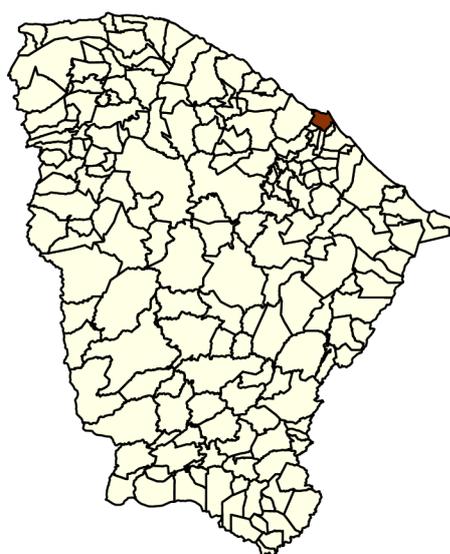
Augustinho Moreira foi eleito com 21.083, concentrados principalmente nos municípios Fortaleza, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Pentecoste (capital e região Metropolitana). Teve votação também em Caucaia, Maranguape, Choró, Apuiarés, Tejuçuoca, Itapajé, Santana do Acaraú e Moraújo. Sua votação é atribuída à sua história política nos bairros Pirambú e Barra do Ceará e a sua herança política

advinda da irmã, ex-deputada Leda Moreira (PSL) que não concorreu à reeleição. Augustinho Moreira exerceu dois mandatos de vereador em Fortaleza, sendo o primeiro pelo antigo PPB (atual PP) e o segundo pelo PSDB. É filho de Augusto Moreira que foi Presidente da Câmara municipal de Fortaleza na década de 70.

### Edson Silva (PFL, nº 25190)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,04



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,73

Edson Silva, radialista, foi eleito pelo DEM com 43.464 votos, concentrados em Fortaleza e Região Metropolitana. Os municípios onde obteve mais votos foram São Gonçalo do Amarante, Fortaleza, Eusébio, Aquiraz, Pindoretama, Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Itaitinga, Pacatuba, Guaiuba, Maranguape, Palmácia, Pacoti, Caucaia, Pentecoste e Umirim. Edson Silva não é novo no cenário político do Ceará: foi deputado estadual na década de 1980 e deputado federal no início do anos 1990. Ganhou projeção através do programa “Cidade 190”, no qual é apresentador. No início do seu mandato, tinha como prioridade a ação parlamentar “Acompanhar os compromissos do governador Cid Gomes, acompanhar, colaborar e cobrar do Executivo”. Logo no início de seu mandato anunciou que trocaria o DEM pelo PMDB. Entretanto, não o fez, só retornando à ideia da mudança de legenda em setembro de

2009, quando se dirigiu ao PSB, partido do então governador Cid Gomes. O deputado já passou por outros partidos no início de sua carreira política, sendo filiado ao PTB, quando então candidatou-se a prefeito de Fortaleza, concorrendo com Ciro Gomes em 1988 e teve uma votação um pouco inferior a do vencedor, e foi filiado ao PSDB na década de 90.

### Heitor Ferrer (PDT, nº 12350)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,15



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,82

Heitor Ferrer foi eleito pelo PDT com 43.998 votos contando principalmente os votos que obteve em Fortaleza. Foi votado também em Aracoiaba, Jaguaratama e Lavras da Mangabeira (cidade onde nasceu). Heitor Ferrer está em seu segundo mandato consecutivo na AL-CE, identifica-se como esquerda e teve sua ação política em plenário voltada principalmente a oposição a Lúcio Alcântara (governador quando Ferrer estava em seu primeiro mandato, 2003-2006) e fez oposição a Cid Gomes no período de 2006 a 2010. Apresentou como prioridade de ação parlamentar “Manter a mesma postura de quando candidato. Ser um deputado do

povo, não do governo ou do governador. Ter postura independente<sup>30</sup>. Sua participação em plenário foi ativa e foi o segundo a fazer mais pronunciamentos – ficando em primeiro Nelson Martins, o líder do governo. Heitor Ferrer passa a ser uma espécie de voz da oposição, destacando-se como tal.

### Ronaldo Martins (PMDB, nº 15222)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,04



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,65

Ronaldo Martins foi eleito com 41.466 votos, sendo em maioria concentrados em Fortaleza e Região Metropolitana nos municípios Maracanaú, Itaitinga, Pacatuba, Eusébio, Aquiraz, Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Acarape, Maranguape, Caucaia, Sobral, Forquilha, Groaíras e Acopiara. Ronaldo Martins exerce seu segundo mandato e tem como base eleitoral as localizações onde a Igreja Universal do Reino de Deus atua. Foi eleito pela primeira vez pelo PL migrando para o PMDB em 2005. Atualmente, o deputado está no PRB. Sua atuação na Assembleia Legislativa é direcionada para proposições de interesse do público religioso e também para questões de combate às drogas, incluindo tentativas de leis direcionadas para limitar o consumo de bebidas alcoólicas.

<sup>30</sup> Anuário do Ceará, Jornal O Povo.

#### **1.1.4 – Concentrado/Partilhado no Interior**

Diante dos perfis apresentados, algumas considerações podem ser feitas. A tipologia sugerida por Ames (2003; p. 65) pode ser aplicada ao caso cearense. Nesta tipologia estão os deputados que estão iniciando a trajetória política no âmbito estadual e por isso possuem votos apenas em localidades específicas onde já exerceram algum mandato local ou possuem alianças.

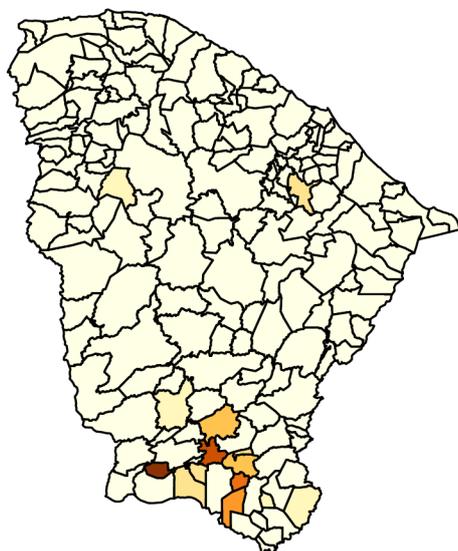
**Tabela 6: Questões Gerais – Concentrado/Partilhado no Interior**

<b>Partido</b>	<b>Deputados eleitos</b>	<b>Migrante</b>	<b>Tradição Política</b>	<b>Mais de um mandato*</b>
<b>PMDB</b>	<b>Ana Paula Cruz</b>	<b>SIM</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
<b>PDT</b>	<b>Ferreira Aragão</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>
<b>PSDC</b>	<b>Ely Aguiar</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>
<b>PC do B</b>	<b>Lula Moraes</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>SIM – 1 NÃO - 3</b>	<b>SIM – 1 NÃO - 3</b>	<b>SIM –</b>

FONTE: Banco de dados da autora

\*Mais de uma mandato na Assembleia Legislativa

## Ana Paula Cruz (PMDB, nº 15147)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,24



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,49

Ana Paula Cruz<sup>31</sup> teve 30.793 votos, concentrados da região do Cariri no município Juazeiro do Norte. Obteve voto também nos municípios Santana do Cariri, Nova Olinda, Barbalha, Carriáçu, Granjeiro, Farias Brito, Carariús, e Potengi. A deputada também teve votação em dois outros municípios distantes: Hidrolândia e Aracoiaba. Ana Paula Cruz assumiu o mandato como suplente da coligação PMDB-PSB-PT-PP, no lugar dos eleitos que assumiram cargo nas secretarias do estado. A deputada tem sua base eleitoral na região do Cariri, na qual possui família tradicional na política da região. É filha de Carlos Cruz (ex-prefeito de Juazeiro do Norte) e neta de José Geraldo Cruz (ex-prefeito de Juazeiro e que comandou o município por cinco mandatos). Sua família é ligada ao grupo do ex-governador Aduino Bezerra e atualmente a deputada é aliada de Wellington Landim (PSB) e de Eunício Oliveira (PMDB). Exerceu seu primeiro mandato na legislatura de 2003-2006 e manteve a cadeira na legislatura de 2007-2010. Inicialmente, Ana Paula Cruz foi eleita pelo PMDB. Sua saída da sigla ocorreu em Outubro de 2009 pois, segundo a deputada, ela não estava se sentindo “confortável” porque o partido não a convidava

<sup>31</sup> Nome de urna de Ana Paula Gomes da Cruz.

mais para as discussões e tomadas de decisões. Ela exemplifica com as convenções que escolheriam os candidatos às eleições municipais de Juazeiro do Norte para as quais não foi chamada. Mesmo com sua saída para o PRB<sup>32</sup>, manteve o apoio a Eunício Oliveira (PMDB) nas eleições de 2010 para o senado. Em plenário, Ana Paula é ativa. Suas proposições são direcionadas aos municípios de suas bases territoriais.

### Ely Aguiar (PSDC, nº 27022)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,2



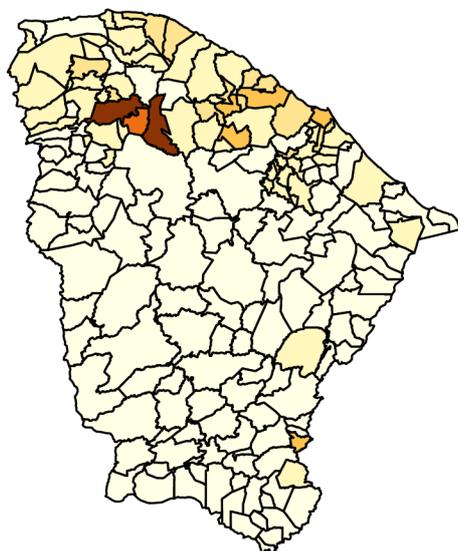
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,4

Ely Aguiar foi eleito com 27.864 votos concentrados em Crato, Fortaleza e Farias Brito. No Crato, obteve apoio do então prefeito Samuel Araripe. Ely Aguiar é repórter do programa de TV “Rota 22”, foi apresentador do programa “Aqui e Agora” e foi radialista. É natural do Crato e lá iniciou sua carreira de radialista. Como prioridade parlamentar, diz “Meu primeiro compromisso é com a cidade do Crato e com a região do Cariri. Vou trabalhar para as classes menos favorecidas e combater a corrupção”<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> O PRB é o partido que funciona como legenda alternativa dos Ferreiras Gomes. Esse assunto será retomado de forma mais esmiuçada no capítulo sobre Coesão Partidária.

<sup>33</sup> Anuário do Ceará, Jornal O Povo.

## Ferreira Aragão (PDT, nº 12999)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,05



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,58

Ferreira Aragão, radialista, foi eleito com 37.558 votos concentrados principalmente em Fortaleza, Sobral, Forquilha. Obteve votação também em Acaraú, Itarema, Uruoca, Caucaia, Maracanaú, Itaitinga, Eusébio, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba. Umirim, Tururu, Uburetama, Itapajé, São Luis do Curu e Ipaumirim. Ferreira Aragão nasceu em Sobral e lá iniciou sua carreira de radialista e exerce o primeiro mandato na AL-CE, já tendo passado pelo legislativo quando vereador de Fortaleza. Ferreira Aragão construiu sua popularidade através do programa de televisão “Comando 22”. Sua participação em plenário é ativa. No primeiro ano de seu mandato foram 120 proposições apresentadas.

## Lula Morais (PC do B, nº 65654)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,03



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,86

Lula Morais teve votação concentrada em Madalena, municípios desmembrado de Quixeramobim, e em Fortaleza. O deputado teve 19.397 votos, ficando entre os suplentes e assumiu a cadeira após a saída de João Ananias, que foi para o governo Cid Gomes assumir a Secretaria de Saúde. Sua legitimidade é construída através da militância.

### **1.1.5 – Disperso/Dominante no Interior**

Os deputados inseridos nessa tipologia possuem todos mais de um mandato. A interpretação que faço é que são políticos que estão há algum tempo na cena estadual e participaram dos governos de Tasso Jereissati. Esses dois fatores contribuem para a dispersão dos votos e a característica da maioria que contribui para dominação em determinados municípios é a tradição política.

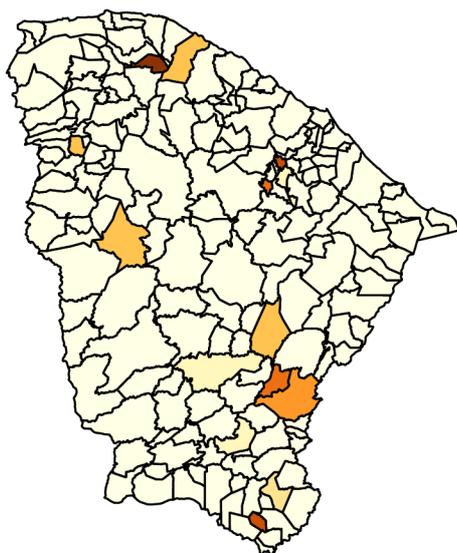
Tabela 7: Questões Gerais – Disperso/Dominante no Interior

Partido	Deputados eleitos	Migrante	Tradição Política	Mais de um mandato*
PMDB	Sávio Pontes	NÃO	SIM	SIM
	Carlomano Marques	SIM	NÃO	SIM
PSDB	Adahil Barreto	SIM	SIM	SIM
	Luiz Pontes	NÃO	SIM	SIM
	Marcos Cals	NÃO	SIM	SIM
	Osmar Baquit	NÃO	SIM	SIM
	Téo Menezes	NÃO	SIM	NÃO
PSB	José Sarto	SIM	NÃO	SIM
	Mauro Filho	SIM	SIM	SIM
	Zezinho	SIM	SIM	SIM
	Albuquerque			
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>SIM – 5 NÃO - 11</b>	<b>SIM – 9 NÃO - 2</b>	<b>SIM – 10 NÃO - 1</b>

FONTE: Banco de dados da autora

\*Mais de uma mandato na Assembleia Legislativa

### Adahil Barreto (PSDB, nº 45140)



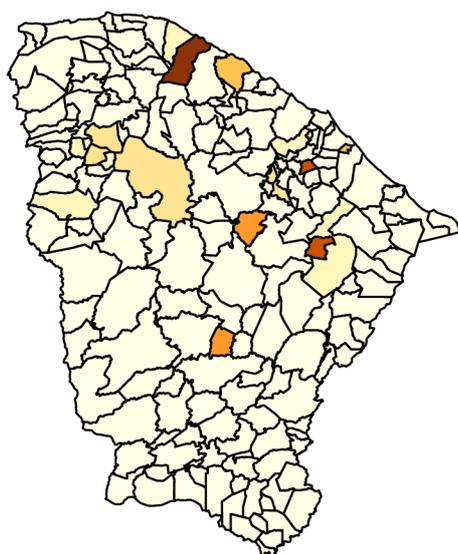
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,46



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,19

Adahil Barreto foi eleito com 41.920 votos. Sua votação aparece em destaque nos mapas nos municípios de Amontada, Morrinhos, Aratuba, Baturité, Graça, Icó, Milagres, Orós, Pacoti, Porteira, Solonópole, Tamboril. Segundo a classificação de Barry Ames (2003), são duas possibilidades que podem influenciar para esta distribuição de votos: 1) Acordos políticos com lideranças locais; 2) Participação na administração estadual em programas que favoreceram esses municípios. Adahil Barreto é aliado de Lúcio Alcântara (PR) e participou do governo quando Alcântara foi governador. Exerce seu segundo mandato consecutivo na AL-CE de forma ativa e é marcadamente opositor ao governo Cid Gomes com constantes seus pronunciamentos. O deputado saiu do PSDB juntamente com seu aliado Lúcio Alcântara, logo após a derrota de Lúcio em 2006. Adahil Barreto herdou o nome e o capital político do seu tio, o ex-deputado federal Adahil Barreto. Sua identificação ideológica é centro-esquerda e ele indica como prioridade de atuação parlamentar “Fiscalização dos atos do Executivo e apresentação de projetos de lei que tratem, objetivamente, de facilitar e melhorar a qualidade de vida do povo cearense”.

### **rlomano (PMDB, nº 15150)**



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,37



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,31

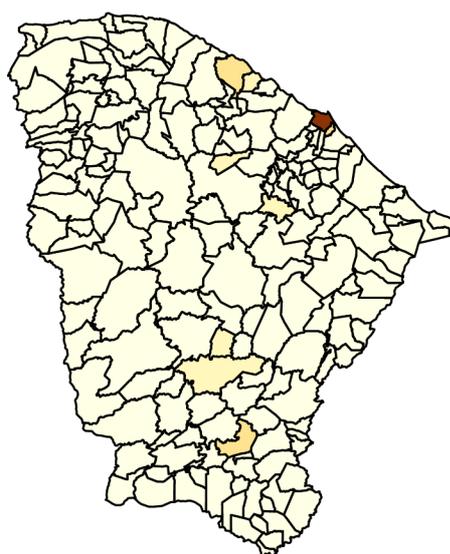
Carlomano Marques possui votos dispersos nos municípios de Fortaleza,

Trairí e Amontada, Santa Quitéria, Cariré, Reriutaba, Choró, Pindoretama, Acarape, Ibicuitinga, Ipueiras, Piquet Carneiro. Iniciou sua vida política em 1988 através da Câmara Municipal pelo PDS e em 1990 assumiu a cadeira na Assembleia Legislativa. Na eleição seguinte, em 1994, elegeu-se pelo PPR. Na eleição de 1998 elegeu-se pelo PMDB para o mesmo cargo. Entre a eleição de 1998 e 2002, filia-se ao PTB retornando logo em seguida ao PMDB. Interpreto essa migração partidária recorrente como forma de beneficiar-se eleitoralmente a partir do sistema político partidário brasileiro. O deputado é favorecido e favorece o partido no qual disputa as eleições graças ao sistema das “cestas”. Carlomano Marques tem atuação legislativa voltada para seus redutos eleitorais, o que colabora para manter suas bases e seus votos. Com votos garantidos também para a legenda, ele leva consigo os seus votos, independente de partidos. O auto-discurso elaborado para o site da Assembleia Legislativa ressalta a sua legitimidade construídas através do mandato, da tradição política construída pelo próprio deputado. Nas eleições de 2010 foi denunciada a troca de atendimento médico por votos no comitê de Carlomano. Quem protagonizou a troca foi Magaly Marques, sua irmã.

### **Dr Sarto (PSB, nº 40789)**



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,36



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,33

José Sarto Nogueira na eleição de 2002 ficou como suplente, mas exerceu o

mandato inteiro durante a licença de Mauro Filho. Em 2006, foi um dos 10 deputados mais votados, sendo seus principais municípios de votação: Trairí, Paraipaba, Caridade, Paramoti, Aracoiaaba, Itapiúna, Acopiara, Piquet Carneiro e Várzea Alegre. Passou por diversos partidos: PDC, PMDB, PPS. É aliado da família Ferreira Gomes. Apesar de ter nascido em Acopiara, iniciou sua trajetória política como vereador de Fortaleza. Em seu site pessoal, apresenta o que chama de “Benefícios para o interior do Ceará”.

### Luiz Pontes (PSDB, nº 45500)



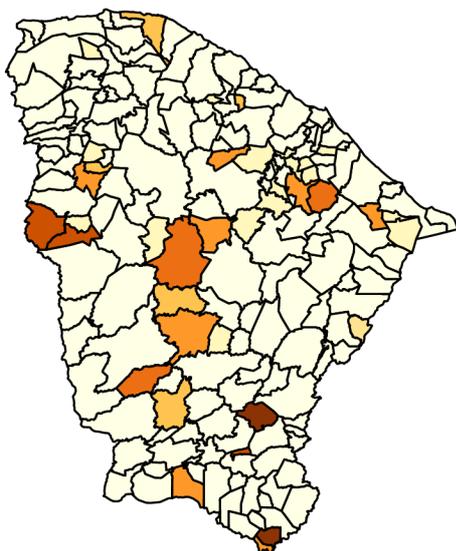
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,52



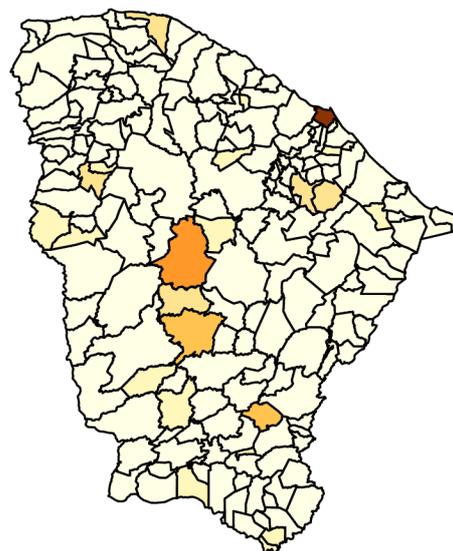
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,18

Luiz Pontes possui pouca concentração. Podemos interpretar desse modo a partir da visualização dos mapas aliada à trajetória política longa - já tendo passado pelo Senado, pela Câmara Federal e presidiu a Assembleia Legislativa. Entretanto, as eleições de 2006 não lhe foram favoráveis e ele ficou como suplente, assumindo a cadeira no lugar de Marcos Cals (licenciado para compor o governo Cid Gomes na Secretaria de Justiça). Luiz Pontes é de uma tradicional família de Massapê e aliado de Tasso Jereissati.

### Marcos Cals (PSDB, nº 45555)



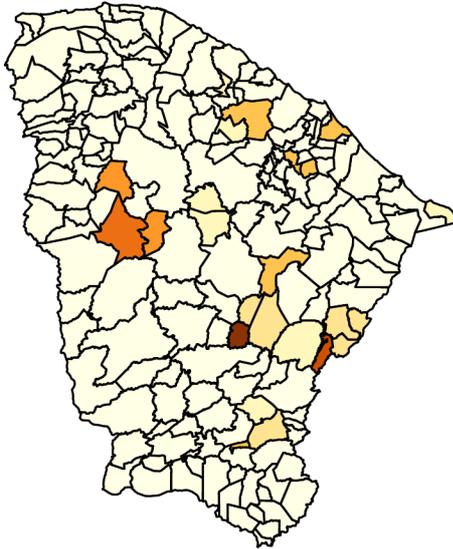
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,53



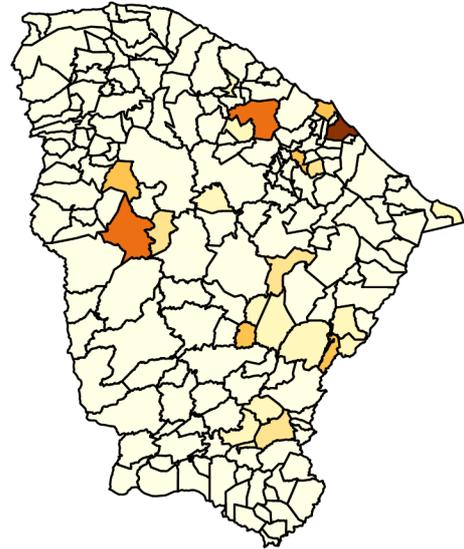
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,14

Marcos Cals foi eleito com 104.350 votos dispersos pelo território estadual. Nas eleições de 2006, foi eleito para o seu sexto mandato. Na última legislatura que exerceu, foi Presidente da Assembleia Legislativa. O deputado é filho de César Cals, ex-governador do Ceará na década de 70. Marcos Cals foi o primeiro psdbista a compor o Governo Cid Gomes como Secretário de Estado da Justiça e Cidadania. O suplente que assumiu sua cadeira foi Luiz Pontes.

## Mauro Filho (PSB, nº 40123)



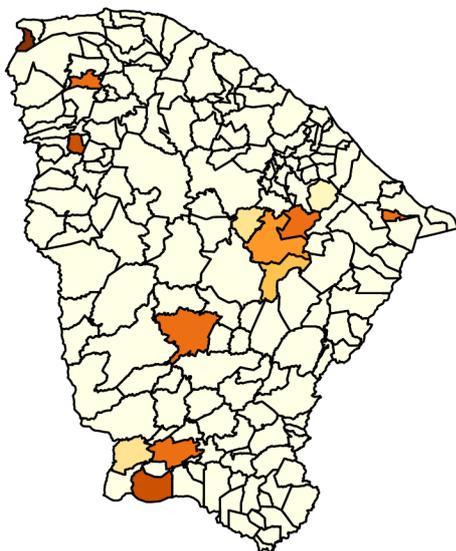
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,6



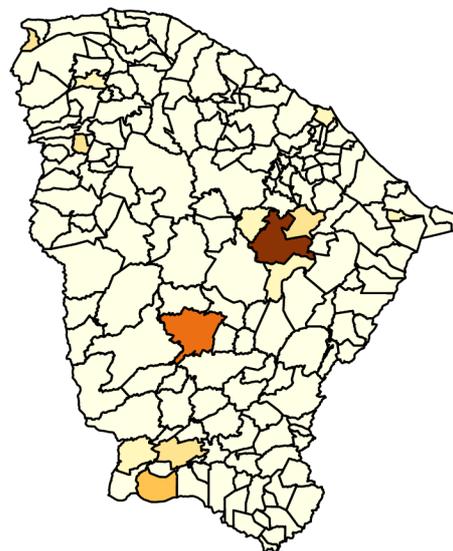
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,13

Mauro Filho foi eleito com 58.684 votos. Mauro Filho pertence a tradicional família de Mauro Benevides (PMDB), mas construiu sua carreira política ao lado da família Ferreira Gomes. No primeiro Governo Cid Gomes iniciado em 2007 foi Secretário da Fazenda. O suplente que ocupou a sua vaga foi Dedé Texeira (PT).

## Osmar Baquit (PSDB, nº 45111)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,48



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,2

Osmar Baquit foi eleito com 44.818 e possui concentração de votos em Quixadá, localidade em que possui tradição familiar e disputa votos com Rachel Marques. Em sua sua trajetória política estão três mandatos legislativos estaduais e a liderança no início do governo Lúcio Alcântara.

## Sávio Pontes (PMDB, nº 15111)



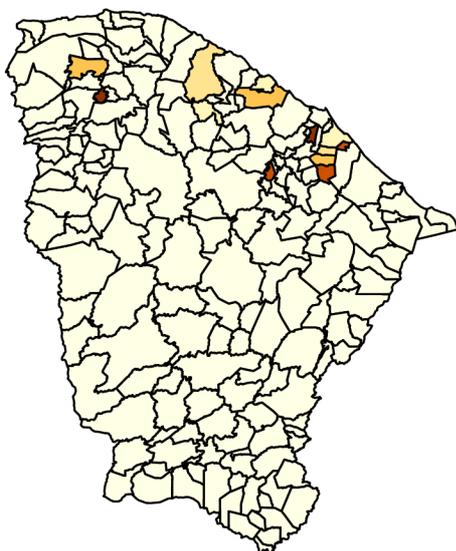
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,58



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,21

Sávio Pontes foi eleito com 39.512 votos. Ele exerce seu segundo mandato na AL-CE. É membro de uma tradicional família política de Ipu e construiu sua carreira política em Sobral. Exerceu mandato apenas em 2007 e 2008: saiu para disputar a prefeitura de Ipu, com sucesso. Entretanto, em 2010, foi afastado – e quase imediatamente retornou ao cargo – sob a acusação de improbidade administrativa.

### Teo Menezes (PSDB, nº 45333)



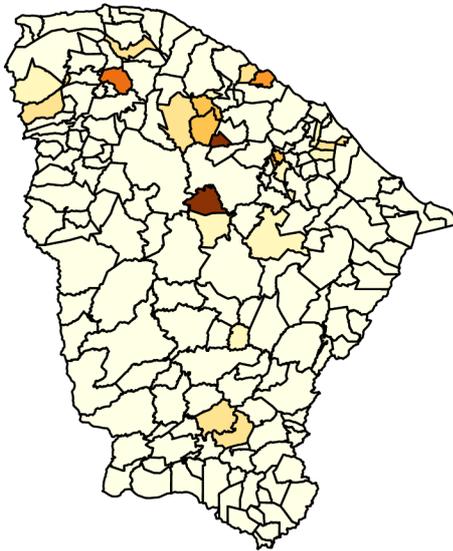
Centralidade Municipal  
Máximo = 0,33



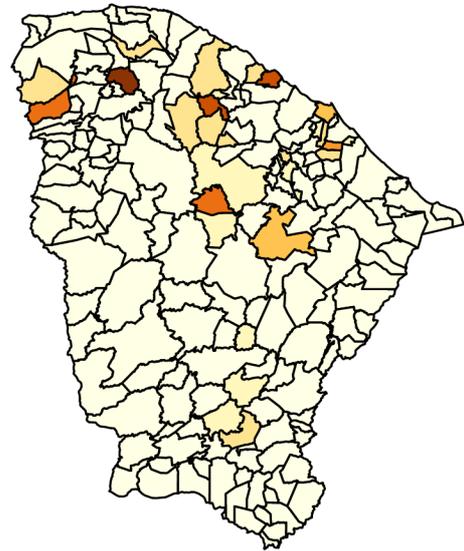
Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,2

Téo Menezes é de uma família de tradição política na cidade de Pacajus. Parlamentar assíduo e participativo, suas proposições foram em grande parte direcionadas aos municípios em que obteve votação.

## Zeinho Albuquerque (PSB, nº 40444)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,47



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,09

Zeinho Albuquerque é aliado da família Ferreira Gomes e possui votos dispersos, mas localizados principalmente ao norte do Estado. Sua trajetória política foi iniciada através da família, em Massapê. A troca de legenda foi algo corriqueiro em sua trajetória política por acompanhar os Ferreiras Gomes: iniciou sua carreira política em 1991, como deputado estadual pelo PDS; em 1994 foi reeleito e migrou para o PPS acompanhando Ciro Gomes; na legislatura de 2003 foi indicado pelo PPS para a Mesa Diretora. Migrou para o PSB juntamente com Ciro. Ainda no seu auto-perfil publicado no site da Assembleia Legislativa, diz que sua atuação política é voltada para os municípios nos quais obteve votos. Em plenário, tem atuação discreta, fazendo pouco pronunciamentos. Ao longo da legislatura 2006/2010, fez 22 proposições, sendo apenas duas não aprovadas (uma delas foi retirada e outra rejeitada). As proposições de leis feitas pelo deputado são voltadas para os municípios onde possui base eleitoral territorial e para municípios vizinhos. Essa é uma forma de ampliar as alianças ao longo do território do estado.

### **1.1.6 – Disperso/Partilhado com grande votação na Capital e Região Metropolitana**

Os deputados aqui colocados possuem votos dispersos, como visualmente apresentados nos mapas e partilhados. Os votos que os elegeram vieram principalmente da Capital e Região Metropolitana sem, no entanto, serem dominantes nessas localidades.

**Tabela 8: Questões Gerais – Disperso/Partilhado na Capital e Região Metropolitana**

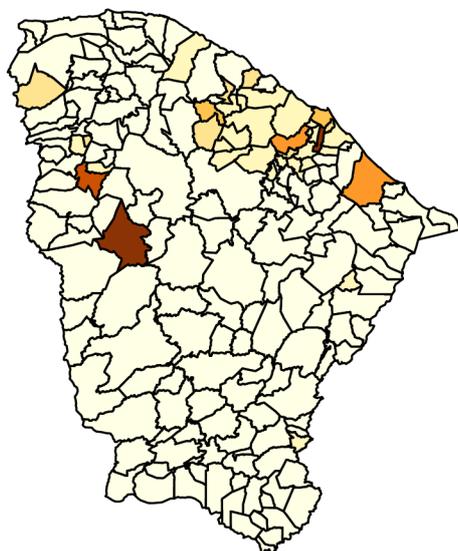
<b>Partido</b>	<b>Deputados eleitos<sup>34</sup></b>	<b>Migrante</b>	<b>Tradição Política</b>	<b>Mais de um mandato*</b>
<b>PHS</b>	<b>Roberto Cláudio</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NÃO</b>
<b>PSDC</b>	<b>Gomes Farias</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>SIM</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>SIM – 2 NÃO - 0</b>	<b>SIM – 0 NÃO - 2</b>	<b>SIM – 1 NÃO - 1</b>

FONTE: Banco de dados da autora

\*Mais de uma mandato na Assembleia Legislativa

<sup>34</sup> Deputados eleitos que se encaixam nessa tipologia.

## Gomes Farias (PSDC, nº 27810)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,03



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,65

Gomes Farias é jornalista e radialista esportivo, sendo principalmente conhecido na Região Metropolitana. Exerceu mandato na Assembleia Legislativa por três vezes: 1982 a 1986; 1986 a 1990 e 2003 a 2006. Em seu auto-perfil no site da Assembleia Legislativa, deixa claro que a representação será exercida voltada para os municípios que o elegeram. Entretanto, de 11 proposições de leis apresentados, nenhum foi dirigido diretamente às localidades e apenas um foi aprovado – versa sobre o dia estadual das Donas de Casa. Sua atuação em plenário é discreta, tendo ao todo 25 pronunciamentos em quatro anos.

## Roberto Claudio (PHS, nº 31031)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,1



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,45

Roberto Cláudio possui votos dispersos pelo território estadual. Sua base eleitoral territorial se concentra na capital e Região Metropolitana de Fortaleza. Em 2006 foi eleito para seu primeiro mandato com o apoio do genro de seu irmão, Jorge Parente (ex-presidente da Federação das Indústrias do Ceará). Roberto Cláudio foi eleito pelo PHS e no decorrer do mandato migrou para o partido do governador Cid Gomes, o PSB. Já em seu primeiro mandato, mantém-se ativo em plenário: em todos os anos da legislatura esteve entre os 10 deputados que mais fizeram pronunciamentos.

### ***1.1.7 – Disperso/Partilhado no Interior***

Nessa tipologia, o que podemos interpretar é que os votos dispersos pelo território estão ligados ao número de mandatos ou herança política.

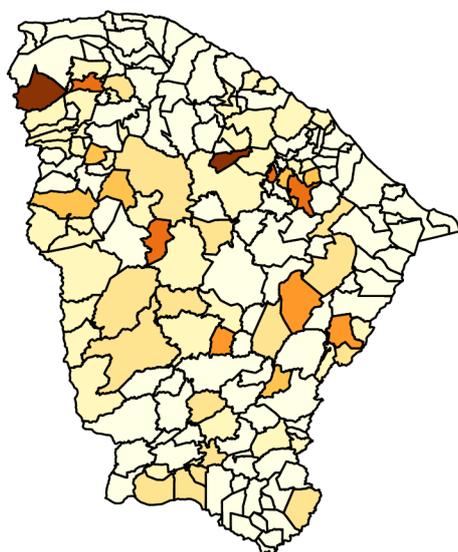
**Tabela 9: Questões Gerais – Disperso/Partilhado no Interior**

Partido	Deputados eleitos <sup>35</sup>	Migrante	Tradição Política	Mais de um mandato*
PT	Nelson Martins	NÃO	NÃO	SIM
TOTAL	1	Não - 1	NÃO - 1	SIM - 1

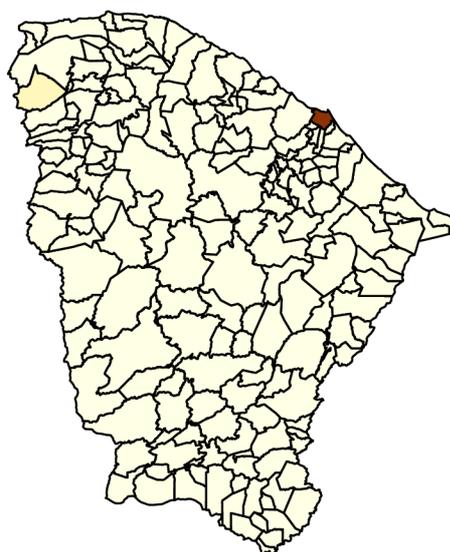
FONTE: Banco de dados da autora

\*Mais de uma mandato na Assembleia Legislativa

### Nelson Martins (PT, nº 13654)



Centralidade Municipal  
Máximo = 0,1



Centralidade Pessoal  
Máximo = 0,41

Nelson Martins possui grande dispersão de seus votos pelo território cearense graças à sua militância ser construída formando a base eleitoral a partir dos sindicatos dos bancários. O deputado foi líder do governo Cid Gomes na legislatura de 2007/2010. Ativo em plenário, participa das discussões e tem assiduidade na apresentação de projetos.

<sup>35</sup> Deputados eleitos que se encaixam nessa tipologia.

## 1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS POR PARTIDO E MICRORREGIÕES

Uma das hipóteses apresentadas no decorrer deste trabalho foi da existência de circunscrições informais formadas pela distribuição dos votos dos deputados estaduais. Abaixo, seguem as tabelas que indicam as microrregiões, com base na divisão do IPECE, onde os deputados estaduais possuem predominância de votos. Aqui, assim como nos perfis, foi feita uma análise visual dos mapas apresentados no tópico anterior, considerando principalmente o município no qual o deputado teve sua *Centralidade Municipal* máxima. Considerei nas tabelas apenas os Partidos Grandes – aqueles que estão mais presentes nas disputas eleitorais, considerando as candidaturas majoritárias e alianças -, pois são eles que mais estão presentes no cenário eleitoral e considerei como partido do deputado àquele no qual ele foi eleito (independente de ter migrado ou não no decorrer do mandato). São eles: PMDB, PSDB, PSB e PT.

**Tabela 10: Distribuição dos votos do PMDB por Microrregião**

<b>DEPUTADO</b>	<b>MICRORREGIÃO</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
<b>ANA PAULA CRUZ</b>	<b>CARIRI</b>	<b>CONCENTRADO/PARTILHADO INTERIOR</b>
<b>CARLOMANO MARQUES</b>	<b>ITAPIPOCA SANTA QUITÉRIA</b>	<b>DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>DOMINGOS FILHO</b>	<b>SERTÃO INHANMUNS</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>LÍVIA ARRUDA</b>	<b>FORTALEZA</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE CAPITAL E RM</b>
<b>MANOEL DE CASTRO</b>	<b>BAIXO JAGUARIBE</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>NETO NUNES</b>	<b>IGUATU</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>RONALDO MARTINS</b>	<b>FORTALEZA</b>	<b>CONCENTRADO/PARTILHADO CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA</b>
<b>SÁVIO PONTES</b>	<b>CAMOCIM E ACARAÚ IBIAPABA</b>	<b>DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR</b>

Fonte: Banco de Dados da Autora

Observe que na tabela acima a única região disputada pelo PMDB que se repete é de Fortaleza e representa capital e Região Metropolitana.

Tabela 11: Distribuição dos votos do PSDB por Microrregião

DEPUTADO	MICRORREGIÃO	TIPOLOGIA
ADAHIL BARRETO	IGUATU	DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR
CIRILO PIMENTA	SERTÃO QUIXERAMOBIM	DOMINANTE/DISPERSO
FERNANDO HUGO	FORTALEZA	CONCENTRADO E DOMINANTE CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA
GONY ARRUDA	CAMOCIM E ACARAÚ	CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR
JOSÉ ILO	IGUATU	CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR
LUIZ PONTES	SOBRAL	DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR
MARCOS CALS	SERTÃO QUIXERAMOBIM SERTÃO DE SENADOR POMPEU	DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR
MOÉSIO LOIOLA	IBIAPABA	CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR
NENEN COELHO	SERTÃO DE CRATEÚS	CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR
OSMAR BAQUIT	SERTÃO QUIXERAMOBIM	DOMINANTE/DISPERSO INTERIOR
ROGÉRIO AGUIAR	SANTA QUITÉRIA	DOMINANTE E CONCENTRADO INTERIOR
TÉO MENEZES	ITAPIPOCA	DISPERSO E PARTILHADO CAPITAL E RM
TOMÁS FILHO	SANTA QUITÉRIA	CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR

Fonte: Banco de Dados da Autora

Na tabela 11, apesar de Marcos Cals e Osmar Baquit possuírem base territorial na Microrregião do Sertão de Quixeramobim, os municípios nos quais obtém votos são diferentes: o primeiro possui votos principalmente em Boa viagem e o segundo em Quixadá. Osmar Baquit (PSDB) disputa com Rachel Marques (PT) o município de Quixadá e Tomás Filho (PSDB) disputa com Carlomano Marques (PMDB) o município de Santa Quitéria.

**Tabela 12: Distribuição dos votos do PSB por Microrregião**

<b>DEPUTADO</b>	<b>MICRORREGIÃO</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
<b>ANTÔNIO GRANJA</b>	<b>MÉDIO JAGUARIBE</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>IVO GOMES</b>	<b>SOBRAL</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>JOÃO JAIME</b>	<b>MÉDIO CURU</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>JOSÉ SARTO</b>	<b>VÁRZEA ALEGRE</b>	<b>DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>MAURO FILHO</b>	<b>SERTÃO CRATEÚS</b>	<b>DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>SÉRGIO AGUIAR</b>	<b>CAMOCIM E ACARAÚ</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>SINEVAL ROQUE</b>	<b>CHAPADA DO ARARIPE</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>ZEZINHO ALBUQUERQUE</b>	<b>MÉDIO CURU</b>	<b>DISPERSO/DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>WELINGTON LANDIM</b>	<b>CARIRI BREJO SANTO</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>

Fonte: Banco de Dados da Autora

**Tabela 13: Distribuição dos votos do PT por Microrregião**

<b>DEPUTADO</b>	<b>MICRORREGIÃO</b>	<b>TIPOLOGIA</b>
<b>ARTUR BRUNO</b>	<b>FORTALEZA</b>	<b>CONCENTRADO/PARTILHADO FORTALEZA RM</b>
<b>DEDÉ TEIXEIRA</b>	<b>LITORAL DE ARACATI</b>	<b>CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>
<b>NELSON MARTINS</b>	<b>FORTALEZA</b>	<b>DISPERSO/PARTILHADO INTERIOR</b>
<b>RACHEL MARQUES</b>	<b>SERTÃO QUIXERAMOBIM FORTALEZA</b>	<b>DE CONCENTRADO E DOMINANTE INTERIOR</b>

Fonte: Banco de Dados da Autora

A Microrregião do Cariri é bastante disputada eleitoralmente. PMDB e PSB possuem políticos com base territorial nos municípios da região, sendo eles a Ana Paula Cruz e o Wellington Landim, respectivamente. Outra Microrregião que é bastante disputada é Santa Quitéria e os deputados que possuem votos nessa localidade são Tomás Filho e Rogério Aguiar (PSDB) e Carlomano Marques (PMDB). Já a Microrregião de Camocim e Acaraú são disputada por Sávio Pontes (PMDB), Gony Arruda (PSDB) e Sérgio Aguiar (PSB). Sobral, uma microrregião composta por onze municípios é disputada por Ivo Gomes (PSB) e Luiz Pontes (PSDB).

Diante da distribuição por partido apresentada é possível perceber que existe a formação de circunscrição informal, ou seja, membros do mesmo partido dificilmente disputam eleições para o mesmo cargo na mesma região. Isso porque evitar possíveis confrontos entre candidatos do mesmo partido garante a eleição de mais deputados para a legenda. Esse acordo não é percebido pela maioria dos cidadãos, mas o percebo como favorável para o exercício da democracia representativa: disputa saudável na arena eleitoral, boa distribuição de representação política na arena legislativa, pois a disputa entre os partidos garante que a região tenha pelo menos um representante na Assembleia Legislativa.

## 2. ARENA LEGISLATIVA

*“Faço clientelismo mesmo (Carlomano Marques); A nossa missão é muito mais injusta. Duvido que na porta do jornalista vai alguém bater para pedir passagens... (Osmar Baquit); O que se faz nos grotões é caridade e não clientelismo, porque o poder público não faz (Paulo Duarte); Quem está na linha de frente recebendo toda hora no gabinete é o deputado estadual... Quadrilhas, São João, times de futebol, festa do dia da criança, idoso, funerais... carga pesada para o deputado estadual (Antônio Granja)” (Fábio Campos, em O Povo, 20/10/99).*

### 2.1 – COMO AGE O LEGISLATIVO CEARENSE?

O estudo institucional das Assembleias Legislativas mostra que os mecanismos do sistema eleitoral e político podem ser utilizados de forma a beneficiar os *políticos profissionais*. Esse favorecimento - ou desfavorecimento, caso não sejam absorvidas as regras do *campo político* – são dados a partir do investimento no âmbito estadual. Segundo Fernando Abrucio, Marco Antonio Carvalho Teixeira e Valeriano Mendes Ferreira Costa (2001; p. 222):

Fiscalizar o trabalho do Poder Executivo e produzir iniciativas regulamentando a vida dos cidadãos e as questões de interesse da sociedade formam, de maneira genérica, o conjunto de atividades que devem ser desempenhadas pelo Poder Legislativo. O bom exercício dessas atribuições depende de variáveis internas e externas ao Parlamento. As variáveis internas referem-se, principalmente, ao que se prevê no Regimento Interno da Casa como sendo funções exclusivas do Legislativo. As externas, por sua vez, representam um conjunto de fatores que englobam as relações com o Poder Executivo e a capacidade deste em determinar a agenda parlamentar, as influências do Judiciário e dos órgãos de controle, os impactos e/ou os *checks and balances* de outros entes federativos, o peso dos grupos de interesse, o grau de participação da sociedade e o *accountability* exercido por ela e, por fim, as competências legislativas e materiais do nível do governo em questão.

Não irei aqui adentrar em todas as questões apresentadas pelos autores, mas tento perpassar pelas situações empíricas produzidas pela realidade política cearense no primeiro mandato do Governo Cid Gomes.

### 2.1.1 - Variáveis Internas

Algumas regras do funcionamento dos legislativos estaduais são comuns a todos os estados brasileiros, mas a forma como são seguidas depende da particularidade das forças políticas de cada estado (não pretendo aqui fazer uma comparação geral). Nesse tópico, discorro sobre o funcionamento do legislativo cearense, entrelaçando a teoria e a empiria do que a literatura da Ciência Política chama de *checks and balances*.

A divisão entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) funciona a partir de regras que equilibram as funções de forma que possam ser fiscalizados um pelo outro. Os *checks and balances* são os mecanismos que os poderes utilizam para efetivar posições administrativas e políticas ao gerir o poder público decisório. A literatura da Ciência Política tem estudado a concentração dos poderes de agenda e de veto nas mãos do Executivo tanto federal como estadual.

Alguns dos mecanismos merecem destaque por nos ajudar a compreender a formação de maioria no legislativo cearense a favor do Governador. A grande questão colocada nesse tópico é tentar compreender a ausência de oposição a Cid Gomes. Por que estar ao lado do Governador? Os governadores possuem um conjunto de atribuições, listadas a seguir, cujo conhecimento nos ajuda a iniciar uma reflexão, juntamente com a literatura corrente sobre estudos do legislativo subnacional (ANASTASIA, 2004):

- **Iniciativa exclusiva em assuntos financeiros, administrativos, orçamentários e tributários.** Os deputados estaduais tendem a investir seus esforços em manter sua base eleitoral. Ao lado do governador, ele pode conseguir verbas para obras nas localidades ou grupos sociais em que intenciona representar.
- **Nomeação ou exoneração de secretários de Estado.** A escolha de secretários do Estado é um dos pontos importantes que influenciaram a quase ausência de oposição a Cid Gomes. Esse assunto será tratado logo a

seguir com mais atenção, por ser um elemento central do apoio mútuo entre Executivo e Legislativo.

- **Indicação de Membros da Assembleia Legislativa.** O Governador designa, entre os eleitos, deputados para o exercício da liderança do governo na Assembleia Legislativa. O líder e o vice-líder possuem uma considerável visibilidade por fazer com uma certa constância pronunciamentos em nome do governo. Assim, ficam mais visíveis e conhecidos e, no caso de um governo bem avaliado, o retorno político é positivo, seja na busca por cargos eletivos ou não eletivos.
- **Indicação de controladores.** Segundo Anastasia (2004; p. 195), “1/3 do Tribunal de Contas dos estados e o quinto constitucional dos Tribunais Estaduais” são indicados pelo Executivo.

Alguns outros fatores garantem ao governador uma certa segurança na implementação das políticas de seus governos: Poder Delegado de decreto, Poder de Veto e outros. Concentro a atenção no ponto *Nomeação e exoneração dos secretários*, pois é quando começamos a identificar os acordos que fazem com que a oposição ao governador seja mínima.

David Samuels (1997) indica que, no Brasil, os políticos tendem a permanecer na cena estadual, não querendo prolongar-se e alcançar cargos nacionais. Os políticos cearenses tentam expandir sua influência política e, na minha interpretação, isso se faz por meio da tentativa de acumular os mais diversos cargos, seja através da tradição familiar, seja através de alianças. E aqui inclui-se também os cargos não eletivos.

A ausência de estruturas governamentais intermediárias – entre governo estadual e os municípios – é outro fator que enfraquece o Legislativo estadual. Isto porque não há incentivos à formação de grupos políticos regionais os quais poderiam contrabalançar o poder do governador. A fragmentação dos municípios, reforçada por sua grande multiplicação nos últimos anos, facilita a cooptação dos líderes locais pelo Executivo estadual, através do controle da distribuição de recursos orçamentários, especialmente no que se

refere a investimentos em infra-estrutura. O deputado estadual entra neste circuito apenas como “intermediário” entre o Executivo estadual e os municípios, ou mais especificamente, entre as secretarias estaduais e os prefeitos dos municípios de onde provêm seus votos (ABRUCIO; TEXEIRA; COSTA: 2001 – p. 242)

A continuidade na política pode ser dada através das alianças estaduais, advindas de articulações eleitorais, e que resultam em indicação para Secretarias do Estado. O benefício eleitoral de um cargo não eletivo é favorável para a continuidade ou conquista de bases, seja territorial ou social. Isso porque aumenta a possibilidade de políticas direcionadas à base representada e, assim, dá mais visibilidade política a quem está exercendo o cargo. Segundo Aquino (2000, p. 42):

Nenhum deputado quer estar mal relacionado com o governador, uma vez que poderia ter bloqueado o seu direito de fazer nomeações para cargos do executivo estadual (vitais para sua sobrevivência política). Além disso, sendo o governo estadual — mesmo quando se trata de verbas federais — o executor das obras mais importantes nos municípios, o governador tem controle sobre o destino final das verbas e, em geral, o próprio governador e seus auxiliares reivindicam para si o mérito pela realização de um projeto. Somente como aliado do governador, o deputado poderá influenciar na execução de projetos e proclamar-se co-responsável pelos projetos executados em seu próprio distrito informal.

No Ceará, há baixa renovação na Assembleia Legislativa. Ao mesmo tempo que serve de “trampolim” político para secretarias e cargos eletivos, o mandato no Legislativo estadual também é uma forma de ampliar o poder local/tradicional.

### **2.1.2 - Leis Orçamentárias**

A Lei Orçamentária Plurianual é feita no último ano da legislatura e visa os cinco anos seguintes. É, portanto, definida ao final do mandato do Governador para fixar o orçamento e as metas do próximo mandato. O Plano Plurianual é feito de forma regionalizada e busca contemplar todas as regiões do estado: o principal objetivo é visualizar as desigualdades entre as regiões para alocação de recursos de

forma igualitária<sup>36</sup>. Segundo o Regimento Interno:

IV – a Assembleia Legislativa (...) providenciará, simultaneamente, através da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, a distribuição de avulsos a entidades da sociedade civil, e a realização de audiência pública, para debate e obtenção de sugestões.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias Anuais é orientado pelo Plano Plurianual. O Executivo é responsável por encaminhar o projeto à Assembleia Legislativa para apreciação. Segundo um Assessor Parlamentar<sup>37</sup> com quem conversei sobre a dinâmica da Assembleia Legislativa, o orçamento é previamente negociado entre governador e deputados: estabelece-se uma verba “x” para a proposta dos parlamentares.

## **2.2 – EXECUTIVO E LEGISLATIVO: CID GOMES E A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ**

O governo Cid Gomes possui um grande arco de aliança política: como foi dito em outro tópico, a candidatura do atual governador em 2006 conseguiu aglutinar grandes legendas (PT, PMDB e PSB) e ainda contar com o apoio informal de Tasso Jereissati (PSDB). Em seu primeiro mandato como governador, Cid Gomes conseguiu formar uma ampla coalizão no Legislativo estadual. Alguns assuntos mais polêmicos foram levados ao plenário e ocorreu um debate em que a oposição se manifestou – mesmo que em minoria. Para exemplificar a maioria a favor de Cid Gomes, escolhi três exemplos de propostas do Executivo apresentadas à Assembleia Legislativa e que tiveram debates em que a oposição apenas se manifestou em plenário, mas não foi consolidada no momento da votação. São elas: 1) Viagem à Europa; 2) Piso salarial dos professores; 3) Lei de Emancipação dos Municípios.

O terceiro exemplo nos interessa não apenas pela relação entre Executivo e oposição. As discussões que envolvem a Lei de Emancipação dos Municípios colaboram diretamente para compreender algumas questões dessa pesquisa na

<sup>36</sup> Regimento Interno, Art. 302.

<sup>37</sup> O Assessor pediu para manter discrição sobre sua identidade e a do parlamentar que ele assessorava.

medida em que a efetivação de um centro administrativo incentiva o repasse de verba estadual. Mais adiante isto será explicado com mais atenção.

### **2.2.1 - O Executivo vai à Europa**

O primeiro assunto que gerou polêmica na AL-CE foi a Viagem à Europa feita por Cid Gomes, em um jatinho fretado com dinheiro público, em que o governador levou sua mulher, sua sogra e as esposas de dois assessores. A viagem ocorreu do final de janeiro ao início de fevereiro. No dia sete de fevereiro de 2008, Adahil Barreto (PR) apresentou requerimento à mesa diretora pedindo informações detalhadas sobre a viagem<sup>38</sup> - Adahil Barreto é aliado de Lúcio Alcântara (PR), que perdeu o Executivo estadual para Cid Gomes. No final de março de 2008, Cid Gomes evitou dar explicações à TV O Povo sobre a viagem, o que gerou reação dos principais opositores: Heitor Férrer (PDT) e Adahil Barreto<sup>39</sup>.

Os primeiros 15 dias do mês de abril foram de esclarecimentos. Entretanto, a oposição a Cid Gomes continuou pedindo explicações, chegando a cogitar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). No final de abril, os esforços para tal foram grandes, tendo em vista a coesa base aliada de Cid Gomes que, por sua vez, apresentou em plenário o pedido de desculpas – pelo incômodo da questão - , através de uma nota ao povo cearense, afirmando não ter feito nada ilegal<sup>40</sup>. O gênero carta aberta vincula-se a uma estratégia discursiva de desconsiderar o parlamentar como interlocutor e dirige-se diretamente ao “povo cearense”. Um trecho da nota diz:

Ao povo cearense,

Tomei conhecimento de que a divulgação de informações sobre a viagem que fiz à Europa em 30 de janeiro provocou grande polêmica, principalmente pelo fato de a mãe de minha esposa estar a bordo do avião. Infelizmente, isso coincidiu com um período em que estava do outro lado do mundo, na Ásia, o que impediu que eu me

<sup>38</sup> [http://www1.al.ce.gov.br/noticias/noticia\\_completa.php?tabela=noticias&codigo=4203](http://www1.al.ce.gov.br/noticias/noticia_completa.php?tabela=noticias&codigo=4203), último acesso em 05 de abril de 2010.

<sup>39</sup> Jornal O Povo, 26 de Março de 2008.

<sup>40</sup> Jornal O Povo, 29 de Abril de 2008.

manifestasse prontamente. Aproveito então este momento, meu primeiro compromisso público depois da volta, para dar as devidas satisfações ao povo cearense, do qual sou servidor. Em primeiro lugar, quero pedir desculpas pelo constrangimento que esse fato, e sua repercussão, possam ter causado. Sempre agi de boa fé e não me consta que tenha cometido qualquer ilegalidade com a presença de qualquer dos acompanhantes. Não houve nenhum custo ou despesa extra para o Estado. O vôo é cobrado por quilômetro e não pelo número de passageiros. As despesas pessoais da mãe de minha esposa e dos demais passageiros que não cumpriam missão oficial, bem como sua hospedagem, não foram pagas com o dinheiro público e, portanto, nada custaram ao Estado. O custo do vôo foi exatamente o mesmo, estivessem a bordo ou não<sup>41</sup>.

A repercussão da viagem de Cid Gomes à Europa atingiu repercussão na mídia nacional e a ausência de esclarecimento do governador levou inquietação a bancada do PSDB (na época, ainda tentava manter um posicionamentopositor ao governo do Cid Gomes devido à aliança com opositores históricos da legenda, no caso, PT), mas que desistiu de levar adiante a discussão e deixando Adahil Barreto e Heitor Ferrer sozinhos.

### **2.2.2 - Piso Salarial dos Professores: representação política da base eleitoral social?**

O reajuste salarial dos servidores do Estado também foi motivo de debate na AL-CE e teve manifestação da base aliada e da oposição do governo Cid Gomes. A proposta do Executivo não satisfaz a categoria e Artur Bruno e Rachel Marques (ambos petistas) manifestaram-se a favor de um reajuste maior e da regularização dos agentes penitenciários. A oposição (Adahil Barreto e Heitor Férrer) também se manifestou a favor de um maior reajuste. Entretanto, a proposta do Executivo foi aprovada, mesmo com contínua reivindicação apenas dos dois opositores, em regime de urgência juntamente com outras matérias<sup>42</sup>. Diante da questão exposta, o governo de Cid Gomes só tem oposição dos dois deputados supracitados. Em plenário, o embate político ocorre entre os opositores históricos (PSDB e PT), mas sem que isto interfira nas decisões políticas do Executivo, ou seja, há a discussão, mas não há a cobrança de decisão. A matéria veiculado no Jornal *O Povo* no dia 11

<sup>41</sup> Jornal O Povo, 29 de Abril de 2008.

<sup>42</sup> Jornal O Povo, 12 de Julho de 2008.

de julho de 2008, diz sobre a dinâmica de votação:

"Estamos transformando situações excepcionais em situações de rotina", criticou o deputado Adahil Barreto (PR). Ele disse que votaria contra, justificando que a medida pode transformar a Assembléia numa Casa que apenas confirma as matérias oriundas do Estado. O deputado Luiz Pontes (PSDB) partiu em defesa do Governo e argumentou que, como a Assembléia entrará em recesso em 17 de julho e só retornará em 1º de agosto, é importante a aprovação dessas mensagens com urgência. Ele aproveitou para alfinetar o histórico opositor. "Já cheguei várias vezes aqui com matéria debaixo do braço (em gestões anteriores), mas não tinha a compreensão do Partido dos Trabalhadores", disse. Em seguida, Heitor Férrer (PDT) foi à tribuna para dizer que não votará em favor de urgência para a tramitação das mensagens do Governo, alegando que o Estado sabe dos trâmites. "Amarra o deputado em não poder discutir e modificar a matéria", criticou. Assim como o pedetista, Ely Aguiar (PSDC) questionou o motivo das matérias não terem chegado antes. No outro lado da queda-de-braço, o líder do PDT, Ferreira Aragão, discursou que não era necessário "exame metucioso" das matérias. Após a discussão, foi a vez de Adahil pedir verificação de quórum para a votação. Para deliberar a matéria, seria necessário a presença de 24 deputados. Com poucos deputados em plenário, a base governista saiu em busca de formar o número mínimo necessário de parlamentares. Enquanto os ausentes não chegavam, os líderes de bancadas pediam encaminhamento de votação de requerimento para dar tempo aos governistas. Heitor Férrer retirou-se do plenário e ficou na ante-sala, para não ser contado como presente. Já Ely Aguiar preferiu não bater de frente com o Governo e se manteve no plenário, mas confirmando voto contrário à matéria.

### **2.2.3 - Lei de Emancipação dos Distritos<sup>43</sup>**

Em setembro de 2009, um novo debate adentra o Legislativo estadual cearense: a Lei de Emancipação de distritos. A ausência de uma decisão na Câmara do Deputados acerca do projeto de lei complementar 293/08 – que estabelece os critérios de criação e fusão de municípios – abriu espaço para uma alteração na Constituição Estadual. As mudanças constitucionais permitem a regulamentação sobre a criação e fusão de municípios pela Assembleia Legislativa; permitem a possibilidade de a população apresentar projetos para emendar a Constituição por

---

<sup>43</sup> Distritos, no sentido empregado neste tópico (e apenas neste tópico), são subunidades administrativas de municípios.

meio de iniciativa popular; e permitem a regulamentação sobre o número de vereadores de cada município, para que o texto estadual fique em conformidade com o da Constituição Federal e garanta autonomia funcional e financeira à Defensoria Pública do Estado<sup>44</sup>.

Para os fins dessa pesquisa, a utilização da Lei de Emancipação ajuda a visualizar as forças políticas e suas localidades pela possibilidade de indicar a ocorrência de *conexão eleitoral* por dois motivos: 1) O apoio à emancipação de uma determinada localidade pode vir a fomentar benefícios eleitorais a um deputado na eleição seguinte, já que promoverá visibilidade do apoiador diante da população local; 2) Viabilidade de expandir o poder político local para mais de uma máquina administrativa. Nesse caso, isso garante que as ações feitas na administração local também aumentem a visibilidade do político perante a população e isso pode ser mais uma via de consolidação de retorno eleitoral.

Sobre a lei de criação e fusão de municípios, 42 parlamentares manifestaram-se a favor. Heitor Férrer se manifestou contra, argumentando que, embora Tasso Jereissati tivesse apresentado o projeto à Câmara Federal, este ainda não tinha sido votado e, portanto, a lei era inconstitucional e a proposta “pulava etapas”<sup>45</sup>.

Cid Gomes sancionou o projeto de Lei Complementar nº 84, de autoria do presidente da AL-CE Domingos Filhos (PMDB) em dezembro de 2009, com apoio unânime da Assembleia Legislativa. Segundo a Coordenadoria de Comunicação Social da Assembleia Legislativa:

Heitor, que sempre se mostrou contrário à emancipação de municípios, disse que seu voto foi “no sentido de autorizar a população a dizer se quer ou não a emancipação”. “Eu jamais negaria a um cidadão o direito de se manifestar”, ressaltou. O deputado informou que o que foi votado hoje foi apenas o plebiscito. “A emancipação de fato só acontece após a aprovação de uma lei complementar”, explicou. Para Heitor, “o plebiscito apenas permite a movimentação de lideranças no sentido de pressionar a votação da lei complementar em Brasília”. O pedetista explicou ainda os motivos que o levaram a se posicionar contrário à emancipação. Segundo ele, o que leva os municípios a quererem se emancipar é “a falência quase generalizada dos gestores das administrações municipais, que não assistem todos os distritos e localidades de forma efetiva”.<sup>46</sup>

<sup>44</sup> [http://www1.al.ce.gov.br/noticias/noticia\\_completa.php?tabela=noticias&codigo=12028](http://www1.al.ce.gov.br/noticias/noticia_completa.php?tabela=noticias&codigo=12028), último acesso em 05 de abril de 2010.

<sup>45</sup> Jornal O Povo, 26 de Novembro de 2009.

<sup>46</sup> [http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia\\_completa.php?tabela=noticias&codigo=15528](http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia_completa.php?tabela=noticias&codigo=15528) consultado

As propostas de criação de fusão dos distritos começaram a ser apresentadas a partir de fevereiro de 2010. Até o mês de março, quarenta e sete distritos foram apresentados. Em maio do mesmo ano, Domingos Filho participou, juntamente com Heitor Férrer, do Ciclo de Debates do Centro Industrial do Ceará (CIC) que versava sobre a temática “A Criação de Novos Municípios”.<sup>47</sup>

“A instalação dos novos municípios será feita com a eleição de prefeitos e vereadores, que é definida por lei federal”, afirmou o parlamentar [Domingos Filho].

A presidente do CIC, Roseane Oliveira de Medeiros, destacou a preocupação do setor produtivo com o impacto econômico gerado pela criação de municípios. “Não queremos discutir só a constitucionalidade da lei. Queremos saber quem vai pagar os custos da nova estrutura administrativa ou se haverá aumento na tributação”, afirmou a empresária. Domingos Filho explicou que não haverá alterações tributárias, pois o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é apenas um repasse da União, que arrecada impostos e repassa aos entes federativos. Ele lembrou, ainda, que os gastos da gestão pública são controlados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).<sup>48</sup>

Ainda na reunião do CIC, Heitor Férrer (PDT) apresentou um ponto de vista contrário ao de Domingos Filho:

Segundo ele [Heitor Férrer], os novos municípios farão a sociedade pagar mais serviços públicos, além de salários de vereadores e prefeitos. “É nos municípios que começa a solução e também os problemas”, afirmou o parlamentar. O pedetista citou dados da Controladoria Geral da União (CGU), que apontam desvios de recursos públicos em 95% dos municípios brasileiros. “Resta saber se a sociedade quer bancar isso”, questionou. De acordo com o deputado, somente uma lei federal pode criar efetivamente novos municípios. “No estado podemos aprovar o plebiscito, mas não a criação do município de fato”, disse.<sup>49</sup>

Alguns outros parlamentares, no decorrer do primeiro semestre de 2010, utilizavam os espaços em plenário para pronunciar-se em favor da emancipação dos

---

em: 29 de Janeiro de 2011.

<sup>47</sup> [http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia\\_completa.php?tabela=noticias&codigo=14896](http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia_completa.php?tabela=noticias&codigo=14896) consultado em 28 de Janeiro de 2011.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Idem.

distritos. Os principais defensores da medida eram Hermínio Resende (PSL), Manoel de Castro (PMDB) e Neto Nunes (PMDB). Os três parlamentares apresentam características que indicam ênfase na *conexão eleitoral*, tanto na ação política no dia-a-dia da Assembleia Legislativa quanto na questão específica da emancipação dos distritos.

Hermínio Resende possui base eleitoral territorial em Crateús e esteve presente na apresentação da emancipação dos distritos de Ibiapaba e Monte Nebo; Manoel de Castro apresentou o distrito de São João de Aruaru (Morada Nova); Neto Nunes defendeu a emancipação dos distritos Lima Campos e Icozinho (ambos em Icó); Júlio César apresentou o distrito de Pajuçara (Maracanaú).

Esses são alguns exemplos de algumas representações políticas de acordo com a base territorial evidenciadas através da discussão da Lei de Emancipação dos distritos. Utiliza-se a favor da emancipação principalmente o argumento de que a estrutura do município sede não comporta mais administrativamente as demandas dos distritos dado o crescimento populacional das localidades.

No decorrer do levantamento das informações, percebi que coincidiu algumas vezes de o distrito que buscava a emancipação ser parte de um município que possui mais de uma força política. Por exemplo, três distritos de Icó protocolaram o pedido de emancipação: Pedrinhas, Icozinho e Lima Campos. O primeiro foi apoiado por Adahil Barreto (PR) e os dois últimos por Neto Nunes (PMDB) – ambos possuem votos em Icó, como pode ser visto em destaque nos mapas dos deputados<sup>50</sup>, ou seja, ambos possuem dominação e certo grau de efetividade no município.

Os critérios de aprovação foram reforçados no dia 25 de maio de 2010, logo após a aprovação de dezenove emancipações. Segundo Mauro Filho (PSB), o critério de aprovação foi que "nenhum distrito poderia ter índice de participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) inferior ao do município de Granjeira, cidade com menor índice de participação do ICMS do Estado"<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Ver mapas no tópico sobre o perfil dos deputados.

<sup>51</sup> <http://www.al.ce.gov.br/>, consultado no dia 28 de Janeiro de 2011.

### 2.3 – O DISCURSO PARLAMENTAR E “IMAGINÁRIOS DE VERDADE”

A proposta deste tópico é analisar o discurso político da *instância política*, ou seja, os políticos profissionais, como parte da construção de imagens sócio-discursivas para a conquista de legitimidade diante da *instância cidadã* - os eleitores. Como os deputados estaduais do Ceará se auto-definem e buscam legitimidade? Qual o imaginário discursivo construído através do discurso político enunciado no perfil destes deputados?

Optei por utilizar o discurso político enunciado no perfil dos deputados estaduais eleitos em 2006 disponível no site da Assembleia Legislativa do Ceará<sup>52</sup> como um dos instrumentos de análise qualitativa que possa colaborar na condução da interpretação da ação política destes políticos profissionais. A escolha foi feita com a perspectiva de que o conteúdo do perfil do deputado visa enunciar sua opção de ação política legislativa, pois segundo Charaudeau (2006), o discurso político não está desligado da ação. O auto-perfil aparece então como uma forma de exibir características que permitam o ator político se legitimar perante a instância cidadã. No decorrer do texto, utilizei as categorias sugeridas por Patrick Charaudeau, atentando para o fato da contextualização da cena política cearense e como seus atores trabalham a construção da identidade discursiva referente ao *conceito político* e à *prática política*. Optei por não apresentar todos os perfis analisados e apenas exemplifiquei os imaginários através de alguns discursos. O tipo puro dos imaginários dificilmente é encontrado e, por isso, apresentei os perfis de acordo com a aproximação das categorias sugeridas por Charaudeau.

A representação social para a sociologia se exprime através da forma como se relacionam a *realidade*, a *imagem* que essa realidade apresenta e a *significação* que é dada pelo coletivo. A forma como a realidade é percebida e expressada pelos indivíduos coletivamente é a própria representação social do real que eles compartilham em relação a um objeto social. Na análise do discurso, essas representações assumem, a partir da noção de interdiscursividade, as funções sociais relativas a “representação coletiva”, “exibição” e “presentificação”.

Na cena política, a representação é exercida por atores que se propõem a

---

<sup>52</sup> <http://www.al.ce.gov.br/>, em 01 de dezembro de 2009

representar as relações de poder que perpassam textos, papéis e lugares e que possuem uma certa margem de manobra. O discurso político emerge como dispositivo utilizado como forma de intervenção política na medida em que constrói seus enunciados a partir de símbolos de representação social de uma coletividade para conquistar eleitores. Nessa perspectiva, o discurso como dispositivo busca provocar resultados através da interpretação dos enunciados (Charaudeau, 2006). Segundo Charaudeau, três são os lugares de fabricação do discurso político: *instância política*, *instância cidadã* e *instância midiática*.

A *instância política* é o lugar de governança, em que se apresenta a situação e a oposição. Na linha de raciocínio de Charaudeau, a oposição se apresenta como a *instância adversária*. A *instância política* é o local do exercício da representação; é o local em que se configuram as disputas pelo poder e, portanto, agrega também a *instância adversária*. É na instância política que os atores podem exercer o poder de decisão, de ação e de manipulação. Na democracia representativa, a busca pelo poder decisório ocorre através do processo eleitoral e é exercida de modo que as ações e as decisões sejam legitimadas pela *instância cidadã*. Para tal, o discurso na instância política tenta estabelecer com a instância legitimadora relações diferenciadas, ou seja, a forma como é conduzida a relação obedece a lógica de particularizar o discurso direcionando-o para o que o eleitorado interpretaria como favorável e transformaria sua opinião em voto (Charaudeau, 2006).

A *instância cidadã* é o lugar de construção de opinião fora do governo; é a instância que legitima os atores da *instância política*. O discurso dessa instância se configura como discurso de sanção na medida em que é responsável por eleger ou reeleger representantes. A *instância cidadã* é fragmentada por ser composta de diversos grupos, cada qual com sua própria percepção e identidade.

A *instância midiática* intermedeia as duas outras instâncias cumprindo o papel de dispositivo de *exibição* e *espetáculo*, na busca por credibilidade e cooptação, respectivamente. É nessa instância em que é gerada a informação e a forma como esta é veiculada reverbera nos processos de formação da opinião da sociedade civil e da sociedade cidadã (Charaudeau, 2006).

### **2.3.1 - Análise do Discurso dos Deputados Estaduais do Ceará**

Segundo Bourdieu, o acesso ao campo político é limitado pelo universo do que é pensado politicamente. O universo do discurso político constitui o jogo do campo político e, assim, o conhecimento das técnicas e expressões utilizados no âmbito interno são de acesso apenas de alguns agentes. O campo político limita-se, portanto, ao monopólio dos profissionais, pois são eles os detentores do *poder simbólico* e das regras do jogo deste campo (Bourdieu, 2006).

O discurso político coloca-se como uma ferramenta do *jogo* para construir a legitimidade dos políticos profissionais para que exerçam a representação política dos cidadãos. Estes últimos, por sua vez, apesar de estarem *fora* do campo político são responsáveis por eleger seus representantes e, portanto, suas opiniões devem ser conquistadas.

Para Charaudeau, “*A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção*” (Charaudeau, 2006: 46). No olhar teórico de Charaudeau, os discursos de representação permitem aos indivíduos a possibilidade de identificação ou exclusão com um grupo, uma classe, ou sentir-se representado por um ator político da instância política.

A construção da legitimidade do ator da instância política perpassa pela disputa do discurso político que mais possui *força de verdade*, ou seja, aqueles que se propõem a adentrar o universo da representação política precisam dispor de um discurso direcionado para construção de um *imaginário de verdade* que tenha credibilidade. Propor agir em busca de um “bem comum” tornou-se uma generalização quase inviável para construir base eleitoral numa sociedade em que, segundo Bauman<sup>53</sup>, os atores sociais estão mais individualizados e individualizantes de tal modo que as lutas coletivas tornam-se lutas particulares de pequenos grupos. Nesse sentido, os deputados estaduais do Ceará procuram construir seus imaginários de verdade atentando para a conquista da legitimidade através da enunciação dos caminhos para a ação política.

O cenário que configura a Assembleia Legislativa do Ceará é de um plenário em que os parlamentares não são renovados com frequência. O que chama atenção

---

<sup>53</sup> BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 2000.

é o fato de que na disputa para 46 vagas para o legislativo estadual disputaram 513 candidatos e metade das “cadeiras” foram preenchidas por atores que já exerceram mandato na Assembléia anteriormente.

### **2.3.2 - Deputados Estaduais do Ceará e o Imaginário da “Tradição”**

Segundo Charaudeau (2006), o imaginário da tradição alimenta a ideia das estratégias discursivas referentes à herança política. Nesse discurso político, a referência é dada a uma origem política legitimada por uma descrição histórica da sua vinculação à comunidade que perpassa inúmeras gerações. Coloca-se em evidência a necessidade de retorno a uma identidade perdida ou a uma identidade que não pode ser perdida, que precisa ser cultivada.

Os discursos apresentados nos perfis dos deputados estaduais que correspondem à construção do imaginário de verdade ligado à tradição dão ênfase não apenas à identidade da comunidade. Podemos identificar que a lógica desses discursos está na vinculação daquela comunidade com a origem de nascimento do candidato e de herança política. Nos próprios perfis é perceptível o discurso político ligado à *conexão eleitoral*, ou seja, a estratégia política de reprodução de poder é a manutenção de base eleitoral e, assim, os políticos ligados ao imaginário de verdade na perspectiva da “tradição” fazem da **arena legislativa** uma continuação da **arena eleitoral**<sup>54</sup>.

Na realidade cearense, os discursos de tradição geralmente veem acompanhados do discurso de modernidade, sendo poucos os imaginários puros. Para adentrar no cenário legislativo, um candidato precisa de mais votos do que os dos municípios em que iniciou sua trajetória política, mesmo que esta seja herdada. Vejamos um exemplo.

Ana Paula Cruz (PMDB) está no seu primeiro mandato na Assembléia Legislativa do Ceará. Em seu perfil, encontramos o seguinte discurso:

---

<sup>54</sup> A arena eleitoral seria o local cujo Estado confere poder ao indivíduo através da democracia representativa. O Estado é, na democracia representativa, a expressão da vontade do povo, pois ele possui o “conhecimento especializado” para gerir a sociedade. CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. 8. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003. 151 p. Assim, a arena legislativa seria o espaço de atuação daqueles que possuem o capital político (aqui no sentido de Pierre Bourdieu) para legislar em nome do povo.

Ana Paula Gomes da Cruz Napoleão é estreante no Parlamento Estadual. Filha do prefeito de Juazeiro do Norte, Carlos Cruz, cedo se habituou a conviver com a política uma vez que seu pai foi prefeito do município em outra ocasião, além de ter exercido diversos mandatos como deputado estadual. **A política, portanto, está no sangue de Ana Paula, como se costuma dizer.** [...]Ana Paula cruz chega à Assembléia Legislativa como uma **autêntica representante da Região do Cariri**, não somente por ter nascido ali e pela tradição política da sua família em toda aquela área, mas também por ter recebido a votação na maioria dos municípios que compõem a região (grifos meus).

A legitimidade de Ana Paula Cruz é dada através de sua herança política. Nos termos de Charaudeau, é uma legitimidade por *filiação*. A fidelidade à Região do Cariri é enfatizada não apenas “por ter nascido ali”: atribui sua fidelidade ao mecanismo legítimo da democracia representativa. Utiliza ainda como estratégia discursiva a *dramaturgia* da herança da vocação política nos argumentos genéticos quando escreve que “a política está no sangue de Ana Paula”.

### **2.3.3 - Deputados Estaduais do Ceará e o Imaginário da “Modernidade”**

Na visão clássica de Max Weber se destaca o tipo ideal de racionalização, impessoalidade e técnica como caracterizantes da modernidade. A organização burocrática é a principal tendência na qual a racionalização é consolidada. Ou seja, a burocracia é o instrumento de dominação que estrutura as instituições ocidentais, dando a elas a técnica necessária para que a dominação racional-legal possa ser exercida com eficácia. Ainda para o autor, o crescimento da racionalização tende ao “desencantamento do mundo” por ser ela o instrumento de conquista e manutenção do poder e desenvolvimento da dominação pela técnica. Embora o debate sobre a modernidade perpassa esta dissertação, interessa-nos especificamente a percepção de Charaudeau (2006) sobre o *imaginário de modernidade*.

O discurso do *imaginário da modernidade* constrói sua representação com referência a uma proposta de ruptura com o passado, enfatizando para o presente o sentimento de mudança. O discurso da modernidade pode vir juntamente com uma perspectiva economicista e/ou numa perspectiva tecnológica (Charaudeau, 2006).

No contexto cearense, o discurso da modernidade aparece de forma mista e, especificamente no discurso abaixo citado, ele aparece também como reforço no

discurso de oposição.

O perfil escolhido que possui um discurso construído com indicativos mais nítidos de imaginário de verdade de modernidade é do deputado Roberto Cláudio (PSB).

[...]Sua experiência profissional se dá no planejamento e avaliação de políticas de saúde pública, tendo atuado como consultor em projetos nacionais e internacionais, principalmente no tocante ao Programa Saúde da Família, foco de sua tese de Doutorado. Tais projetos se desenvolveram em alguns municípios cearenses e em alguns países da África e ainda no México. Lecionou, como professor convidado, na pós-graduação do Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará e na Universidade do Arizona. O Deputado eleito Roberto Cláudio, **fundamentou sua campanha em três pilares: renovação, compromisso e competência, acreditando que o estado do Ceará precisa de uma nova geração de líderes, vocacionados e motivados pela necessidade de novos valores, comportamentos e compromissos com as graves questões sociais do nosso estado.** Para tanto, pretende ser um parlamentar sensível às lutas sociais, bem informado e capacitado, capaz de legislar e monitorar o executivo de forma construtiva e produtiva [...] (grifo meu).

A parte grifada mostra uma estratégia discursiva voltada para a construção do *imaginário de modernidade*, compreendendo a perspectiva de mudança e de construção do novo. E, assim como o tipo ideal sugerido por Charaudeau, refere-se a uma tentativa de rompimento com o passado para a alimentar um expectativa de “avanço”.

#### **2.3.4 - Deputados Estaduais do Ceará e o Imaginário da “Soberania Popular”**

O *imaginário da soberania popular* está ligado à estratégia discursiva direcionada a coletividade referente a grupos sociais. Geralmente, esse imaginário vem associado à identificação com uma causa. Essa identidade com um grupo pode existir também de forma fictícia e desse modo ser utilizada por elites para se beneficiar dessa estratégia (Charaudeau, 2006).

Segundo Charaudeau, esse imaginário pode vir do direito a identidade e também pode vir associado ao igualitarismo. No campo empírico, percebemos essa

estratégia ser utilizada por políticos de partidos de esquerda. No legislativo cearense, temos o exemplo do deputado estadual Artur Bruno (PT):

#### O Educador

Antes de se definir como parlamentar, Bruno prefere se identificar como um educador, que há 29 anos se dedica à formação da juventude, como professor de Geografia e Atualidades em cursos pré-universitários e na Universidade Viva (FA7). Data desta época seu interesse pela política educacional e cultural.

Nesse trecho, o locutor informa a preferência de Artur Bruno por apresentar-se com uma identidade de um grupo e constrói o discurso visando uma legitimidade enfatizada pela *formação profissional*. Em seguida, o texto segue apresentando sua legitimidade por mandato, mostrando que é um homem político experiente, e diz:

#### O Parlamentar

Como parlamentar, exerceu dois mandatos como vereador em Fortaleza e ingressou na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará em 1995, sendo reeleito em 1998, sempre pelo PT, partido ao qual é filiado desde 1986. Foi candidato a vice-prefeito de Fortaleza pela Coligação Fortaleza de Todos (PT-PCdoB-PDT-PCB-PSB), na chapa encabeçada por Inácio Arruda. Foi reeleito em 2002, com 87.300 votos, tornando-se o segundo deputado estadual mais votado do Estado. Foi o segundo deputado estadual mais votado em toda a história do Ceará, tendo recebido sufrágios em 173 dos 184 municípios do Ceará. Está no quarto mandato, tendo sido o quarto mais votado em Fortaleza, com 61.996 votos.

O texto seguinte apresenta Artur Bruno como um militante dos movimentos sociais. A ênfase contribui para delinear o perfil de forma a consolidar o *imaginário de soberania popular*:

#### Movimentos sociais

Mesmo com sua vida parlamentar coberta de êxito, Artur Bruno é consciente que não é só no parlamento que se desenvolvem as lutas em defesa dos trabalhadores. Neste sentido, tomou parte em várias manifestações nas ruas e praças contra as injustiças sociais. Possui um mandato caracterizado pela luta em defesa dos direitos sociais e por uma educação de qualidade. Artur Bruno está voltado em tornar o parlamento realmente a "casa do povo", levando reivindicações e

defendendo os interesses maiores da sociedade.

### **2.3.5 - Construção de Imaginários Opostos**

A maioria dos parlamentares da Assembleia do Ceará com mandatos iniciados em 2006 apresentam a construção das estratégias discursivas através da junção de imaginários. Esse fato se apresenta como uma boa estratégia pelo fato de que o sistema eleitoral brasileiro, regido pela Constituição de 1988, é sistema proporcional de lista aberta, o que faz com que haja distorção institucional de subrepresentação dentro dos distritos<sup>55</sup>. Assim, no âmbito de representação estadual, há um grande número de eleitores concentrados na capital e na Região Metropolitana. Ou seja, a conquista dos votos da população dessas duas localidades “exigem” um discurso menos tradicional e conseqüente construção de um imaginário “misto”.

O que foi recorrente na análise dos discursos dos perfis foi a construção do imaginário unindo o *tradicional* e o *moderno*. Um perfil que merece destaque é do deputado Cirilo Pimenta (PSDB), pois ele utilizou diversas ferramentas das estratégias discursivas em seu discurso político (texto na íntegra):

Filho de Quixeramobim, terra de Antônio Conselheiro - o valente e lendário sertanejo que enfrentou as forças do exército nacional em pleno sertão da Bahia - Cirilo Pimenta iniciou atividade pública desempenhando mandato de vereador em sua terra natal, impulsionado pelo desejo de servir aos que nele depositavam esperança de dias melhores. Na Câmara, abriu espaço para uma nova bandeira que se erguia no sertão cearense: a organização popular através das associações de produtores e trabalhadores rurais e urbanos. Em seus discursos, pregou a necessidade de uma integração campo-cidade, onde a agroindústria pudesse viabilizar ocupação na zona rural e a instalação de indústria garantisse emprego e renda na área urbana das cidades. Carismático e popular, em 1990, se elege deputado estadual, vindo representar na Assembléia Legislativa o sertão Central do Ceará. No parlamento, destaca-se por sua habilidade em negociar e liberar projetos que representassem progresso para sua região. Em 1994, renova mandato de deputado e se consolida como liderança política em nosso estado. O ano de 1996 foi o do sonho realizado: dirigir os destinos de sua terra. Eleito prefeito pela vontade majoritária da população, Cirilo Pimenta começa a partir daí a construir uma nova história de seu município e de sua gente. A cidade até então assistia

<sup>55</sup> Como o Brasil é Federação, os distritos são os Estados (Unidades federativas).

ao progresso de comunidades vizinhas de forma passiva. Como prefeito, Cirilo Pimenta se cercou de auxiliares competentes e contando com a experiência parlamentar abriu as portas de Quixeramobim para que o desenvolvimento econômico e social entrasse. Apoiado por segmentos organizados da sociedade local, põe em prática um plano estratégico e ousado de governo que consistia em dar suporte às atividades que garantissem desenvolvimento sustentável e emprego. Com a auto-estima resgatada, a cidade passou a experimentar extraordinária evolução econômica e estrutural. A infra-estrutura criada com a implantação do distrito industrial fincou os alicerces para a instalação de indústrias, sobretudo calçadista e agroindústria, fazendo surgir 6 mil empregos diretos e 4 mil empregos indiretos. A gestão do deputado Cirilo Pimenta, no entanto, viria ainda a ser protagonista do mais inovador projeto em termos de administração pública municipal em fins do século passado. Surge o Pingo D'Água, projeto que consistia em perfuração de poços rasos em áreas de aluvião. O projeto foi logo encampado pelo governo do estado tornando-se Poços do Sertão. Ainda como prefeito, Cirilo Pimenta, por sua forte liderança, presidiu a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece). Entregou o município com índices econômicos invejáveis e saldo social reconhecido, com a diminuição da pobreza em terras incrustradas no semi-árido. Cirilo Pimenta volta ao parlamento com a eleição de 2006, tendo como focos de atuação a defesa do setor primário, industrialização e educação como pressupostos para a geração de emprego e renda e combate a pobreza em nosso estado.

O discurso político de Cirilo Pimenta (PSDB) busca a legitimidade através da *tradição* quando ele resgata a figura lendária de Antônio Conselheiro e vincula-se como “filho de Quixeramobim”. O discurso é produzido utilizando a dramaturgia: sua trajetória é delineada de forma heroica e emotiva. Apesar de remontar a uma tradição, outras marcas do discurso constroem um *imaginário de modernidade* através de sua administração competente e inovadora do município de Quixeramobim.

Outro exemplo de construção de discurso político através de imaginários opostos refere-se aos deputados mais jovens. Exemplificarei através do perfil da deputada Lívia Arruda (PMDB), uma jovem de 25 anos (texto na íntegra).

Nascida em julho de 1984, é filha de Inês Maria Corrêa de Arruda e de José Gerardo Oliveira de Arruda Filho. É formada em Engenharia Civil, pela Universidade Federal do Ceará. É solteira e, como toda jovem de sua idade, adora se divertir e viajar com a família. Sendo este último seu passeio predileto.

É de uma família tradicionalmente política. Seu bisavô, o Tenente Edson da Mota Corrêa, foi Deputado Estadual por 32 anos. Seu avô, Dr. Danilo Dalmo da Rocha Corrêa, foi Prefeito de Caucaia. Sua avó, D. Maria Lúcia Corrêa, foi Deputada Estadual. Sua mãe, Inês Arruda, foi Deputada Estadual e, ex-prefeita do Município de Caucaia. E seu pai, José Gerardo Arruda, que também já foi prefeito de Caucaia, está no terceiro mandato como Deputado Federal.

Tem como principal reduto eleitoral, pelo qual foi eleita deputada estadual com 58.006 votos para o mandato referente ao período 2007 a 2010, os Municípios de: Caucaia, Fortaleza, Maracanaú, Pentecoste, Umirim, Mucambo, Jaguaratama, Paraipaba, Porteiras, Ibaretama, Senador Pompeu, Redenção, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Capistrano, Barreira, dentre outros.

Na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, é Presidente da Comissão da Infância e Adolescência, a qual assumiu com o intuito de implementar projetos que visem combater toda e qualquer violência contra crianças e adolescentes, bem como, elevar a qualidade de vida dos mesmos.

O discurso político inicia com a construção de um *imaginário tradicional*. Exercendo seu primeiro mandato, Livia Arruda possui herança política familiar formada principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza. A deputada inicia sua carreira política e apresenta como atributo positivo para buscar sua legitimidade a família tradicionalmente política e, também, faz referência a padrões morais tradicionais ao afirmar que seu passeio preferido é “viajar com a família”. Sua ação política legislativa é direcionada para “*combater toda e qualquer violência contra crianças e adolescentes, bem como, elevar a qualidade de vida dos mesmos*”. Ao assumir uma “causa” da comunidade, a deputada inicia também a construção de um discurso de *imaginário de soberania popular*.

Teo Menezes e Tomás Figueiredo (ambos PSDB), assim como Livia Arruda, também são jovens no início de suas carreiras políticas que tentam construir sua legitimidade através de herança familiar e, numa junção de tradicionalismo e personalidade própria, aderem ao *imaginário de soberania popular* ao assumir o discurso de identidade com a juventude. É interessante perceber que esses três jovens iniciaram suas carreiras políticas em partidos políticos grandes, cujo coeficiente eleitoral permite eleger maior número de candidatos.

Segundo Bourdieu (2007), o jogo no campo político é dado relacionamente

através das oposições e disposições dos agentes que estão dentro do campo. Apresenta-se, assim, um sistema de desvios em que a posição destes agentes pode direcionar para extremos ou para o centro. Bourdieu propõe, num âmbito geral, a idéia de que as democracias parlamentares lutam para a adesão dos cidadãos de modo que reflita numa luta para subverter ou manter a distribuição do poder sobre os poderes públicos. É a pressão externa dos profanos (cidadãos comuns) que vai sugerir o andamento dos conflitos internos ao campo. Seguindo esse raciocínio, há evidência de que os Políticos Profissionais cearenses utilizam-se do seu monopólio das regras do jogo para manter suas bases eleitorais e assim garantir manutenção do poder (seja no exercício do mesmo cargo, seja delegando para familiares, seja no contínuo movimento de construção de carreira política).

A ação política dos deputados estaduais do Ceará (mandato 2007-2010) é enunciada no discurso do perfil exibido na página oficial da Assembleia Legislativa, atentando para construção de um imaginário sócio-discursivo que Patrick Charaudeau denomina de “imaginários opostos”. A combinação entre o *imaginário tradicional* e o *imaginário moderno* é a mais recorrente nos discursos políticos dos deputados cearenses. Como já sugeri, isso decorre da tentativa de conquistar votos nos mais diversos eleitorados; como diz Charadeau, o ator da *instância política* busca pontos comuns em opiniões diferenciadas para construir uma “*opinião média*”.

Na análise do discurso dos perfis, há ênfase na representação direcionada a circunscrição informal no estado do Ceará e, assim, a conexão eleitoral se evidencia de forma recorrente nos discursos analisados. Essa recorrência mostra que o *imaginário tradicional* possui valor positivo na medida em que sua legitimidade advém da *filiação*, ou seja, da herança política.

As ideias de Bourdieu colaboram para a reflexão de que a força do político cearense advém do capital pessoal do mandatário: o valor da ideia proposta por ele tem o reconhecimento de verdade legitimada através do número de votos que é capaz de obter. Desse modo, o poder simbólico da representação política cearense se manifestaria essencialmente através dos votos e de pontuais manifestações dos mandatários direcionadas a grupos sociais específicos (Mulheres, Infância e Juventude, Negros, etc). A relação dominante-dominado no campo político do Ceará solidificaria a interdependência entre eles através dos votos.

### 3. COESÃO PARTIDÁRIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Identificar forças político-partidárias no Ceará é um desafio. De um lado, temos o PSDB de Tasso Jereissati; do outro temos o PT e suas diversas tendências divergindo sobre os melhores nomes para ocupar os postos de liderança. Entre os dois partidos, temos os demais *políticos profissionais* que no âmbito partidário se movimentam de acordo com o ritmo dado pela conjuntura, tentando fazer dela sempre um ambiente propício para favorecê-los. No Governo Cid Gomes aqui estudado, essa indefinição tomou forma e foi perceptível a transição de um lado para outro das forças políticas existentes no estado. Inicialmente pensei que essa junção de forças em torno do Governo Cid Gomes teria ocorrido de forma tranquila, sem grandes crises. Entretanto, se observarmos atentamente cada notícia sobre o assunto, veremos que o consenso em torno do Governo tem seus prós e contras. E mesmo que os prós – apoio político e financeiro a favor das bases eleitorais – sejam mais influentes, poderíamos afirmar que foi uma decisão fácil? O que está em jogo é exercer a representação política de cidadãos comuns. Quais são os meios válidos para representá-los?

A forma de representação política, nos termos da legislação política brasileira, só pode ser exercida nos cargos eletivos com filiação partidária. No Ceará, comumente, os políticos se acomodam nas legendas de acordo com a possibilidade de serem eleitos: O sistema proporcional de lista aberta e o mecanismo das “cestas” (já explicado anteriormente) é que ditam qual é a legenda mais interessante de se filiar. Os partidos pequenos algumas vezes funcionam como opção segura a garantir que seja eleito. A migração estadual ocorre pelo cálculo dos deputados de maior possibilidade de se eleger. Partidos grandes têm mais facilidade para eleger muitos deputados. Entretanto, têm maior número de grandes nomes, o que faz com que um candidato local/municipal vá para um partido menor. Do mesmo modo, estar em um partido maior nas eleições municipais é melhor para candidatos a vereador e prefeito em municípios de menor porte.

Segundo o Jornal O Povo<sup>56</sup>, a votação na Assembleia Legislativa do Ceará tende a ser individual. Apenas duas bancadas se reúnem entre seus membros: PT e

---

<sup>56</sup> 13 de Abril de 2009.

PSDB.

Na hora das votações na Assembléia Legislativa, é corriqueiro apenas dois líderes encaminharem suas bancadas: o deputado João Jaime, líder do PSDB, e o líder do Governo, deputado Nelson Martins (PT). Ao observar este fato, é fácil constatar que os partidos com menos representantes na Casa, praticamente não fecham questão ou tomam decisões em conjunto.

Um exemplo disso é a divisão na bancada do PDT. O líder, deputado Heitor Férrer (PDT), é oposição à administração Cid Gomes, e tem criticado decisões tomadas pelo Executivo estadual. Já o seu companheiro de partido, deputado Ferreira Aragão (PDT), é aliado do governador do Estado.

Férrer deixa claro que o seu partido não tem nenhum compromisso com o Governo. As posições dos dois parlamentares são adotadas individualmente, ficando a cargo de cada um, a análise do mérito de cada projeto do Governo avaliado no Legislativo.

O parlamentar avalia que as entidades partidárias, muitas vezes, se descaracterizam na medida em que apoiam um governo, e por assim se posicionar, acabam tendo um “compromisso alienado” com aquela administração. Para ele, não há enfraquecimento da legenda pela divergência entre parlamentares da mesma bancada.

Tendo como referência de análise a dinâmica apresentada na citação da matéria acima. Nesse capítulo será objeto de análise o posicionamento dos grandes e dos pequenos partidos. Abaixo, a tabela 14 indica os deputados por partido e quantidade de deputados migrantes por partido.

**Tabela 14 – Os Partidos Políticos no Legislativo do Ceará de 2007 a 2010**

<b>Partido</b>	<b>Tipo de Partido</b>	<b>Número Deputados</b>	<b>de Migrantes<sup>57</sup></b>
<b>PSDB</b>	<b>Grande</b>	<b>18</b>	<b>3</b>
<b>PT</b>	<b>Grande</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
<b>PSB</b>	<b>Grande</b>	<b>8</b>	<b>5</b>
<b>PMDB</b>	<b>Grande</b>	<b>8</b>	<b>5</b>
<b>DEM</b>	<b>Grande</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>PC do B</b>	<b>Pequeno</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>PV</b>	<b>Pequeno</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>PDT</b>	<b>Pequeno</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>PSDC</b>	<b>Pequeno</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>PSL</b>	<b>Pequeno</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>PR</b>	<b>Pequeno</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>PRB</b>	<b>Pequeno</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>50</b>	<b>20</b>

Fonte: Banco de Dados da Autora

As migrações ocorrem de acordo com as eleições que serão disputadas. Para as eleições municipais, é mais interessante para o político estar filiado em um partido grande e com visibilidade, principalmente se for um partido próximo ao governador. Em contrapartida, para as eleições estaduais, graças ao sistema proporcional de lista aberta, é mais interessante estar numa legenda menor, pois os partidos grandes possuem seus *quadros* políticos definidos. Estando numa legenda menor, é possível conquistar uma cadeira no Legislativo através das “cestas”<sup>58</sup>.

Nos tópicos a seguir, tratarei dos dois grandes partidos que protagonizam a cena política do Governo Cid Gomes e, em um tópico único, incluirei os demais.

### **3.1 - PSDB E O GOVERNO CID GOMES**

Nas eleições de 2006, Lúcio Alcântara foi o candidato formal do partido.

<sup>57</sup> Considero a migração partidária não apenas na legislatura corrente, mas em toda a trajetória política.

<sup>58</sup> O método das “cestas” já foi explicado nesse mesmo trabalho, no capítulo primeiro.

Entretanto, os apoios e as alianças foram estrategicamente traçadas para a vitória de Cid Gomes. Eleito, o representante da família Ferreira Gomes correspondeu ao apoio informal e, com isso, ganhou a ausência de oposição psdebista.

O PSDB é um partido que apresenta coesão na atuação de seus parlamentares, além de apresentar também relativa estabilidade. No seu quadro de representantes ocorrem poucas migrações e quando ocorrem são em decorrência de chances de vitórias em disputas, sobretudo, municipais. Os deputados eleitos pelo partido recebem muitos votos: em 2006, o menos votado foi Teo Menezes, com 40.371. No caso do Ceará, devemos considerar que o PSDB foi um partido erguido por, e em torno de, Tasso Jereissati num momento em que “combatia-se” a política dos coronéis. A Era Jereissati proporcionou a ampliação do campo de atuação do partido no estado, sobretudo, em virtude do acúmulo político através de projetos executados no interior do estado, garantindo assim a perpetuação de tradicionais famílias e/ou alianças – seja com a permanência no Legislativo, seja com cargos nas Secretarias do Estado.

Nas eleições de 2006, o PSDB elegeu dezoito deputados estaduais. Destes, doze já estiveram na Assembleia Legislativa em mandatos anteriores. Dos seis deputados que exerceram seus primeiros mandatos no Legislativo estadual, três possuem tradição familiar. Entre os números, é necessário incluir e destacar que o partido é o que mais contribui para o que os jornalistas locais chamam de “dança das cadeiras” (já apresentada anteriormente nesse trabalho). A proximidade com o governador Cid Gomes permitiu a indicação de alguns psdebistas para compor as Secretarias do Estado. Essa composição permitiu que o partido ficasse com cadeiras livres no Legislativo para que pudessem ser ocupadas por outros nomes da legenda: de 2007 a 2009 o rodízio foi protagonizado por Vasque Landim, Luiz Pontes, Idemar Citó, Delegado Cavalcante e outros. E qual o objetivo para tal revezamento?

Os deputados que não conseguem votos suficientes para se eleger individualmente contam com os votos de legenda e com a distribuição das cadeiras pelas “cestas”. Dessa forma, todos os principais quadros do partido têm a possibilidade de ocupar lugar no parlamento e, assim, se fazer visível e garantir acúmulo político necessário para a eleição seguinte. Caso os principais quadros

consigam cadeiras suficientes, o revezamento funciona para ser palanque ao político que inicia sua carreira. Segundo o Jornal Diário do Nordeste<sup>59</sup>,

A bancada do PSDB na Assembléia Legislativa está fazendo um rodízio entre titulares e suplentes para aqueles que não conseguiram eleição diretamente possam exercer, pelo menos uma parte do mandato, na vaga dos titulares. Hoje, no plenário daquela Casa, é a vez da ex-deputada Tânia Gurgel, que deixou recentemente o cargo de presidente municipal do PSDB em Fortaleza, retornar ao Legislativo.

O PSDB não fez oposição ao governo estadual durante maior parte da legislatura iniciada em 2007. A aliança entre a família Ferreira Gomes e Tasso Jereissati permaneceu até o início das articulações para as eleições estaduais de 2010. Isso porque Cid Gomes manteve durante sua gestão o apoio petista e na informalidade o apoio tassista: Em 2010, Jereissati tentou, sem sucesso, a reeleição ao Senado enquanto Cid apoiou José Pimentel (PT) e Eunício Oliveira (PMDB) – ambos vitoriosos. Independentemente de Jereissati, de seu candidato a governador (Marcos Cals) e de seu candidato à presidência (José Serra), os candidatos a deputado psdebistas mantiveram-se ao lado de Cid Gomes e de Dilma Rouseff (PT). Logo após as eleições, o debate se estendeu:

A promessa de ser oposição ao Governo Cid Gomes (PSDB), que partiu da cúpula do PSDB pouco tempo depois do resultado das eleições no primeiro turno, parece ter criado um racha, ainda velado, na bancada tucana reeleita, formada por oito deputados. Uns querem fazer oposição, enquanto outros estão mais dispostos a deixar como está.

“A gente passa três anos e meio dizendo que o Cid é bom e agora não deve mais acreditar no que ele diz?”, reclamou um deputado, que não quis ser identificado. Assim como outro, que garantiu, que se houver brecha na lei, o PSDB deve ficar com, no máximo, três deputados. A lei eleitoral atual prevê que o mandato pertence ao partido. Caso o parlamentar deixe a legenda, perde o mandato, o que inibe as saídas. Alguns tucanos mais próximos do Governo, inclusive prefeitos, se dizem “perseguidos”, após o embate presidencial entre Dilma Rouseff (PT) e José Serra (PSDB), sob a acusação de que teriam pedido voto para a petista. (*Jornal O Povo, 10 de Novembro de 2010*)

Os deputados do PSDB, portanto, demonstram a preferência por manter-se

---

<sup>59</sup> 02 de Abril de 2009.

ao lado de quem está no poder.

### **3.2 - O PT E O GOVERNO CID GOMES**

O Partido dos Trabalhadores (PT) tem uma dinâmica de organização que estimula a disputa interna pela direção do partido, no intuito de dar espaço para a diversidade de tendências. Disputar a Direção do partido é estar à frente da instituição, o que significa também dar a direção ideológica de atuação. À princípio, isso fica um pouco confuso porque assistimos membros de um mesmo partido divergir publicamente. Entretanto, a disputa pela liderança do partido também se faz externamente: na medida em que se expõe os posicionamentos aos cidadãos comuns, incia-se a construção do quadro político do partido. A visibilidade dada a partir da apresentação de ideias submete a pretensa liderança parlamentar, no tempo de exercício da suplência, à aprovação de um eleitorado em potencial.

No Ceará, a disputa interna em torno da Reforma da Previdência, no primeiro governo Lula, culminou com a visibilidade de Luizianne Lins, da tendência Democracia Socialista (DS), que elegeu-se prefeita pela primeira vez em 2004, mesmo sem o apoio completo do partido. O Apoio veio do PSB, que ficou com a vice prefeitura. O acordo teve continuidade nas eleições de 2006 que elegeu Cid Gomes. Formalmente, a principal aliança era entre os Ferreira Gomes, atualmente no PSB e o PT.

Na Assembleia Legislativa, o PT passou a ser situação. Na votações, é, assim como o PSDB, o partido que reúne sua bancada para direcionar os posicionamentos. Anteriormente, descrevi e destaquei alguns posicionamentos dos parlamentares que, diante do impasse entre votar com a base social e votar com o Executivo, optaram por permanecer no governo sem lhe causar nenhum mal-estar. Utilizam o palanque, expõem as ideias a favor de suas bases, mas na hora de votar ficam ao lado do governo porque são governo. Votar contra seria estremecer uma aliança que continuou nas eleições municipais de 2008 (reeleição da Luizianne Lins) e nas eleições estaduais de 2010 (reeleição de Cid Gomes) e, assim, prejudicar sua carreira política.

A bancada petista da 27ª legislatura manteve-se coesa e ao lado do governo inclusive quando a votação dizia respeito a sua base social eleitoral: como já foi

analisado em outro capítulo deste trabalho, o piso salarial dos professores do Estado foi debatido e questionado pelos petistas que, ao final das argumentações, votaram com o Executivo. Segundo o Jornal O Povo,

O debate da última quinta-feira, ocorrido no plenário da Assembléia Legislativa, sobre a mensagem do governador que institui um piso salarial para o magistério, serviu para mostrar o estremecimento da relação entre o Governo e deputados do PT. Após as discussões do plenário, os parlamentares petistas saíram falando sobre os resquícios do desgaste causado pela falta de consenso, que acabou se refletindo também nas relações internas do Partido dos Trabalhadores.

O deputado Artur Bruno, que é defensor do cumprimento da lei federal do piso, e, portanto, contrário à mensagem aprovada pela Assembleia, vinha solicitando, em tom de apelo, ao governador para que retirasse a matéria, mas, na quinta-feira última, mudou o tom de seu discurso. 'Tem que haver diálogo. Não pode os deputados apenas receberem o recado que é para votar a matéria. Falta diálogo do governador com as direções partidárias', disse o parlamentar. (Jornal O Povo, 30 de Novembro de 2008)

O PT se comporta de forma coesa em plenário e busca consenso em suas decisões, sempre na tentativa de não entrar em embate direto com o governo, já que faz parte dele. A coesão partidária petista busca contrabalançar os interesses particulares das bases territoriais e sociais com a sua condição de aliado governista. O deputado dirige-se ao plenário, diz palavras a favor de suas bases (eleitorais ou territoriais) e, mesmo que a proposta seja divergente da defendida em plenário, ele vota com o Executivo. Essa estratégia permite se justificar posteriormente aos seus eleitores sem ir de encontro ao governo.

### **3.3 – A (PEQUENA) OPOSIÇÃO, OS PEQUENOS PARTIDOS E O GOVERNO CID GOMES**

Como já foi dito, dois nomes protagonizam a oposição ao governo Cid Gomes: Heitor Férrer (PDT) e Adahil Barreto (PR).

Heitor Férrer e Ferreira Aragão formavam a bancada do PDT da 27ª legislatura. O primeiro é oposição constante ao governo Cid Gomes, enquanto o segundo forma a base governista na Assembleia Legislativa. Segundo Heitor Férrer

declarou para o Jornal O Povo,

O parlamentar avalia que as entidades partidárias, muitas vezes, se descaracterizam na medida em que apoiam um governo, e por assim se posicionar, acabam tendo um “compromisso alienado” com aquela administração. Para ele, não há enfraquecimento da legenda pela divergência entre parlamentares da mesma bancada. (13 de Abril de 2009).

Os deputados estaduais do PDT, portanto, defendem a atuação individualizada por parte dos parlamentares.

Adahil Barreto, por sua vez, é opositor ao governo por estar ao lado de Lúcio Alcântara – derrotado por Cid nas eleições para governador de 2006.

Carlos Ranulfo Melo, em seu estudo *Retirando as cadeiras do lugar*, concentra sua atenção nas migrações partidárias. Segundo o autor (2000), o cálculo da migração e da disciplina partidária é feita de forma racional em busca de um retorno positivo para as carreiras políticas. Ainda segundo o autor (2000),

Já a partir de 1991 começa a surgir um outro padrão para o fenômeno: a movimentação dos deputados passa a refletir uma lógica interna à competição político-eleitoral. Nas duas legislaturas da década, e de forma ainda mais evidente na segunda, a movimentação dos deputados entre as legendas ganha força logo no primeiro ano de mandato, refluí durante o segundo, para crescer novamente no terceiro. O primeiro ano de cada legislatura se mostra propício tanto a uma eventual acomodação considerada necessária pelo deputado em face do resultado eleitoral nacional ou estadual recente, quanto à busca da melhor legenda tendo em vista a realização, no segundo ano, das eleições para prefeito. O terceiro ano, por sua vez, é o momento em que as posições devem ser definidas para a renovação da própria Câmara: se este movimento, na primeira legislatura da década, se estendeu pelos primeiros meses de 1994 a razão está em que o prazo estipulado pela legislação eleitoral para filiação partidária era de apenas seis meses para a eleição daquele ano. Para a eleição de 1998 o prazo passaria a ser de um ano. (MELO, 2000)

No Ceará, a disciplina no plenário do Legislativo estadual é encontrada apenas no PT e no PSDB, como já descrito anteriormente. Os demais partidos agem de acordo com os interesses individuais mantendo-se, em sua maioria, favoráveis ao Executivo.

Se as eleições são impulsionadoras da mudança de legenda, depende da

estratégia traçada pelo político que busca continuação na cena política. Quando falamos dos políticos que estão no legislativo estadual, nos referimos a personagens que possuem trajetória iniciada em municípios e, portanto, possuem base eleitoral territorial ou social específicas – sendo esta última de políticos que possuem votos concentrados em Fortaleza e Região Metropolitana. Então, o trânsito entre legendas ocorre nos dois períodos eleitorais: 1) eleições municipais; 2) eleições estaduais e federais. Para as eleições municipais, o intuito é a mudança de legenda para garantir a conquista e/ou permanência nos poderes locais. Nas eleições estaduais e federais, o sistema eleitoral de lista aberta é o que conduz o cálculo político para o sucesso eleitoral. A migração obedece, então, à acomodação nas legendas de acordo com as eleições municipais, estaduais e federais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser fiel ao partido ou ser fiel aos eleitores? Essa era a maneira simplificada que iniciou meu caminho nesta pesquisa. Uma ideia de que o representante deveria ser fiel ao eleitor, na mesma medida em que deveria ser coeso com linha partidária escolhida foram os pensamentos inocentes que me impulsionaram na descoberta da prática legislativa.

Iniciei o projeto de pesquisa com opções que não necessariamente eram excludentes: representação política era exercida tendo em vista a *conexão eleitoral* ou a coesão partidária? Para começar a descobrir a resposta nada simples dessa questão, adentrei na leitura sobre sistema político, eleitoral e partidário do Brasil e descobri uma rica bibliografia de autores que construíram pressupostos que deram base a toda minha compreensão no decorrer da pesquisa. Na primeira parte deste trabalho busquei aprender as regras e mecanismos institucionais do sistema político brasileiro e a consequência desse aprendizado foi o primeiro capítulo, no qual são identificados e debatidos os elementos norteadores da estrutura do *campo político*. No segundo capítulo, recorri a leitura das pesquisas sobre política cearense, absorvendo as interpretações sobre os processos e os caminhos percorridos pelos atores políticos desde a fase dos Coronéis até a *Era Jereissati*.

Para caracterizar os deputados estaduais do Ceará, algumas considerações metodológicas foram necessárias. O cidadão, ao eleger seu representante, tende a escolhê-lo a partir de qualidades individuais e, naturalmente, quanto mais próximo de si, mais se identifica com o representante. Nesse exercício eleitoral, o político busca conquistar a confiança do eleitor que tem seu início na ação política nas comunidades, nos bairros, nos distritos, nos municípios. Mapear de onde veem os votos é iniciar a visualização da estratégia eleitoral; identificar as localidades auxilia a recapitulação dos caminhos políticos já traçados no passado e a compreensão de trajetórias possíveis para a construção e continuidade de carreira política.

Uma das questões mais discutidas na reforma política para o Brasil é o voto distrital: estipular *distritos eleitorais* para que o deputado concorra à eleição dentro de uma circunscrição definida. Segundo os defensores do voto distrital, essa é uma

forma de diminuir a distância entre eleitores e representantes no momento da conquista eleitoral e no processo de acompanhamento do político eleito. O mapeamento dos votos dos deputados teve como um dos objetivos testar a hipótese de possíveis formações de circunscrições informais através dos deputados individualmente e dos partidos, de forma a garantir à legenda algum mandato no legislativo estadual. O segundo objetivo foi, através do mapeamento dos votos, compreender a relação entre a ação política dos deputados e as localidades onde obtiveram votos.

O mapeamento, ou geografia eleitoral dos votos, foi feito com base nos bancos de dados fornecidos pelo TRE. As informações contidas eram referentes a quantidade de votos obtida pelos deputados em cada município e seção. Com o uso programa de estatística R, pude manipular os dados e construir mapas com a distribuição da votação feita por cores que facilitassem a identificação e visualização dos votos. Em pesquisas futuras, pretendo sofisticar mais a análise, introduzindo índices capazes de indicar dominação dos votos com maior precisão do que o valor máximo da centralidade municipal e índices indicadores de concentração, tornando a análise menos dependente da avaliação visual dos mapas.

Como apresentado no capítulo 1 da segunda parte, a partir da tipologia sugerida por Barry Ames (2003), construí oito tipos, através da visualização da distribuição dos votos e dos indicadores de *centralidade municipal* e *centralidade pessoal* e que acredito ser adequadas para a realidade cearense. Nesse sentido, alguns tipos elaborados teoricamente não tiveram representante empíricos que validassem o modelo. Foram elaborados 50 perfis de deputados estaduais, sendo quatro deles suplentes que assumiram e exerceram mandato por um tempo maior que um ano. Os tipos encontrados são:

- Concentrado e dominante Capital e RM, com dois deputados classificados no grupo;
- Concentrado e dominante Interior, com 25 deputados classificados no grupo;
- Concentrado/Partilhado Capital e RM, com cinco deputados classificados no grupo;
- Concentrado/Partilhado Interior, com quatro deputados classificados no

grupo;

- Disperso/dominante Capital e RM, ficou como um tipo vazio com existência apenas teórica;
- Disperso/dominante Interior, com onze deputados classificados no grupo;
- Disperso/partilhado Capital e RM, com dois deputados classificados no grupo;
- Disperso/partilhado Interior; com um deputado classificado no grupo.

Conquistar espaço na cena eleitoral é, antes de tudo, preservar o que já foi conquistado. Existem alguns caminhos para construir estratégias que visem à conquista de um mandato no legislativo estadual. A localidade onde iniciou a trajetória política, seja como prefeito, seja como vereador, é a principal base eleitoral do deputado. São 25 deputados na tipologia concentrado/dominante no interior. Ou seja, para a metade dos legisladores analisados, os principais investimentos políticos foram direcionados primeiramente para a *base territorial*.

A estratégia política que favorece o sucesso na arena eleitoral é a política de aliança e pode ser intermediada por interesses e trocas de favores entre os próprios políticos ou pode ser intermediada pelo partido e/ou coligação.

Os deputados que adentraram a cena política podem também utilizar *capital social* construído pelos meios midiáticos: locutores de rádio e apresentadores de TV são os principais exemplos. Ainda nesse caso, os candidatos que defendem causas ou instituições religiosas também possuem base eleitoral. Em ambos os casos, são *bases sociais*, pois não têm como referência a delimitação territorial.

Os deputados estaduais podem conquistar mandatos através da *base social*, a partir de categorias que habitualmente estão na cena política: professores, sindicatos, Movimento Sem Terra e outros. Os deputados que possuem *base social* nas condições apresentadas possuem seus votos em sua maioria no espaço urbano.

A disputa por *base territorial* é caracterizada pela formação de circunscrições informais. Ao observar a distribuição dos votos por partido, é perceptível que é reduzida a disputa entre os deputados de um mesmo partido em uma mesma microrregião. Como foi apresentado no capítulo 1 da Parte II, os partidos tendem a evitar a disputada eleitoral entre candidatos numa mesma região.

A tipologia Disperso/dominante no interior é a que mais tem deputados com histórico de tradição política e todos já exerceram mandato na Assembleia Legislativa. São, portanto, políticos profissionais e presentes na cena política cearense. Incluídos no tipo concentrado/partilhado no interior, nenhum dos deputados da classificação possuíram mandato no legislativo estadual anterior à 27ª legislatura. Mais um destaque a ser feito é na tipologia de Disperso/partilhado no interior: o único deputado que está assim classificados possui mandatos anteriores e tem os sindicatos como *base social*. Estas são, portanto, as principais características da distribuição e voto no interior do estado. O voto urbano é predominantemente de deputados que já exerceram mandatos na Assembleia Legislativa e sem tradição política.

Um importante ponto a ser analisado é o *Por que estar ao lado do governador?* Favorecimento é uma resposta simplificada e na política poucas coisas são simples de serem respondidas. Em princípio, o governador estadual deve ter como objetivo o desenvolvimento de todas as regiões de forma igualitária. Os incentivos que o governador tende a oferecer devem se orientar para o desenvolvimento econômico e social e ser previamente acordado com os deputados através da negociação das emendas anuais. Assim, a representação política exercida pelo legislativo possui o retorno necessário para o sucesso na eleição seguinte, pois teve oportunidade de encaminhar benfeitorias para sua base eleitoral. Se há a possibilidade de distribuir projetos de desenvolvimento para as diversas microrregiões, mesmo que com o retorno do ganho político na arena eleitoral, o que há de discordar? A democracia se faz também pela oposição. A “naturalização” de alguns acordos, como por exemplo aceitar a não explicação da viagem de Cid Gomes à Europa acredito que seja um ponto a se questionar. Para além da regras formais do jogo, constroem-se outras informais, mas construídas como *habitus* entre arena eleitoral e arena legislativa. Desse modo, algumas questões precisam de atenção e cuidado, uma vez que o Poder Legislativo é responsável pela fiscalização das ações do Poder Executivo.

Os discursos políticos apresentados nos perfis de apresentação dos deputado estaduais no site da Assembleia Legislativa são em sua maioria uma combinação de *imaginário tradicional* e *imaginário moderno*. Há uma busca pelos pontos comuns

em opiniões diferenciadas na instância cidadã, tentando construir uma “opinião média”. A “Opinião média” é positiva se pensarmos que a busca pelo consenso é necessária para encaminhar ações. Ao mesmo tempo, ela empobrece a representação política na medida em que transforma o consenso em rotina. Essa rotinização diminui o debate e a ampliação das políticas a um maior número de cidadãos.

O PSDB foi situação no Ceará desde a sua fundação na década de 80, logo após a saída de Tasso Jereissati do PMDB para o PSDB. No legislativo, a alternância de governo em 2007 não teve consequências de grandes proporções porque Cid Gomes e a família Ferreira Gomes construíram sua trajetória política próximos a Jereissati e dos demais partidários do PSDB. O PT, por sua vez, sai da oposição para ser situação. Dentro do legislativo, tanto o PT como o PSDB afirmam se reunir, cada qual com suas bancadas, antes de votações. Outros partidos são adeptos do “cada um por si” e a atuação parlamentar é individualizada. No legislativo estadual cearense não há coesão partidária porque a dinâmica de ação política é feita por políticos que estão divididos regionalmente, seja por trajetórias de tradição ou por intermediação do partido.

Diante do exposto nas páginas desta pesquisa, a representação política do legislativo do Ceará é exercida com base na manutenção do poder ou na tentativa de distribuir representantes que possam legislar a favor das regiões?

Através distribuição por partido, mostrei a formação de circunscrição informal, ou seja, membros do mesmo partido dificilmente disputam eleições para o mesmo cargo na mesma região. Isso porque evitar possíveis confrontos entre candidatos do partido garante a eleição de mais deputados para a legenda. Esse acordo não é percebido pela maioria dos cidadãos, mas o percebo como favorável para o exercício da democracia representativa: conflito saudável na arena eleitoral, boa distribuição de representação política na arena legislativa, pois a disputa entre os partidos garante que a região tenha um representante na Assembleia Legislativa e que de alguma forma seja atendida, ou seja, tende a reduzir a concentração de projetos para desenvolvimento econômico e social em poucas localidades. Entretanto, essa lógica não é tão simples e próxima do ideal porque os que concorrem entre si são os mesmos que são eleitos a mais de um mandato e também

são chamados para compor as Secretarias do Governo, ou seja, ao longo do tempo a conquista de votos em outras regiões tende a dar flexibilidade à aparentemente sólida estrutura de circunscrição informal.

Acredito que:

“Nós necessitamos de instituições eleitorais que aumentem a transparência da responsabilidade e facilitem para os cidadãos recompensar ou punir os responsáveis. Precisamos de condições morais e econômicas nas quais o serviço público usufrua de respeito assim como de recompensas materiais apropriadas.” (MANIN; PRZEWOSKI; STOKES: 1999; P. 133)

Assim, devemos estar atentos à realidade empírica para que possamos, a partir dela, pensar possibilidade de nos aproximarmos do ideal de democracia.

## BIBLIOGRAFIA

ABU-EL-HAJ, Jawdat; SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. São Paulo: Pontes; Fortaleza: programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. p. 255-290.

\_\_\_\_\_. Os tempos de rebeldia: Icapuí na berlinda do modo petista de governar. In: LEMENHE, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). *Política, cultura e processos eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 79-112.

ABRUCIO, Fernando L., TEXEIRA, Marco Antonio C., COSTA, Valeriano M. F. O papel institucional da Assembléia Legislativa paulista: 1995 a 1998. In: SANTOS, Fabiano (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ALMEIDA, M. H. T. Pertencimento do mandato. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 180 – 182.

AMES, Barry. *O Congresso e a política orçamentária no Brasil*. Dados, v.29, 1986.

\_\_\_\_\_. *Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation*. In: <http://www.jstor.org/stable/2111619> Acesso em: 18/01/2010

\_\_\_\_\_. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octavio e SANTOS, Fabiano. *A conexão presidencial: Facções Pró e Antigoverno e Disciplina Partidária no Brasil*. *Revista Dados*. Vol. 44 nº2. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *O que propõem e o que aprovam os Deputados Brasileiros*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, 2003, pp. 661 a 698.

ANASTASIA, Fátima, CASTRO, Mônica Machado de, NUNES, Felipe. De lá para cá: As condições e as instituições da democracia depois de 1988. In: MELO, Carlos Ranulfo, SÁEZ, Manuel Alcântara (org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANSELIN, Luc. *Local indicators of spatial association*. Regional Reserach Institute West Virginia University Morgantown.

AVELAR, Lúcia. A relação Estado/Sociedade, a participação política e os atores. In: AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antônio O. (Orgs). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007. 2.ed.

AQUINO, Jakson. *O Processo decisório no Governo do Estado do Ceará (1995-1998): O Porto e a Refinaria*. Fortaleza, UFC, 2000. (Dissertação de Mestrado)

BARREIRA, César. Os pactos na cena política cearense: Passado e Presente. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (Org.). *Continuidade e Rupturas na política cearense*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BARREIRA, Irllys. Pensamento, palavras e obras: As bases de legitimação do Governo de Tasso Jereissati. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (Org.). *Continuidade e Rupturas na política cearense*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONFIM, W. L. S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José maria (Org.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 35 – 62.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 11.ed. 322p.

CARVALHO, Nelson R. de. *E no início eram as bases: geografia do voto e comportamento político legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 224p.

CARVALHO, Rejane. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny (Org.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001. p. 193-219.

\_\_\_\_\_. (Org.). *O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais*. Campinas, SP: Pontes; Fortaleza, CE, Programa de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2009.

\_\_\_\_\_. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José maria (Org.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 9 – 34.

CASTRO, Mônica M. M. de. Eleitorado brasileiro: composição e o grau de participação. In: AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antônio O. (Orgs). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CERVI, Emerson Urizzi. Produção Legislativa e Conexão Eleitoral na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 159-177, fev. 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. O discurso político. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_, MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2.ed. São Paula: Contexto, 2008.

CINTRA, Antônio O., LACOMBE, Marcelo B. A Câmara dos Deputados na Nova República: a visão da Ciência Política. In: AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antônio O. (Orgs). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer- Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CINTRA, Antônio O. O sistema de Governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antônio O. (Orgs). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Sistema eleitoral. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 128 -132.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci e A América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1985. 103p.

\_\_\_\_\_. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. 118p.

COX, Gary W. *Making Votes Count: Strategic Coordination ins the World's Electoral Sistemys*. Cambridge, Cambridg University Press, 1997.

DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DARMOFAL, David,. *Spatial Econometrics and Political Science*: A previous version of this paper was presented at the Annual Meeting of the Southern Political Science Association. Atlanta, GA, January 5-7, 2006.

DIÓGENES, Glória. *As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: Partidos e Lideranças*. Coleção Estudos Históricos. Fortaleza: Edições UFC/Stylus

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. 465p.

ENELOW, James M e HINICH, Melvin J.(orgs). *Advances in the spatial theory of voting*. 1 ed. Nova York: Cambridge University Press, 1990. Disponível em e-book: [http://books.google.com.br/booksid=pqSjk2Vzb7cC&printsec=frontcover&dq=related:ISBN0826479839&source=gbs\\_similarbooks\\_r&cad=2#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.com.br/booksid=pqSjk2Vzb7cC&printsec=frontcover&dq=related:ISBN0826479839&source=gbs_similarbooks_r&cad=2#v=onepage&q=&f=false)

FARIA, Alessandra Maia Terra de. *A desnaturalização dos conceitos de Democracia e representação*. Texto escrito para a mesa “*Theorizing about Brazilian Politics*”, coordenada por Manoel Caetano Passos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Congresso BRASA IX, New Orleans, 27, 28 e 29 de Março de 2008.

FIGUEIREDO, Argelina C., LIMONGI, Fernando. *Processo orçamentário e comportamento legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e Programa de Governo*. Dados, v. 48, n. 4, p. 737 – 776, 2005.

\_\_\_\_\_. *Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira*. In: MELO, Carlos Ranulfo, SÁEZ, Manuel Alcântara (org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. *Congresso Nacional: Organização, Processo Legislativo e Produção Legal*. Caderno de Pesquisa no 5, CEBRAP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Incentivos Eleitorais, Partidos, e Política Orçamentária*. Vol. 45, no 2, 2002, pp. 303-344, 2002.

FLEISCHER, David V. *Concentração e Dispersão Eleitoral: um Estudo da Distribuição Geográfica do Voto em Minas Gerais. 1966-1974*. Revista Brasileira de estudos políticos, no 43, 1976.

GONDIM, Linda. *Clientelismo e Modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. Ijuí: ed. Unijuí, 1998.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (org.). *Continuidades e rupturas na política cearense*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

KLOS, Justin,. Determining Spatial Correlations Between voting Behavior and Selected demographic variables in a changing electorate. *Middle States Geographer*, 2008, 41:19-26

LAMONIER, Bolívar. *A Representação Proporcional no Brasil: Mapeamento de um Debate*. Revista de Cultura e política, no 7, São Paulo, 1982.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5.ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME; Fortaleza: EdUFC, 1995.

LEMOS, Leany Barreiro. O controle legislativo no Brasil pós-1988. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (Org.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 36 – 54.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LIMONGI, F. *O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente*. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 37, 1994

\_\_\_\_\_, F. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 237 - 268.

LIPSET, S.M. *Political Man: The Social Bases of Politics*. New York, Doubleday, 1960.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam and STOKES, Susan C. Eleições e representação. *Lua Nova* [online]. 2006, n.67, pp. 105-138. ISSN 0102-6445.

MAYHEW, David R. *Congress: the Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press, 1974.

MELO, Carlos Ranulfo. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: Elementos para uma análise do sistema político brasileiro. In: MELO, Carlos Ranulfo, SÁEZ, Manuel Alcântara (org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*.

Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

\_\_\_\_\_. *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_, SÁEZ, Manuel Alcântara (org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MELO, Marcos André. Hiperconstitucionalização e qualidade da democracia. In: MELO, Carlos Ranulfo, SÁEZ, Manuel Alcântara (org.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MONTENEGRO, Abelardo F., *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza, EdUFC, 1980.

MORAES FILHO, José Filomeno. O subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-1994*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

\_\_\_\_\_. A dinâmica legislativa na Assembléia do Estado do Ceará. In: SANTOS, Fabiano (org.). *O Poder Legislativos nos Estados: Diversidade e Convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (Org.). *Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 97 – 122.

O'LOUGHLIN, Jonh., *The Electoral Geography of Weimar Germany: Exploratory Spatial Data Analyses (ESDA) of Protestant Support for the Nazi Party*. *Political Analysis*, 10:3.

PARENTE, Josênio. *A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: Edições UFC/Edições UVA, 2000.

RENNÓ, Lúcio. Críticas ao presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos? In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 128 -132.

SANTOS, Fabiano. *Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira*. Dados,

vol. 40, no 3, pp. 465-491, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Poder Legislativo nos estados: Diversidade e Convergência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da representação no Estado representativo moderno*. Minas Gerais: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962, p. 8-57.

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada: As questões Contemporâneas*. Vol. I São Paulo: Editora Ática S.A, 1994

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada: As questões Clássicas*. Vol II. São Paulo: Editora Ática S.A, 1994

SCHMITT, Rogério. *Partidos Políticos no Brasil: (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SOARES, GLÁUCIO Ary Dillon., TERRON, Sonia Luiza. *Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial)*. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, no 2, Novembro, 2008, p.269-301

SOUZA, Maria Adélia de, CATAIA, Marco Antônio, TOLEDO JUNIOR, Ruvens de. *Território, lugar e poder: elementos da geografia eleitoral do Ceará*. Sobral: Ed. UVA; Campinas: Ed. Territorial, 2002. 244p.

TAPIADOR, Francisco J., MEZO, Josu. *Vote evolution in Spain, 1977–2007: A spatial analysis at the municipal scale*. Political Geography. Vol.28, Issue 5, June 2009, p. 319-328

URBINATINI, Nadia. *O que torna a representação democrática*. Lua Nova no.67 São Paulo 2006

WARD, Michael D., O' LOUGHLIN, John. *Spatial Processes and Political Methodology: Introduction to the Special Issue*. Political Analysis, 10:3

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ZANFOLIN, Doraci Elias. *Geografia Eleitoral: Reforma Política e Uso do Território Brasileiro*. In: <http://hdl.handle.net/10229/33622>

